

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

DEISE DE MOURA TOLFO

AS RACIONALIDADES NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES
DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES DE PANAMBI: UMA RELAÇÃO
COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CERRO LARGO

2023

DEISE DE MOURA TOLFO

**AS RACIONALIDADES NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES
DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES DE PANAMBI: UMA RELAÇÃO
COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Cerro Largo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes

Coorientadora: Profa. Dra. Dionéia Dalcin

CERRO LARGO

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Tolfo, Deise de Moura

As racionalidades nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares de Panambi: uma relação com o desenvolvimento regional / Deise de Moura Tolfo. -- 2023.

138 f.:il.

Orientador: Doutor Carlos Eduardo Ruschel Anes

Co-orientadora: Doutora Dioneia Dalcin

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo,RS, 2023.

1. Desenvolvimento Regional; Agroindústrias Rurais Familiares; Processos Organizacionais; Racionalidades. I. Anes, Carlos Eduardo Ruschel, orient. II. Dalcin, Dioneia, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

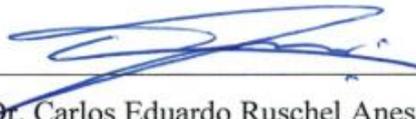
DEISE DE MOURA TOLFO

**AS RACIONALIDADES NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES
DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES DE PANAMBI: UMA RELAÇÃO
COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/07/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes - UFFS

Orientador



Prof. Dr. Edemar Rotta - UFFS

Avaliador



Prof. Dr. Airton Adelar Mueller - UNIJUÍ

Avaliador



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a ICP-Brasil.
Chave de Validação: <https://www.unijui.edu.br/validacao?chave=5ca9bb55b9-22d9a5fd4f>

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela oportunidade de participar deste processo renovador, que possibilitou ampliar meus conhecimentos, conhecer professores maravilhosos, colegas e amigos, que certamente ficarão guardados em minha memória.

Destes, agradeço profundamente ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes, que dedicou seu tempo para conduzir este processo com maestria, auxiliando no desenvolvimento de minhas aptidões. Também não posso deixar de mencionar a participação da querida coorientadora Profa. Dra. Dionéia Dalcin, e de todos os demais professores que compartilharam comigo seus conhecimentos e suas experiências.

Evidencio também minha família, meu esposo Rudinei Estarleu Tolfo e minha querida filha Catieli Tolfo, que tiveram compreensão em cada ausência decorrente dos compromissos assumidos com o programa e com a instituição. A minha querida mãe, Marli Leal, que sempre me incentivou a estudar e nunca desistir dos meus objetivos.

Aos meus colegas de trabalho do Escritório Municipal de Panambi, Sandra Teresa Spada e André Ricardo Lima, agradeço muito pelo apoio durante esta fase da minha vida.

A todos os colaboradores e participantes da pesquisa, que detiveram um tempo para repassar as informações necessárias para a obtenção dos resultados da pesquisa.

A todos os colegas do curso que participaram desta caminhada, em especial a colega Schana Shirley Silva, pela parceria durante toda esta jornada.

Gratidão a cada um que participou comigo desta jornada!

RESUMO

As Agroindústrias Rurais Familiares (ARF's) cumprem papel relevante para o desenvolvimento das regiões brasileiras, pois elas dinamizam a economia local e regional, proporcionam diversidade produtiva, fortalecendo o sistema de abastecimento alimentar dos municípios e a redução da insegurança alimentar. No Estado do Rio Grande do Sul, o Programa da Agroindústria Familiar (PEAF), criado pela Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012, possibilitou a legalização de agroindústrias pertencentes ao segmento da agricultura familiar, de modo a garantir sua inserção e posicionamento nos mercados institucionais e locais. Os gestores desses empreendimentos rurais foram direcionados ao contexto dos mercados, ampliando os conflitos entre sua identidade campesina, conformada a partir de suas relações de trabalho e subsistência, e sua posição como indivíduos que produzem e comercializam alimentos para atender às demandas comerciais. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é estudar as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares de Panambi/RS e sua relação com o Desenvolvimento Regional. A pesquisa assume características de uma abordagem fenomenológica, de classificação qualitativa, com finalidades exploratórias e descritivas. Para atender aos objetivos da pesquisa foi utilizado o método de pesquisa de campo, que teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, realizada com cinco gestores de Agroindústrias Rurais Familiares, sediados no município de Panambi/RS. O refinamento dos dados foi conduzido pela técnica de análise de conteúdo, que buscou evidenciar por meio da análise das falas dos gestores, os subsídios necessários para o atendimento dos objetivos geral e específicos da pesquisa. Os resultados da pesquisa demonstraram que há preponderância das racionalidades instrumentais em dez processos organizacionais. Apenas o processo organizacional “Comunicação e relações interpessoais” teve a predominância das racionalidades substantivas. Isso demonstrou que na maior parte desses processos há predominância das racionalidades instrumentais, com foco no desenvolvimento econômico. Também se considerou relevante a contribuição desta pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPDPP), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), pelo fato de que perpassou um campo interdisciplinar do conhecimento, e auxiliou na compreensão de um programa específico, de dinamização do desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Agroindústrias Rurais Familiares; Processos Organizacionais; Racionalidades.

ABSTRACT

The Rural Family Agro-industries (ARF's), fulfilling a relevant role to the development of the Brazilian regions, because they dynamize the regional and local economy, and still provide productive diversity, strengthening the food supply system of the counties and the reduction of food insecurity. At the Rio Grande do Sul State the Family Agroindustrial Program (PEAF), created by the State Law nº 13.921, from January 17 of 2012, made possible the legalization of the agro-industries belonging to the family farming segment, in order to guarantee insertion and positioning at the institutional and local markets. The managers of this rural enterprise were directed to the market context, enlarging the conflicts between your peasant identity, conformed from of your work and subsistence relationship, and their position as individuals who produce and market food to meet commercial demands. Against from that, the objective of this study center for studying the rationalities presents at the managers process organizational of the rural families agro-industries of Panambi/RS, at perspective in show your relation with the Regional Development. The research takes on characteristics of one phenomenological approach, of quantitative classification with the exploratory and descriptive goal. To attend the objectives of the research was used the field research method, which will have as a data collection instrument, the semi-structured interview, to be performed with fifteen managers of Rural Family Agro-industries, hosted in the county of Panambi/RS. The data refinement will be conducted by the technique of content analysis, that search show through the analysis of the manager speech, the necessary subsidy for the care of the general and specific objectives of the research. The research results showed that there is a preponderance of instrumental rationalities in ten organizational processes. Only the organizational process "Communication and interpersonal relationships" had a predominance of substantive rationalities. This demonstrated that in most of these processes there is a predominance of instrumental rationalities, with a focus on economic development. Also is considered essential the contribution of this research to the Postgrad in Public Policy Development program (PPDPP), of South Frontier Federal University (UFFS), by the fact of what pass by a interdisciplinary field of the knowledge, and it helped in the understanding of a specific program, of dynamization of the development.

Keywords: Regional Development, Family Rural Agro-industries; Organizational Processes, Rationalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Zoneamento Microrregional e localização do município de Panambi.....	62
Figura 2 – Fachada da agroindústria gerenciada pelo Entrevistado 01.....	76
Figura 3 – Infraestrutura das agroindústrias pertencentes ao Entrevistado 2.....	77
Figura 4 – Imagem área da propriedade do Entrevistado 03.....	78
Figura 5 – Imagem aérea da propriedade do Entrevistado 04.....	79
Figura 6 – Fachada da agroindústria do Entrevistado 05.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Racionalidades substantivas e instrumentais na concepção de Serva (1966/1967)..	52
Quadro 2 – Agroindústrias Cadastradas no PEAf pertencentes ao município de Panambi/RS.....	63
Quadro 3 – Categorias de análise da pesquisa.....	69
Quadro 4 – Tipos de racionalidade e análises de desenvolvimento regional.....	70
Quadro 5 – Características dos entrevistados.....	74
Quadro 6 – Relações entre os gestores e as organizações associativas.....	82
Quadro 7 – Processos organizacionais e as respectivas racionalidades identificadas.....	96
Quadro 8 – Racionalidades predominantes nos processos organizacionais das ARF's.....	99
Quadro 9 – Relações entre a racionalidade predominante e o Desenvolvimento Regional...	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARF – Agroindústria Rural Familiar

BR – Brasil

CEP – Comitê de Ética na Pesquisa

CNEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PEAF – Programa Estadual da Agroindústria Familiar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGDPP – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

RS – Rio Grande do Sul

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIM – Sistema de Inspeção Municipal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

VBP – Valor Bruto da Produção

VISA – Vigilância Sanitária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A AGROINDÚSTRIA RURAL FAMILIAR E AS RACIONALIDADES: UM RECORTE TEÓRICO A PARTIR DA DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	24
2.1	A AGRICULTURA E O CONTEXTO AGROINDUSTRIAL	24
2.1.1	A agricultura e a agricultura familiar brasileira.....	25
2.1.2	Agroindústrias rurais familiares	29
2.1.3	Diretrizes do Programa Estadual da Agroindústria Familiar.....	32
2.2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	35
2.2.1	Dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento.....	40
2.3	AS RACIONALIDADES E OS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS.....	46
2.3.1	As racionalidades substantivas e instrumentais.....	49
2.3.2	Processos organizacionais sob o enfoque das racionalidades.....	53
3	METODOLOGIA	58
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	58
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	61
3.3	COLETA DE DADOS	64
3.4	ANÁLISE DOS DADOS	68
3.5	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	72
4	RACIONALIDADES SUBSTANTIVAS E INSTRUMENTAIS NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES DAS ARF'S E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO.....	74
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS GESTORES DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES DE PANAMBI.....	74
4.2	PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES DAS ARF's DE PANAMBI/RS E SUAS RESPECTIVAS RACIONALIDADES.....	83
4.3	AS RACIONALIDADES NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS.....	113
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	125

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	128
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA (CEP)	132

1 INTRODUÇÃO

O cenário atual do meio rural brasileiro pode ser compreendido como o resultado do processo histórico construído pela sociedade brasileira. As mudanças decorrentes do processo de conformação da estrutura fundiária, as formas de ocupação e o direcionamento das políticas públicas tornaram-se fatores elementares para a formação desses espaços. O início da organização social do espaço rural do Brasil foi norteado pela exploração via latifúndios, que trouxe inúmeros problemas relacionados à desigualdade social. A concentração de terra e renda e a exploração do trabalho foram os fatores que levaram o Estado a buscar soluções para o segmento social emergente, desprovido de renda e terra, para sua reprodução socioeconômica. (GRISA; SCHNEIDER, 2014; ALVES; TEDESCO, 2015).

Além de complexo, o setor agropecuário brasileiro apresenta uma diversidade em relação a sua lógica produtiva, que oscila entre a produção extensiva, de larga escala, voltada para atender o mercado internacional, e a produção intensiva, diversificada e conduzida pelos agricultores familiares (SPANEVERELLO *et al.*, 2019).

Nessa perspectiva, a agroindústria rural familiar pode ser compreendida como um segmento da agricultura familiar que se originou pelas habilidades dos produtores de transformar a produção primária em produtos beneficiados. O processamento artesanal de alimentos foi considerado uma técnica que predominou desde o processo de colonização do país, de modo que os “colonos” introduziram procedimentos simples e eficazes para o armazenamento e o processamento dos produtos da agropecuária (SULZBACHER; DE DAVI, 2009).

Essas técnicas foram aprimoradas em função do crescimento do mercado consumidor, e pela inserção das novas tecnologias, principalmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Desde então, os estabelecimentos agroindustriais familiares passaram a inferir maneiras inovadoras de utilização racional dos recursos produtivos e dos fatores de produção, na intenção de agregar valor e comercializar o excedente da produção no mercado local (ORTIZ, 2019).

No sentido de detalhar o que é uma agroindústria rural familiar recorreu-se às definições atribuídas pelo IBGE (2017), que caracteriza a Agroindústria Rural Familiar (ARF) como um empreendimento rural, em que os produtos agropecuários obtidos por determinado estabelecimento rural são processados ou transformados em unidades próprias, comunitárias, ou de terceiros, de modo que a matéria-prima tem sua origem no estabelecimento, ou é adquirida de outros produtores. Outra particularidade que a distingue é a relação existente entre

os processos produtivos, de beneficiamento do produto e de comercialização, conduzidos pelo agricultor rural familiar (IBGE, 2017).

O último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2017) evidenciou a presença efetiva das agroindústrias familiares nos estabelecimentos rurais. No Brasil constatou-se um total de 852.639 estabelecimentos rurais que apresentam agroindústrias rurais, dos quais 84% deles constituem-se pela agricultura familiar. Já em relação ao Estado do Rio Grande do Sul, foi identificada a presença de agroindústrias rurais em 140.462 estabelecimentos, dos quais 86% deles são compostos pela participação da agricultura familiar, que realiza processos de produção e transformação de produtos da agropecuária (IBGE, 2017).

Sobre tal cenário, Bastian *et al.* (2022), ao analisarem os dados intercensitários de 2006 e 2017, destacam um aumento de 65,3% de estabelecimentos rurais que declararam apresentar agroindústrias rurais. Em relação às características predominantes das agroindústrias familiares, os autores constataram que existem diferenças nos aspectos produtivos dos estabelecimentos rurais que apresentam agroindústrias familiares. Para eles, as principais características identificadas da agroindústria rural familiar decorrem da diversidade produtiva, da baixa aquisição de matéria-prima fora do estabelecimento, e da maior comercialização de produtos por canais diretos ou curtos. Já em relação aos empreendimentos definidos como unidades não familiares, constatou-se um cenário distinto, no qual os processos produtivos são conduzidos por uma orientação industrial, dependentes dos fluxos produtivos com escalas de produção e aquisição de matérias-primas mais complexas, em que a comercialização é realizada pelos canais longos da cadeia produtiva, constituídos pelos atravessadores.

Tendo em vista as características do segmento agroindustrial rural familiar, quanto à sua forma de organização, efetivação de canais de comercialização dos produtos artesanais, e a carência de políticas públicas direcionadas ao seu fortalecimento, criou-se, no estado gaúcho, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar, vinculado à Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012 (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Esse programa passou a integrar-se à algumas políticas públicas federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei Federal nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (BRASIL, 2006), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009).

Diante de tais políticas públicas, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) surgiu no Rio Grande do Sul a fim de estabelecer um conjunto de medidas para favorecer o processo de legalização das agroindústrias rurais familiares, que atuavam na informalidade. Assim, inúmeras famílias de agricultores, vinculados à transformação artesanal

de produtos agropecuários, reorganizaram-se em torno das diretrizes do programa, de modo a adequar o espaço físico destinado à produção, à padronização dos procedimentos, e às respectivas adequações sanitárias, fiscais e ambientais necessárias para seu vínculo junto ao referido programa (SCHNEIDER, 2019).

Considerando alguns contextos e definições sobre o segmento agroindustrial rural familiar, evidencia-se que, para fins deste estudo, considerou-se que a agroindústria rural familiar é:

[...] o empreendimento de propriedade ou posse de agricultor (es) familiar (es) sob gestão individual ou coletiva, localizado em área rural ou urbana, com a finalidade de beneficiar e/ou transformar matérias-primas provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais, abrangendo desde os processos simples até os mais complexos, como operações físicas, químicas e/ou biológicas (RIO GRANDE DO SUL, 2012)

Além das características relacionadas às formas de produção adotadas pelos gestores das agroindústrias rurais familiares, Waquil *et al.* (2014) enfatizam que essas ações são organizadas pelas famílias e gestores de forma estratégica. A produção e beneficiamento de produtos primários, e a comercialização do excedente, possuem enfoque nos ganhos econômicos, convertidos em melhorias na qualidade de vida das famílias. A matéria-prima obtida pela produção agropecuária, ao ser transformada, recebe incrementos valorativos que facilitam o acesso a determinados mercados. Wilkinson (2008) destaca que esses produtos são bem aceitos nos fluxos das cadeias curtas agroalimentares e o acesso a esses canais permite que o produtor promova sua reprodução social e econômica.

A dinâmica que se estabelece nos sistemas produtivos dos empreendimentos agroindustriais rurais familiares são complexas e derivam da razão que provém das racionalidades de seus gestores. Essas racionalidades são determinadas por lógicas distintas, que oscilam entre as racionalidades instrumentais e substantivas. As racionalidades instrumentais priorizam ações relacionadas à objetividade e à materialização dos resultados, enquanto as racionalidades substantivas envolvem a subjetividade humana, ou seja, os anseios relacionados ao bem-estar das famílias inseridas em contextos agroindustriais rurais familiares (ANES; DEPONTI; AREND, 2018).

A forma como os gestores conduzem a atividade agroindustrial determina a preponderância de um tipo de racionalidade, e pode apresentar tendência à busca pelo bem-estar da família, ou então, pelo sucesso financeiro. Dessas constatações, pode-se definir o tipo de desenvolvimento que esses empreendimentos possibilitam para a referida região.

Nesse sentido, o desenvolvimento regional configura-se pelas particularidades regionais, que são determinadas pela capacidade de auto-organização da sociedade (BOISIER, 2000). Essas capacidades são estimuladas pela coesão social, que é definida pela identidade regional, representada pelos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos da comunidade. Etges e Degrandi (2013) destacam que o desenvolvimento regional é o resultado do processo de transformação da sociedade, iniciada pela configuração histórica de determinada região, delimitada pela apropriação social e física de um território.

Por se tratar de uma organização social e econômica, entende-se que ao gestor da agroindústria rural familiar competem múltiplas funções que permeiam o espaço produtivo que origina a matéria-prima, assim como o espaço agroindustrial, no qual é realizado o beneficiamento do produto. Nessa concepção, Serva (1997) infere noções sobre os processos organizacionais, que possibilitam identificar o perfil ou a orientação das ações desses gestores quanto as suas razões, ou suas racionalidades.

Os gestores das agroindústrias rurais familiares orientam-se por razões distintas ao conduzir seus processos organizacionais, que podem evidenciar ações voltadas às racionalidades tanto instrumentais, repletas de valores utilitaristas e de finalidades econômicas, como as substantivas, ligadas aos fatores intrínsecos da natureza humana, representados pelos valores éticos. Para identificar tais racionalidades, Serva (1997) recorreu a análises mais profundas sobre os elementos que abrangem a ação social de uma organização. Ele buscou, por meio da concepção de Guerreiro Ramos (1989) acerca das *isonomias* ou “tipos ideais”, identificar organizações orientadas pelas racionalidades substantivas.

A partir disso, a perspectiva que o estudo sobre as racionalidades nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares de Panambi buscou inferir foi o entendimento sobre a lógica que norteia suas razões e suas relações com o processo de desenvolvimento regional. Weber (2004), em sua obra “Economia e Sociedade”, esclarece conceitos sobre a ação social que permitem compreender o processo de desenvolvimento regional como o resultado das ações de uma sociedade que se organiza em função de racionalidades, que podem apresentar orientação em relação à ação racional referente a fins; ação racional referente a valores; ação efetiva; e ação tradicional.

Guerreiro Ramos (1989), com base nas concepções de Weber (2004), discute e define os princípios que norteiam as racionalidades que se concentram na compreensão de sua essência instrumental, orientada por fins e controlada por cálculos, e substantiva, norteada pela lógica humana que permeia os valores humanos e a ética. Por sua vez, Serva (1996; 1997) contribui significativamente para a compreensão das racionalidades quando buscou analisar os processos

que envolvem as racionalidades de modo crítico, propondo-se a identificar as racionalidades substantivas, parâmetros por vezes desconsiderados pelos cientistas sociais contemporâneos. Seu estudo identificou *cases* de organizações com perfil racional substantivo que permitiu-lhe caracterizar como um ambiente organizacional distinto, diverso, autônomo, e preocupado com a responsabilidade social de suas atitudes organizacionais, por exemplo.

Para identificar essas organizações, Serva (1997) formulou um conjunto de análise com base nos processos organizacionais que possibilitou identificar organizações de perfil racional instrumental ou substantivo. Serva (1997) inferiu uma lógica que permitiu compreender os processos organizacionais constituídos por elementos, que apresentam funções específicas nas organizações. A hierarquia e as normas, a divisão do trabalho, os valores e objetivos, as formas de controle, dentre outros, são exemplos de processos denominados essenciais. Já os relacionados aos aspectos mais subjetivos como, por exemplo, os vinculados à reflexão sobre a organização, a satisfação, os conflitos individuais e a tudo que se refere à dimensão simbólica, conformam os processos organizacionais reconhecidos como complementares.

Serva (1997) atribuiu elementos que auxiliaram nesse processo de identificação e caracterização das organizações modernas, que agem como organismos sociais ocasionando formas distintas de desenvolvimento. Esses efeitos foram identificados pela capacidade de uma organização desenvolver suas habilidades competitivas, no comprometimento com a satisfação dos colaboradores, seu bem-estar e suas responsabilidades com a sociedade. Os traços da racionalidade instrumental sob os processos organizacionais, por exemplo, ocasionaram diversos problemas relacionados aos aspectos éticos e morais, relacionados a abuso de poder, falta de comunicação e competição individual, responsáveis pela redução da qualidade de vida da população e pelo descaso com os problemas ambientais decorrentes das atividades desempenhadas pelas organizações.

O estudo das racionalidades permitiu inferir algumas concepções acerca da conduta humana, pela qual os indivíduos agem em prol de suas metas e objetivos (SERVA, 1997). A partir da concepção Weberiana, entende-se que a origem dos estudos sobre essas racionalidades partiu do contexto que envolve a ação social (HÉKIS, 2012). Logo, o desenvolvimento regional encontra seu campo conceitual fundamentado na perspectiva das ações desempenhadas em um dado território, que possibilita transformações na esfera social, econômica e ambiental (LOPES, 2002).

Etges e Karnopp (2020) salientam que a agroindustrialização nos espaços rurais familiares cumpre um papel social integrador, no qual o produtor é direcionado para os mercados, que promove por meio da descentralização e diversificação produtiva, elementos que

possibilitem sua ascensão econômica e social, estimulando o desenvolvimento dos territórios locais, e por conseguinte os regionais.

Para Damke *et al.* (2019), as agroindústrias oferecem subsídios para o desenvolvimento local e regional, pelo fato de possibilitarem geração de renda, criação de postos de trabalho e a inserção social dos produtores. Da Silva e Gazola (2021) complementam que o desenvolvimento alavancado por esse segmento transcende os limites geográficos, ocasionando focos de desenvolvimento que se estabelecem regionalmente.

As condições econômicas modernas contribuíram para o aumento da circulação de pessoas e produtos, e isso impacta diretamente na dinâmica que abarca o desenvolvimento regional. As agroindústrias rurais familiares auxiliam nesse processo, pois desenvolvem as potencialidades regionais, conduzem a uma economia que oferece subsídios relevantes para o desenvolvimento regional, o qual é promovido por fatores que transcendem a ordem geográfica de um determinado local (DA SILVA; GAZOLA, 2021).

A partir dessas evidências, que elegem as agroindústrias rurais familiares como propulsoras de desenvolvimento regional (ETGES; KARNOPP, 2020; DAMKE *et al.*, 2019; DA SILVA; GAZOLA, 2021) recorreu-se aos estudos organizacionais de Serva (1996; 1997) para compreender as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das ARF's e sua relação com as distintas formas de desenvolvimento que é desencadeado pelas referidas organizações.

Etges e Karnopp (2020) evidenciam que o desenvolvimento pode ser observado a partir das ações dos indivíduos que agem e tomam decisões, como é o caso dos gestores das Agroindústrias Rurais Familiares. Suas ações são induzidas pelas racionalidades, que podem inferir comportamentos distintos e assumir um caráter racional substantivo, convergindo para a lógica humana; ou instrumental, que induz a despersonalização humana em detrimento das congruências do mercado, que é utilitarista por natureza, e busca por meios planejados atingir o objetivo da rentabilidade (ANES; DEPONTI, AREND, 2018).

As racionalidades, quando analisadas de forma pontual, permitem concepções diversas sobre a realidade de determinado segmento social. As agroindústrias rurais familiares podem ser compreendidas como organismos econômicos que objetivam o lucro, porém apresentam uma dinâmica diferenciada em relação aos segmentos orientados apenas para o mercado. De acordo com Anes (2017), existe a predominância de uma lógica orientada pelas relações sociais da família com seu entorno, pela sua herança cultural, pelo sentimento de pertencimento à região, pelo conhecimento prático e habilidades na realização das tarefas.

Diante do exposto, buscou-se estudar as racionalidades dos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares do município de Panambi/RS, na intenção de compreendê-las e relacioná-las com o desenvolvimento regional. Para isso, delimitou-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como as racionalidades estão presentes nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares do município de Panambi e qual sua relação com o Desenvolvimento Regional?

Dessa forma, fundamentou-se como objetivo geral desta pesquisa estudar as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares de Panambi e sua relação com o Desenvolvimento Regional. Para atingir esse objetivo foi necessário questionar os gestores das ARF's acerca de suas práticas organizacionais, a fim de identificar em seus discursos a presença das racionalidades instrumentais e substantivas. Como forma de explorar essa temática, priorizou-se os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar os gestores das agroindústrias rurais familiares de Panambi b) identificar as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares de Panambi; c) descrever as racionalidades predominantes nos processos organizacionais d) relacionar as racionalidades nos processos organizacionais dos gestores e o desenvolvimento regional.

As características dos gestores das ARF's foram delimitadas de acordo com o gênero, faixa-etária, escolaridade, por exemplo, e os aspectos inerentes ao histórico e contexto familiar. A identificação dos processos organizacionais e a presença das racionalidades substantivas e instrumentais foram analisadas a partir do discurso do gestor, manifestadas nas respostas aos questionamentos.

A sociedade é constituída por organizações que foram construídas em um contexto racional, orientado por regras, controle e otimização de recursos (BARROS; SANTOS, 2010). Dessa maneira, torna-se elementar compreender como determinadas organizações atuam nesse cenário. As agroindústrias rurais familiares, quando desafiadas a manter relações com os contextos comerciais, assumem características organizacionais que podem evidenciar práticas racionais substantivas ou instrumentais. Identificar essas racionalidades possibilita o reconhecimento da natureza das ações de seus gestores, que podem desenvolver suas tarefas e relações de modo articulado, com fins específicos e objetivos previamente estabelecidos, ou podem agir de forma equilibrada, tendo em vista o respeito à coletividade, os valores e a dignidade humana (ANES, 2017).

Na perspectiva organizacional mencionada por Barros e Santos (2010), as racionalidades integram-se às inúmeras ações que orientam a conduta individual e coletiva.

Para tanto, estudar como elas se manifestam nos processos organizacionais dos gestores de agroindústrias rurais familiares propicia uma nova concepção acerca de sua essência, que pode estar vinculada às formas de controle, ao uso de conhecimentos técnicos, ou à busca do êxito no controle dos recursos e nas negociações.

Ao estudar essas racionalidades torna-se possível compreender como é organizado e dividido o trabalho, sua hierarquia, o conjunto de normas, valores e objetivos organizacionais do gestor, dentre outros (SERVA, 1997). Explicar estes elementos em um dado contexto, favorece a concepção de uma nova ciência, fundamentada pelas particularidades sociais, que abrangem também os espaços organizacionais das Agroindústrias Rurais Familiares (ANES, 2017).

Parte dos estudos que envolvem a administração científica, aplicados em organizações, desconsidera o sucesso organizacional na perspectiva da racionalidade substantiva. Isso demonstra a necessidade de adentrar em espaços específicos de análise, como é o caso das agroindústrias rurais familiares e seus gestores, que fazem parte da Agricultura Familiar, e apresentam preponderância da racionalidade substantiva sob a instrumental (ANES, 2017).

Entender a configuração das agroindústrias rurais familiares após o processo de sua formalização possibilita compreendê-las a partir de suas particularidades. As transformações propostas pela modernidade foram absorvidas pela sociedade de tal forma que se torna imprescindível estudar as agroindústrias rurais familiares. Analisá-las pelo enfoque das racionalidades de seus gestores permite criar evidências sobre sua atuação dentro de um sistema econômico marcado por inúmeros percalços. Esses gestores possuem orientações distintas, que perpassam as premissas subjetivas inerentes ao ser humano, dotado de valores subjetivos que transcendem à natureza econômica, e de seus fins utilitários, propostos pelo sistema capitalista moderno (SERVA, 1997).

A razão deste estudo, decorre do contraponto que se articula nos espaços agroindustriais rurais familiares, em relação a suas ações, que podem apresentar orientações distintas variando entre a racionalidade instrumental ou substantiva. Para Anes (2017), este conflito se estabelece em função das particularidades de cada segmento, os quais podem refletir modos distintos, em relação à condução de seus sistemas produtivos. A agricultura familiar, por exemplo, reflete a essência da reciprocidade, do campesinato e o equilíbrio das relações (racionalidade substantiva). No entanto, devido às relações com os mercados, surgem outros modelos de agricultura, comumente reconhecidos como agronegócio, conduzido pela lógica industrial, balizada pela tecnologia, emprego de técnicas produtivistas com fins utilitários (racionalidade instrumental).

As agroindústrias rurais familiares também conformam espaços de conflito de racionalidades, pois elas se estabelecem na dualidade entre a lógica que compreende a agricultura familiar e as condições que lhes foram impostas pela modernização, e pela economia de mercado (ANES, 2017). Estas particularidades assumem relevância para estudos com enfoque nas racionalidades, que podem estar presentes no comportamento do gestor, na condução de seus processos organizacionais. Sua presença pode ser atribuída por motivações que somente podem ter evidência por métodos científicos adequados.

É relevante considerar o trabalho pelo seu valor econômico, ou pelo retorno financeiro que ele possibilita. Porém, existem outras premissas que devem ter visibilidade. Serva (1997) afirma que a natureza da racionalidade substantiva é presente nas organizações, e que por meio dela, os indivíduos tornam-se mais humanos, honestos com seus valores e princípios, e mantém um pensamento voltado ao bem-estar coletivo.

Uma das motivações que inspiraram a realização de um estudo voltado ao segmento agroindustrial familiar, são decorrentes de suas atribuições como organização, ou como organismo social. Elas desenvolvem um trabalho com base na autonomia, na independência em relação aos fatores produtivos, ou seja, detêm na propriedade a mão de obra e a matéria-prima necessárias aos processos de transformação que desenvolvem. Também são articuladas na sociedade, estabelecem relações duradouras com a comunidade reforçando seus laços de pertencimento e comprometimento com o lugar onde estão inseridas (ANES, 2017).

Por essas razões, entende-se que são organizações que atuam sobre a preponderância das racionalidades substantivas (ANES, 2017). Essa particularidade, já referenciada por outros estudos, instigou a realização de uma pesquisa que possibilitou avaliar o cenário atual, quanto às racionalidades presentes nos processos organizacionais de seus gestores e suas relações com o Desenvolvimento Regional.

Diante disso, entende-se que as políticas públicas são relevantes para a dinamização do desenvolvimento de uma região. O processo de legalização das Agroindústrias Rurais familiares propôs exigências que mobilizaram ações de seus gestores, para atender as demandas do PEAf (RIO GRANDE DO SUL, 2022). Isso provocou mudanças no modo de conduzir a atividade e seus processos organizacionais. Em decorrência da inserção deste segmento em diretrizes mais específicas e operacionais (ALTAFIN, 2007), esta pesquisa se propõe a evidenciar o tipo de racionalidade predominante, nos processos organizacionais e suas relações com o desenvolvimento regional.

Em virtude da relação que se estabelece entre sua presença e a promoção do desenvolvimento local e regional (DAMKE *et al.*, 2019; DA SILVA; GAZOLA, 2021), torna-

se elementar relacionar a esse contexto, a temática da racionalidade, a qual de acordo com Serva (1997), decorre das ações e comportamento dos indivíduos, os quais são representados no seu ambiente e nos seus processos organizacionais.

Foguesatto e Machado (2017) destacam que existe relação entre o desenvolvimento regional e as ações desempenhadas pelas agroindústrias rurais familiares. Por esse motivo, o referido estudo assumiu relevância para compreensão dos fatores que desencadeiam o desenvolvimento regional. O aporte teórico selecionado somado a metodologia de pesquisa executada permitiu demonstrar correlações entre as racionalidades e desenvolvimento regional.

Serva (1997), com base nos estudos de Guerreiro Ramos, referenciou que as racionalidades instrumentais possuem enfoque no êxito e nos lucros, e as substantivas, relacionam os fatores subjetivos, que trata da satisfação dos indivíduos em relação ao seu trabalho, que é reconhecido como parte de um processo organizacional. As racionalidades substantivas encontram-se enquadradas na vida social e organizacional, os quais permeiam os valores, a ética e a emancipação dos indivíduos, as quais promovem sua autorrealização.

Tais fenômenos quando estudados oferecem subsídios para a compreensão dos fatores que articulam ou desarticulam os processos o desenvolvimento em determinada região. A maneira como são conduzidos os processos organizacionais estabelecem contextos distintos, que podem desencadear ou não a satisfação, realização e retorno do trabalho que executam.

Anes, Deponti e Arend (2018) justificam que os estudos das racionalidades possibilitam a compreensão da realidade social, a qual também ocasiona efeitos nas organizações, as quais podem delimitar-se pela lógica racional instrumental que refletem os efeitos funcionais das economias de mercado, ou ainda pelas racionalidades substantivas, as quais perpassam ações que envolvem os valores morais, a ética, as interações, os juízos de valor, o respeito, a dignidade, os quais corroboram para aspectos relacionados a satisfação e o bem-estar individual e coletivo.

Também é notório que o segmento constituído pelas agroindústrias rurais familiares se encontra em plena expansão quanto ao número de famílias. Bastian *et al.* (2022) ao analisarem os dados intercensitários do ano de 2006 e 2007 inferem que a grande região Sul do Brasil, que compreendem os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná teve um acréscimo muito expressivo quanto ao número de agroindústrias formalizadas. Em 2006 essa região apresentou um total de 58.135 empreendimentos e em 2017 o Censo Agropecuário apontou um total de 141.530 empreendimentos, o que correspondeu uma variação de 143%.

Com base nesse aumento expressivo de agroindústrias entendeu-se relevante estudá-las pelo enfoque das racionalidades dos gestores, pois o crescimento substancial de um setor

econômico e social, demanda estudos que possibilitem compreender suas dinâmicas. Essa compreensão torna-se base elementar para futuras intervenções que possibilitem criar ou aperfeiçoar mecanismos de condução para o desenvolvimento regional.

Com base nestas proposições, o presente estudo buscou contribuir com a fundamentação de uma nova ciência proposta pelos autores, que consideram as organizações substantivas como heterogêneas, autônomas e possibilitam a formalização de espaços sociais mais satisfatórios em relação aos anseios humanos, quanto ao bem-estar individual e coletivo.

Optou-se pelo estudo sobre a presença das racionalidades, em processos organizacionais de gestores de agroindústrias rurais familiares, pela existência no município de Panambi de um total de vinte e uma agroindústrias rurais familiares, cadastradas pelo Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), e devido ao conjunto de características que esses empreendimentos apresentam configurou-se um cenário susceptível à realização de pesquisas sociais, de cunho científico.

Os estudos sobre temas que envolvem as racionalidades, processos organizacionais e agroindústrias rurais familiares estabelecem conexões que permitem entender, a partir das ações de um indivíduo, como se configura o processo de desenvolvimento em determinado território. Essas temáticas perpassaram um campo interdisciplinar do conhecimento, o qual assume características relevantes para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP).

No que se refere à Linha de Pesquisa “Dinâmicas Sociopolíticas e Experiências de Desenvolvimento” esta pesquisa se justifica pelo fato de direcionar-se às experiências de desenvolvimento que permeiam as racionalidades em processos organizacionais dos gestores do segmento agroindustrial familiar que agem em favor das transformações em seu território, as quais transcendem aspectos socioeconômicos e ambientais.

A compilação deste estudo será evidenciada em cinco sessões delimitadas em capítulos que obedecem a seguinte ordem: capítulo introdutório, revisão bibliográfica, metodologia, análise e discussão dos resultados e considerações finais.

No primeiro capítulo foi mencionado algumas abordagens prévias sobre às agroindústrias rurais familiares, seus processos organizacionais, racionalidades substantivas, racionalidades instrumentais e desenvolvimento regional. Além deste, também foi evidenciado o problema de pesquisa, o objetivo geral e específicos e as justificativas da pesquisadora em desenvolver um estudo científico e interdisciplinar, com tal enfoque.

No segundo capítulo buscou-se delimitar conceitos considerados coerentes com a proposta deste estudo. Para isso, foram abordados conceitos sobre a agricultura e o contexto

agroindustrial, agricultura e agricultura familiar brasileira, agroindústrias rurais familiares, diretrizes do Programa estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento ambiental, racionalidade e processos organizacionais, racionalidades substantivas e instrumentais, e processos organizacionais sob o enfoque das racionalidades.

O terceiro capítulo buscou evidenciar o percurso metodológico adotado pela pesquisadora para obter os resultados do estudo. Nesta sessão foram apresentados aspectos pertinentes à classificação da pesquisa, caracterização do campo e investigação, coleta e análise dos dados e ainda os aspectos éticos da pesquisa.

No quarto capítulo foram evidenciados os resultados da investigação, que tratou de caracterizar os gestores das ARF's, identificar as racionalidades presentes nos processos organizacionais, evidenciar a preponderância das racionalidades substantivas/instrumentais e suas relações com o desenvolvimento regional.

Estes resultados foram originados pelo processo de codificação, decodificação e refinamento de dados, que permitiram criar elementos analíticos, por meio de termos que proporcionaram contemplar os objetivos da pesquisa.

2 A AGROINDÚSTRIA RURAL FAMILIAR E AS RACIONALIDADES: UM RECORTE TEÓRICO A PARTIR DA DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nesta sessão são explicitados os conceitos básicos usados no estudo referentes à compreensão da racionalidade incorporada nas ações dos gestores de empreendimentos rurais familiares, tendo por enfoque seus processos organizacionais e suas relações com o desenvolvimento regional. Entende-se aqui ser importante abordar sobre temas correlacionados ao objeto de estudo, como é o caso da agricultura, agricultura familiar brasileira, agroindústrias rurais familiares, programas de desenvolvimento, como é o caso do Programa Estadual da Agroindústrias Familiar, dentre outros.

Inicialmente abordou-se aspectos referentes a agricultura familiar e sua consolidação no Brasil, e o vínculo deste segmento com a agroindústria rural familiar. Também buscou-se evidenciar as particularidades e os conceitos modernos sobre a categoria, e as principais políticas de Estado consolidadas para a formalização da agroindústria familiar.

Ademais, pretende-se inserir o contexto do desenvolvimento regional na perspectiva de autores como, Etges e Degrandi (2013), Lima e Simões (2010) Santos *et al.* (2012), dentre outros, os quais os evidenciam a categoria do desenvolvimento regional como processos que induzem transformações sociais e econômicas sobre contextos territoriais.

A temática que abrange o Desenvolvimento Regional será discutida pelo enfoque dos processos organizacionais e suas racionalidades. Para isso, recorre-se a Weber (2004), Guerreiro Ramos (1989) e Serva (1996;1997), os quais foram os precursores da formalização de estudos que envolvem as racionalidades substantivas e instrumentais nas organizações modernas. Além destes, buscou-se evidenciar conceitos relacionados ao trabalho (RAMOS, 2009; THIRY-CHERQUES, 2009; LOCH; CORREIA,2004).

2.1 A AGRICULTURA E O CONTEXTO AGROINDUSTRIAL

Neste tópico busca-se evidenciar as particularidades inerentes à consolidação da agricultura familiar brasileira, a qual passou por um processo de transformações, decorrentes das intervenções do Estado e da sua inserção no sistema capitalista moderno. Essas mudanças ocasionaram modificações constantes nas estruturas da sociedade rural que cada vez mais foi desafiada a agir de forma estratégica devido às condições propostas pelos mercados.

(ABRAMOVAY, 1992; FAVARETO, 2010; ALTAFIN, 2007; SPANEVELLO et al., 2019; ALVES; TEDESCO, 2015).

Também se busca evidenciar aspectos inerentes às características e funções das agroindústrias rurais familiares, tendo em vista seu contexto histórico e sua relação com a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014; PREZZOTO, 2002; DA SILVA; GAZOLLA, 2021). Por fim, busca-se esclarecer no último tópico desta sessão, algumas particularidades inerentes ao processo de legalização das agroindústrias rurais familiares vinculadas ao Programa Estadual da Agroindústria Familiar (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

2.1.1 A agricultura e a agricultura familiar brasileira

Historicamente a modernização da agricultura proporcionou uma série de modificações nas bases produtivas dos sistemas agrários brasileiros. A partir da década de 60 do Séc. XX, em decorrência do processo modernizador surgem alternativas para incrementar a produção e a produtividade agropecuária. A tecnificação e a mecanização da agricultura foram promovidas por meio da inserção de colheitadeiras mecânicas, tratores e pela aplicação de insumos químicos. Além dessas mudanças nos itinerários técnicos, as quais fortaleceram a monocultura, fatores como o aumento das transações monetárias, decorrentes da venda dos excedentes, a qualificação e divisão do trabalho nos latifúndios, foram algumas das consequências desse processo de modernização (KAGEYAMA; LEONI, 2019).

Oriundo do processo de modernização da agricultura brasileira, as *commodities* agrícolas tiveram como marco referencial a denominada “Revolução Verde”. De acordo com Vieira (2012), o avanço da produção e comercialização dos produtos primários extraídos da exploração agrícola obteve respaldo político, visto que a operacionalização dos mercados agroexportadores foi consolidada pelo apoio dos gestores públicos, os quais regulamentaram o setor, propondo priorizações em função da ampliação dos fluxos econômicos no país.

A nova conjuntura econômica atribuída ao país contribuiu significativamente para o fortalecimento da produção em grande escala (*agribusiness*), porém gerou uma instabilidade entre os agricultores desfavorecidos pelas políticas econômicas instituídas pelos governos. Esse fator dinamizou o êxodo rural, de forma que os agricultores localizados em áreas de baixa produtividade e/ou detentores de áreas menores não conseguiram acompanhar o avanço proposto pela modernização (SPANEVELLO et al., 2019).

De acordo com Camarano e Abramovay (1998), os dados históricos apurados pelo IBGE desde a década de 1950, apontam que, até meados da década de 1990 o Brasil experimentou

um intenso processo de êxodo rural. A cada dez anos um em cada três brasileiros sediados no meio rural optaram pela migração aos centros urbanos.

No entanto, apesar de o processo do êxodo rural ter sido mais intenso nas décadas subsequentes ao ano de 1960, muitos produtores resistiram às adversidades socioeconômicas e mantiveram-se nas propriedades. O ato de resistência dessas famílias, que buscaram alternativas para sua continuidade no campo, tem sido objeto de estudos de muitos pesquisadores, os quais buscam compreender os fatores que oportunizaram sua ascensão e as estratégias que orientaram as decisões em permanecer no campo (SPANEVERELLO *et al.*, 2019).

Diante do processo do êxodo rural, outro aspecto referenciado por Veiga (2001) sintetiza a relevância do segmento rural para o desenvolvimento do meio urbano. Suas concepções acerca da economia gerada pela agricultura familiar destacam que este segmento cumpriu um papel fundamental para o desenvolvimento das regiões. A diversificação produtiva e o empreendedorismo dos agricultores familiares determinaram um papel econômico dinamizador que absorveu um contingente considerável da mão de obra ociosa dos centros urbanos. Para ele, o êxodo rural é um processo que desencadeou um aumento da população urbana, porém evidencia que mesmo com a ocorrência da emigração campo-cidade, inúmeras regiões dependeram das atividades rurais para desenvolver o meio urbano.

Na perspectiva da conjuntura moderna rural, entende-se que os principais mecanismos que fomentaram o setor rural foram a concessão do crédito, o assessoramento técnico, e a incorporação de tecnologias nos processos de produção. Porém, entende-se que essas ações não foram conduzidas de modo efetivo a todo o segmento da agricultura. Inicialmente os produtores capitalizados receberam os incentivos do Estado, como o acesso ao crédito com juros subsidiados, como forma de auxiliar o processo da modernização. Com isso, muitos agricultores excluídos do processo modernizador venderam suas terras e migraram em direção aos grandes centros em busca de trabalho, porém o mercado não os absorveu em sua totalidade, favorecendo a consolidação dos bolsões de pobreza. (ALVES; TEDESCO, 2015).

Como forma de reorganizar os produtores desfavorecidos pelo processo de modernização da agricultura e mitigar seus efeitos adversos implementa-se um conjunto de ações do Estado, as quais resultaram na unificação de estratégias que buscaram o fortalecimento da agricultura familiar. Por meio do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, instituiu-se o primeiro programa de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, o qual foi implementado como resposta aos movimentos sociais e sindicais que reivindicavam a reinserção da reforma agrária na agenda política do país (ALTAFIN, 2007).

Nos países centrais e desenvolvidos o processo de fortalecimento da agricultura familiar teve uma orientação diferente, de tal forma que as políticas efetivadas foram estabelecidas de forma estruturante. Os objetivos eram claros e mantiveram o interesse na promoção da segurança e soberania alimentar de forma a considerar as particularidades de cada região, como por exemplo, suas especificidades socioculturais. Em países periféricos, essa organização e planejamento das intervenções estatais desconsideraram esses fatores intrínsecos de cada território, o que ocasionou descontinuidades e problemas emergentes ao segmento constituído pelos agricultores familiares (ABRAMOVAY, 1992).

Favareto (2010) evidencia algumas particularidades do contexto rural brasileiro sob uma perspectiva territorial. Segundo o autor, uma das prioridades para o desenvolvimento do meio rural do Brasil foi articulada para resolver os problemas fundiários, os quais relacionavam a pobreza do meio rural à falta de acesso à terra. A partir de uma série de medidas adicionadas de experiências internacionais, tanto na América Latina como no Brasil, essas intervenções não favoreceram o desenvolvimento de um modo estruturante. As medidas foram consideradas paliativas, pois não conseguiram promover a renda e impactos sobre o meio urbano, nem tampouco reduzir os níveis de pobreza no meio rural. Paralelo a isso, a Revolução Verde iniciada na década de 1960 contribuiu para ampliar as desigualdades, visto que os agricultores considerados pobres não detinham em seu poder as tecnologias apropriadas e nem estavam habilitados para acessar o crédito.

As estratégias articuladas pelo Estado brasileiro alinharam-se às principais diretrizes propostas pelos organismos internacionais que objetivavam a redução da fome, da pobreza e das desigualdades sociais. Desse modo, recursos foram disponibilizados para os países emergentes, para que solucionassem seus problemas estruturantes. Um dos principais desafios para esses países foi a implementação dos projetos estruturantes. A maioria das ações do Estado em buscar o desenvolvimento do meio rural ocorreu por meio dos projetos produtivistas, os quais não consideravam as fragilidades ou potencialidades do setor (FAVARETO, 2010).

No Brasil, a dinâmica capitalista do meio rural foi estabelecida por meio dessas intervenções estatais alinhadas a diretrizes operacionais que buscaram proporcionar acesso a determinadas políticas públicas. A partir disso esses produtores foram direcionados ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) que teve por enfoque uma série de medidas, com vistas a promoção do desenvolvimento do setor. Além de obterem, em um primeiro momento o acesso aos custeios de suas atividades agropecuárias, obtiveram em 1997 “acesso ao crédito para as áreas de investimentos, de infraestrutura e de serviços municipais, assim como de capacitação e pesquisa” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2020 p.16).

Atualmente o acesso ao Pronaf prevê o reconhecimento do agricultor familiar como integrante de um grupo qualificado para ser usuário de políticas públicas que possibilitam ao produtor a realização de um cadastro para emissão da Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF. O acesso ao Pronaf deve cumprir com alguns critérios como por exemplo, efetuar um cadastro do produtor junto a Secretaria da Agricultura Familiar, por meio da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que se apresenta como um instrumento declaratório das receitas e do total produzido pela unidade familiar. A DAP é considerada fundamental para a concessão do crédito do Pronaf e aos demais benefícios propostos por ele, como, por exemplo, a assistência técnica especializada, garantia de preços, seguro agrícola e participação em compras públicas sem licitação (SAMBUICHI *et al.*, 2016).

Nesse sentido, o acesso ao cadastro da DAP permite que os produtores sejam inseridos em outras Políticas Públicas, como é o caso do Programa Estadual da Agroindústria Familiar, no qual as agroindústrias familiares passam a atuar de forma legalizada, acessando os mercados locais e ainda são contempladas com linhas de créditos vinculadas ao Pronaf, o qual possibilitam juros reduzidos, subsídios e assessoramento técnico para as demandas geradas pelas atividades (GOMES; CESCO, 2017).

A partir da consolidação da Política de Fortalecimento da Agricultura Familiar (BRASIL, 1996), consolida-se uma política nacional voltada exclusivamente para agricultura familiar que promove o início de diversos programas orientados a esse público. Nesse sentido, o termo “campesino” citado por Altafin (2007) passou a ser gradativamente substituído pelo termo “agricultor familiar” que lhes confere atribuições específicas quanto a natureza de suas funções. De acordo com o Art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006) considera-se,

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Com base nas especificidades atribuídas ao contexto da agricultura familiar brasileira, entende-se que sua principal caracterização se encontra vinculada aos fatores inerentes a área territorial, a qual não pode ultrapassar aos quatro módulos fiscais, a renda familiar, a qual deve

ter um percentual mínimo, oriundo da atividade rural, e também deve apresentar predominância da mão de obra familiar em seus processos produtivos.

Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), ao analisarem o cenário nacional frente à agricultura familiar destacam, que no Brasil, essas políticas públicas não foram implementadas de forma articulada. Muitas delas foram incorporadas com base em outras realidades, desconsiderando as particularidades de cada local aplicado. A proposta governamental em criar estratégias setoriais para fomentar determinado tipo de desenvolvimento foi articulada de forma a resolver problemas pontuais, como por exemplo, o acesso ao crédito rural aos produtores familiares. Essas ações não conseguiram propor soluções estruturantes aos problemas dos agricultores, as quais pudessem realmente transformar a sua realidade. De acordo com os autores,

O fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar requer, pois, a integração das políticas macroeconômica, agrícola e de desenvolvimento rural, de forma a reduzir os atritos e aumentar a convergência e sinergia entre os diversos níveis de intervenção do setor público (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p.341).

A partir disso, os autores ainda reforçam que essas políticas, além de buscar uma reintegração macroeconômica, também devem possibilitar a inserção de temas como por exemplo a reforma agrária, distribuição de renda, políticas de preço, políticas de educação rural e de desenvolvimento agroindustrial, por exemplo. Para eles, existe a necessidade de mudanças na forma de conduzir essas políticas de modo que, estejam em consonância com os anseios e com as particularidades regionais.

2.1.2 Agroindústrias rurais familiares

De acordo com Grisa e Schneider (2014), a agricultura familiar fez parte de um processo viabilizado inicialmente por inúmeros movimentos sociais que objetivaram um reconhecimento de classe, a fim de posicioná-los em um sistema econômico impregnado pelas forças de mercado. Esse esforço originou-se por sua consolidação no país, a qual teve um contexto histórico e social desfavorecido por longo tempo. A esse respeito, compreende-se que o papel das Políticas Públicas foi fundamental para sua valorização como estrato de classe, que os auxiliou no processo de inserção a essa nova realidade tangenciada e regulamentada pelos mercados e por um sistema que promove vantagens aos mais habilitados e capacitados a operar em razão da produtividade, do custo benefício e em favor dos empreendimentos mais

competitivos e qualificados. A diversificação produtiva e o beneficiamento da produção primária apresentam-se como uma das atividades mais triviais das propriedades familiares. O hábito de diversificar a produção de alimentos para o autoconsumo e a utilização de técnicas de beneficiamento são atributos característicos do agricultor tradicional e familiar, as quais se estabelecem como oportunidades para a categoria (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

O contexto agroindustrial brasileiro teve sua trajetória inicial marcada pelos procedimentos simplistas e rudimentares de beneficiamento da produção primária. De acordo com Bertol *et al.* (2019) esses processos iniciaram na região sul e sudeste por meio da formalização de frigoríficos e indústrias têxteis. A partir da década de 1950 ocorreram algumas mudanças na economia brasileira a qual teve um impulso decorrente de investimentos de capital internacional direcionado as indústrias de máquinas e equipamentos, os quais favoreceram também os empreendimentos agroindustriais convencionais. No entanto, segundo o autor, as agroindústrias rurais familiares foram reconhecidas como segmento somente depois do processo de Revolução Verde que ocasionou mudanças ao setor agropecuário.

De acordo com Prezotto (2002), a formalização das agroindústrias familiares, denominadas por ele como Agroindústria de Pequeno Porte, surgiu por meio do empreendedorismo e da autonomia dos pequenos produtores rurais. O conhecimento e a vivência na agricultura proporcionaram subsídios que possibilitam desenvolver habilidades nas questões que envolvem a produção de alimentos artesanais, ou coloniais. A agroindustrialização para esses agricultores é algo inerente à sua cultura, ao seu modo de vida. Nestes estabelecimentos rurais, os produtos primários, como os ligados a pecuária de corte e de leite, grãos, frutas, vegetais, dentre outros, passam pelo beneficiamento artesanal transformando-se em produtos secundários (banha, geleia, queijos, conservas, embutidos e defumados).

A partir de suas habilidades sobre o modo de fazer e transformar esses produtos, muitos destes pequenos agricultores desfavorecidos pelo processo da modernização agrícola, ou deslocados do contexto agroindustrial complexo que se estruturava, aderiram a agroindustrialização para um comércio dos excedentes produtivos. Boa parte dos produtos artesanais era comercializada pelas associações formalizadas, por grupos de produtores com objetivos similares. Essas associações criadas proporcionaram visibilidade e crescimento de demandas por esse tipo de produto (PREZOTTO, 2002).

Nesse contexto a agroindústria rural familiar é considerada uma agroindústria de pequeno porte, orientada por processos de produção de baixa complexidade, e com produção de baixa escala. Essas agroindústrias apresentam vínculo com a agricultura familiar de modo que os produtos primários possuem sua origem na propriedade ou então são adquiridos de

outros produtores. A mão de obra depende da estrutura familiar e os recursos produtivos e financeiros obtidos pela comercialização são gerenciados pela unidade familiar (PREZOTTO, 2002).

Com base na oportunidade vislumbrada pelo setor, em aproveitar racionalmente os produtos primários do estabelecimento rural, e convertê-los em subprodutos para o atendimento das demandas locais, prioriza-se no ano de 2012 uma série de ações governamentais para atender as demandas do setor agropecuário. Essas ações foram reconhecidas como políticas públicas, orientadas para a organização do segmento agroindustrial gaúcho. A Lei Estadual nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012 cria o Programa Estadual da Agroindústria Familiar, na perspectiva de oferecer subsídios para a regulamentação das atividades agroindustriais de caráter artesanal, desempenhadas pelos produtores. O respaldo dessa lei possibilitou adequá-las quanto às normativas exigidas pelas legislações sanitárias, ambientais, fiscais e tributárias. Para isso torna-se necessário a realização de um cadastro no programa, pelo qual essas famílias passam a ser assessoradas, para que possam adequar seus sistemas de produção a beneficiamento de produto, a fim de torná-los qualificados para a comercialização local (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Diante disso, o processo de agroindustrialização desenvolvido pela agricultura familiar contribui significativamente para o resgate vinculado à tradição, aos modelos mais humanizados de produção agrícola, que priorizam a sustentabilidade e a redução de técnicas agressivas ao ecossistema. Silveira e Heinz (2005, p.02) destacam que na agroindústria familiar o fazer artesanal se contrapõe ao industrial, padronizado e mecanizado, “ele é o império de como fazer, da variável humana, da diferenciação”.

Outro aspecto a salientar se refere a consolidação das agroindústrias rurais familiares, promovidas pelo empreendedorismo dos produtores rurais familiares, e ganhou espaço notório no cenário brasileiro. De acordo com o Censo Agropecuário realizado no ano de 2017 foi identificado um total de 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil, de modo que destes, 852.639 empreendimentos apresentaram agroindústrias rurais familiares (IBGE, 2017).

Os dados mais específicos apurados evidenciaram que, a produção total dos estabelecimentos agroindustriais familiares e não familiares foi de 6.294.744 toneladas, de modo que o total comercializado representou 5,3 milhões de toneladas. Com relação aos valores adquiridos pela comercialização dos produtos agro industrializados, verificou-se que o total obtido foi de R\$10,8 bilhões. No Rio Grande do Sul foi evidenciado um total de 365.094 empreendimentos agropecuários, dos quais 121.694 deles são constituídos por agroindústrias rurais familiares (IBGE, 2017).

De acordo com Da Silva e Gazolla (2021), em seus estudos comparativos sobre os dados evidenciados pelos Censos agropecuários de 2006 e 2017, houve um expressivo aumento em relação ao número de agroindústrias Rurais familiares na região sul do Brasil, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, o qual representou 14,27% do total das agroindústrias brasileiras seguido de Santa Catarina, com 3,82% e Paraná com 2,32% desse total. Com relação ao Valor Bruto da Produção (VBP) das agroindústrias rurais familiares, os autores destacam que a região sul do Brasil é responsável por 10,68% do VBP gerado em relação ao total brasileiro, de modo que o estado do Rio Grande do Sul também mantém um destaque em relação ao valor de sua produção o qual representa 6,5% do total do país.

As Agroindústrias Rurais Familiares mantêm relação com o fortalecimento da economia dos municípios, pois a forma como são conduzidos os processos de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos privilegiam a região. Este segmento independe dos longos fluxos convencionais de transporte, agregam valor a produção primária, e disponibilizam produtos que são aceitos pelos consumidores, por representarem os traços culturais de cada local. Além disso, os produtos passam a adquirir valor social por referenciarem culturas e identidades geográficas distintas, que são representadas por um produto típico de uma região. Desse modo, as famílias são reconhecidas e valorizadas pelo produto do seu trabalho, o qual lhes possibilita por meio de estratégias de proximidade socioespacial, a obter ganhos econômicos que inferem no crescimento da economia e desenvolvimento da região (DA SILVA; GAZOLLA, 2021).

2.1.3 Diretrizes do Programa Estadual da Agroindústria Familiar

O Programa estadual da Agroindústria Familiar apresenta o objetivo de organizar e valorizar o trabalho da agricultura familiar, favorecendo a implantação de agroindústrias familiares de pequeno porte, ou artesanais, a fim de promover o processo de desenvolvimento rural sustentável, segurança e soberania alimentar e nutricional e geração de trabalho e renda (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

De acordo com os dados atualizados quanto ao número de empreendimentos agroindustriais familiares, divulgados periodicamente pela Secretária da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural que é responsável pela condução do programa, no mês de fevereiro de 2022, foram contabilizados um total de 1.629 agroindústrias rurais vinculadas diretamente ao programa. Esses empreendimentos atuam na produção e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal e apresentam certificado de cadastro e inclusão registrados

pela secretaria. Além disso, sua participação no programa lhes garante o uso do “Selo Sabor Gaúcho”, o qual corresponde à marca do programa que confere identidade e procedência aos produtos (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Para tanto, o conceito que determina a agricultura rural familiar legalizada pelo PEAFF é definido por um viés operacional, o qual delimita as circunstâncias que devem prevalecer dentro destes ambientes que produzem e beneficiam alimentos. A lógica consiste em determinar variáveis aceitáveis quanto às boas práticas de fabricação de produtos, sua sanidade, que deve respeitar as prerrogativas de cada órgão regulador (VISA, MAPA, SIM), e suas práticas comerciais devem atentar para o sistema vigente de tributos (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

O principal objetivo das agroindústrias rurais familiares encontram-se vinculados ao ato de agregar valor aos produtos primários. Batalha (2008) salienta que esse processo consiste em transformar e modificar elementos de um produto bruto de cadeia primária, de modo que o torne interessante e diferenciado. Para isso, existem estratégias que possibilitam a qualificação do produto, que ocorre por meio da utilização de normas de classificação, adequação para armazenamento e transporte, e por fim, o processo de beneficiamento.

Esse conjunto de critérios estabelecidos para a adequação do produto de origem agroindustrial rural familiar articulado pelo PEAFF, tornou-se uma estratégia estadual, mantida pela Secretaria da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), direcionada ao fortalecimento das agroindústrias rurais familiares.

Entende-se que o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAFF) é uma política de Estado formalizada pela Secretaria de Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) que busca qualificar as Agroindústrias Rurais Familiares do estado proporcionando subsídios para sua legalização sanitária, fiscal, ambiental e tributária.

Para isso, seu objetivo consiste em “possibilitar aos agricultores familiares a agregação de valor à produção primária, melhorando a renda e as condições de vida, bem como contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, estadual e federal” (RIO GRANDE DO SUL, 2022, p. 06). Além deste, o programa evidencia os seguintes objetivos específicos:

- 1) Apoiar a implantação de agroindústrias familiares em estabelecimentos rurais;
- 2) Apoiar a legalização de agroindústrias familiares que se encontram na informalidade;
- 3) Proporcionar a qualificação profissional dos beneficiários;
- 4) Oferecer assistência técnica e extensão rural.
- 5) Apoiar a participação dos agricultores familiares em feiras, eventos e pontos de comercialização.

Diante destas intenções, o PEAf orienta-se em auxiliar as agroindústrias rurais familiares informais a regularizarem sua situação sanitária, ambiental, fiscal e tributária para que possam adequarem-se às exigências preestabelecidas por cada órgão regulador. Em relação ao público beneficiário, ele prioriza, “agricultores familiares, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e pescadores profissionais artesanais que tenham agroindústria ou que pretendam implantar unidades de processamento artesanal da produção agropecuária de forma coletiva ou individual” (RIO GRANDE DO SUL, 2022, p. 07).

Além desta delimitação relacionada a um público específico, o programa delimita alguns critérios de participação como por exemplo, o vínculo do produtor com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que se consolida pelo cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O produtor também deve buscar regularizar suas condições ambientais e sanitárias no decorrer do processo de cadastro, participar de cursos de qualificação e nas áreas de boas práticas de fabricação, gestão e processamento em agroindústrias, ter acompanhamento técnico de órgão competente, e utilizar o Selo Sabor Gaúcho, na rotulagem dos produtos. Já, nos casos de associações de agricultores familiares, elas podem aderir ao programa desde que 70% de seus associados tenham realizado o cadastro da DAP. A associação deve ter sua gestão orientada pela participação e transparência, os produtos beneficiados devem ter sua origem, na propriedade de seus sócios, e a agroindústria deve estar sediada no meio rural ou urbano, onde resida algum membro do grupo (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Quanto aos benefícios propostos para as agroindústrias rurais familiares cadastradas e inclusas no PEAf, eles preveem,

- A – Assistência técnica na elaboração e no encaminhamento de projetos financeiros, sanitários e ambientais para implantação e legalização de agroindústrias familiares de origem animal, vegetal e bebidas.
- B – Financiamento para investimento e capital de giro (Feaper e Pronaf).
- C – Material técnico para agricultores familiares e entidades parceiras.
- D – Qualificação profissional de agricultores familiares.
- E – Concessão de uso do selo Sabor Gaúcho.
- F – Para microprodutores rurais (definidos pela Lei Estadual 10.045, de 1993), comercialização com talão do produtor rural dos produtos processados artesanalmente, descritos na Instrução Normativa DRP 45/98, da Receita Pública Estadual.
- G – Apoio à comercialização dos produtos das agroindústrias familiares em feiras, pontos de venda da agricultura familiar e mercados institucionais.
- H – Apoio ao licenciamento ambiental para os empreendimentos que se enquadrem na resolução Conama 385, de 2006.
- I – Apoio à elaboração de layout de rótulos (RIO GRANDE DO SUL, 2022, p. 09)

Os benefícios acima referenciados permitem que a agroindústria rural familiar obtenha o acesso ao crédito de forma assessorada, e isso proporciona a qualificação contínua dos produtores e suas famílias. Esses produtores também podem emitir documentos fiscais, por meio do talão de produtor rural, de todos os produtos comercializados. Além disso, possuem apoio a comercialização pela participação das agroindústrias em feiras locais e estaduais, e são habilitados a um licenciamento ambiental exclusivo, pelo qual são assessorados por técnicos qualificados desde a implantação da agroindústria, nas boas práticas de fabricação, apresentação do produto e elaboração de rótulos.

O Programa Estadual da Agroindústria Familiar é uma política pública criada para fortalecer os agricultores familiares inseridos em processos de transformação de produtos agropecuários. Esse programa é mantido pela Secretaria da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) e sua operacionalização é efetuada pela Emater/RS-Ascar, que realiza o assessoramento dos produtores com interesse em formalizar sua agroindústria (GOMES, 2018).

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Um dos aspectos que reforçam a relevância das agroindústrias rurais familiares para o desenvolvimento regional é a sua capacidade de articular os fatores de produção, como a terra e mão de obra em função de seus objetivos, que se consolidam na comercialização de produtos processados, e geração de renda pela sua comercialização. Maia (2008) destaca que a agroindústria familiar estimula o desenvolvimento regional por meio das ações locais que executa. Por meio do seu trabalho, dos fluxos econômicos, de suas habilidades de relacionar-se com os mercados, e de produzir alimentos diversificados, esse segmento possibilita o desenvolvimento das economias locais, a qual é absorvida pelo território local e regional de modo a fomentar o seu desenvolvimento.

As especificidades que abrangem o segmento agroindustrial familiar rural são múltiplas, sua atuação infligiu os limites das propriedades rurais tradicionais voltadas às formas de produção primária. O beneficiamento de produtos possibilitou reinserir os pequenos e médios produtores no sistema econômico. Pelo seu protagonismo, em empreender, produzir de forma diversificada, com base no respeito a sua cultura e identidade, esse segmento emergente centralizou-se como promotor do desenvolvimento regional (FOGUESATTO; MACHADO, 2017).

O desenvolvimento regional abrange concepções que se formalizam pelo contexto geográfico, que determina as particularidades de um dado local, e outro que se vincula pelo modo como a sociedade o transforma. O sentido geográfico que corresponde a esse termo, possibilita inferir uma ideia de particularidade, de caracterização de um espaço, o qual pode corresponder aos aspectos naturais, econômicos e sociais de um local específico. Para além das especificidades geográficas e espaciais, o conceito do desenvolvimento regional pode ser concebido como algo atrelado ao próprio contexto histórico de uma sociedade (LENCIONI, 1999).

Em relação ao aspecto geográfico que delimitam as regiões Lopes (1995) destaca que o termo região assumiu significados distintos no decorrer do tempo, o qual perpassou a noção de espaço físico e natural, dotado de dimensões e semelhanças, até ser definido por meio de suas particularidades mais restritas. Desse modo o termo “região” pode ser atribuído às características espaciais, sociais, econômicas e ambientais, de modo que suas relações se estabelecem de forma contígua.

Nas questões que abrangem o conceito de região, o espaço passa a ser considerado como um conjunto de elementos econômicos e sociais que apresentam relações de dependência. Sua relação com o desenvolvimento apresenta-se de modo operacional, onde os recursos disponíveis em dado espaço social são mobilizados pelos indivíduos transformando-se em fatores de desenvolvimento. No entanto, esses processos só podem conduzir o desenvolvimento se as capacidades individuais estiverem na posição de protagonistas (LOPES, 1995; MADUREIRA, 2015).

Segundo Simões Lopes (1995), o conceito de região esteve relacionado a alguns enfoques e fases, os quais foram moldados à medida que os estudos regionais evoluíam. As primeiras definições, as denominaram “regiões formais”, aqueles espaços geográficos, com certo grau de uniformidade. Logo, outros atributos foram vinculados, como, por exemplo, as particularidades econômicas, sociais e por último, as políticas. O reconhecimento destes elementos permite identificar as regiões homogêneas, aquelas que apresentam elementos uniformes, como por exemplo, mesmo perfil geográfico, econômico, representado pela configuração produtiva, política e social, determinadas pela identidade regional.

Atualmente o desenvolvimento regional teve aderência ao termo “regiões funcionais”, determinados pelo fator de coerência funcional, avaliadas a partir de sua interdependência. Dentro desta orientação, as regiões foram caracterizadas de acordo com as práticas interativas de seus elementos econômicos, os quais compreendem pontos específicos determinados por polos (áreas de grande circulação econômica), nós (canais e comunicação), ou centros

(prestação de serviços). Esses fatores permitem compreender as funções regionais, seu grau de coerência e semelhança (LOPES, 1995).

A polarização ocorre quando há em determinado espaço, fluxos econômicos de maior intensidade. Essas concepções foram amplamente discutidas por Perroux (1964), suas contribuições apresentaram relevância teórica em relação à compreensão dos fatores que desencadeiam o crescimento econômico, considerado por ele como algo que ocorre em pontos de crescimento, que apresentam condições variáveis, e desequilibradas que se propagam dentro da região.

O desenvolvimento regional se apresenta a partir da identificação desses polos de crescimento que possibilitam um mapeamento e definições de estratégias para dinamizar o desenvolvimento. Perroux (1964) enfatiza que esse processo ocorre por meio da difusão, e que se trata de um procedimento adotado pelos agentes de desenvolvimento que percebem a polarização e criam estratégias para conduzir o desenvolvimento regional.

Etges e Degrandi (2013) evidenciam conceitos similares ao desenvolvimento regional, que podem ser compreendidos por meio de variáveis determinadas pelo recorte geográfico, pelos recursos naturais, fatores econômicos e sociais, que compreendem uma totalidade de elementos que convivem nesse espaço, e podem ser representados pelo conjunto da sociedade. No entanto, nas primeiras décadas do séc. XX foram considerados de forma incipiente apenas os fatores econômicos e produtivos como propulsores do desenvolvimento regional. Para os autores essa concepção teve consequências desastrosas para a sociedade, pois considerar um universo plural com base apenas em fundamentos calculistas e utilitaristas não corresponde aos objetivos do desenvolvimento. Além disso, entende-se que a economia capitalista promove desigualdades sociais e regionais das quais impossibilitam o desenvolvimento pleiteado pelas próprias diretrizes constitucionais brasileiras.

Segundo Corrêa, Silveira e Kist (2019), o desenvolvimento regional teve sua trajetória conceitual inicial vinculada às questões econômicas da sociedade. Posteriormente, houve complementações importantes ao seu significado, que passou a contemplar as questões históricas, as irregularidades na distribuição das riquezas produzidas, o subdesenvolvimento, e a relevância das estratégias governamentais para implementar ações para dirimir as desigualdades regionais.

Diante destas estratégias, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional expressa por meio do Decreto nº 9.810 de 30 de maio de 2019, definiu-se que ao Estado cabe a função de mitigar as desigualdades regionais, criar estratégias que possibilitem o crescimento econômico e promova o bem-estar social (BRASIL, 2019). No entanto, Etges e Degrandi (2013)

ênfatizam que esse mesmo Estado é fundamentado por meio de sistema econômico que produz as desigualdades. Nota-se que os autores preconizam certa ambiguidade nos enunciados da constituição, e advertem que se deve buscar reduzir e gerenciar as externalidades geradas pelo capitalismo, de modo a respeitar as dinâmicas territoriais que se apresentam em cada contexto (ETGES; DEGRANDI, 2013).

Lima e Simões (2010) inferem que os processos de desenvolvimento que abrangem unicamente objetivos econômicos não ocorrem de modo igual e tão pouco viabilizam os mesmos efeitos em todos os lugares. Esses processos induzidos por investimentos e por objetivos econômicos se tornam imprevisíveis e capazes de fortificar determinadas áreas com certo potencial de crescimento e desconsiderar outras. Segundo os autores, o desenvolvimento endógeno, por exemplo, é ocasionado pelas transformações internas que propiciam a agregação de valor e geração de excedentes econômicos. Além disso, esse tipo de desenvolvimento possibilita o fortalecimento e a qualificação dos segmentos que conformam uma determinada região.

A perspectiva do desenvolvimento regional deve estar envolvida pelas diversas instâncias que permeiam a vida humana. Por isso, torna-se elementar discutir formas de desenvolver a sociedade de um modo mais completo e integrador. Dentro desta concepção, o desenvolvimento econômico não possibilita avanços completos no que se refere à autonomia humana e o bem-estar social. Cardoso e Ribeiro (2001) destacam que uma nova racionalidade de ordem humanística deve estar atribuída na concepção do desenvolvimento, pois tanto as subjetividades, quanto a cognição humana não podem desprender-se dos fatores que norteiam as transformações sociais.

Santos *et al.* (2012) denotam que o desenvolvimento assume um sentido etimológico definido pela ação de envolver algo para algum fim determinado. Na mesma proposição, os autores destacam que sua gênese provém da área da biologia, sendo que Darwin passou a reconhecer esse termo como algo relacionado à transformação dos seres vivos até sua fase de maturação. Em meados do séc. XVII, o conceito foi transferido para a concepção da vida social, que passou a reconhecer que o progresso e a transformação social relacionavam-se com a capacidade de determinadas sociedades desenvolverem suas aptidões no sentido de sua transformação.

O conceito de desenvolvimento foi se transformando, ou sendo revisto a partir de novas concepções mais amplas e complexas decorrentes de novos conhecimentos produzidos pela ciência. Esse processo foi categorizado, como por exemplo, em sociedade do crescimento, sociedade do bem-estar social e a sociedade sustentável. Com tais transformações, os processos

de desenvolvimento foram orientados de acordo com a trajetória histórica mundial, no qual o conceito se vinculou a uma concepção política muito específica, reformulando-se de acordo com as necessidades mundiais (SANTOS *et. al*, 2012).

De acordo com De Moraes (2003), desenvolvimento regional apresenta um conceito distinto em relação aos demais tipos de desenvolvimento. Segundo o autor, a natureza de suas funções é fundamentada também pela noção de promover transformações nas bases sociais, possibilitando qualidade de vida e bem-estar social. No entanto, o que envolve o desenvolvimento regional é a presença da particularidade do território, que é “palco referencial” em que pessoas formulam estratégias com base nas possibilidades de cada local e região, de modo a potencializar suas forças e oportunidades e mitigar suas fragilidades e fraquezas.

Wesz Junior, Trentin e Filippi (2009) justificam que a presença das agroindústrias rurais familiares nos territórios, dinamizam os processos de desenvolvimento local e regional. Os processos produtivos, a organização do trabalho e o acesso aos canais de comercialização viabilizados por esse segmento propiciam crescimento econômico e geram melhorias nas condições de vida da sociedade. O desenvolvimento regional torna-se uma consequência atribuída às transformações ocasionadas pelo empenho dos produtores em organizar sistemas produtivos alternativos voltados aos fins comerciais. Essa condição possibilitou movimentar a economia local e regional.

Diante disso, percebe-se que há um conjunto de elementos favoráveis ao desenvolvimento, que são provocados pelas ações do trabalho destes produtores e são configurados pelos processos organizacionais desprendidos pelos seus gestores. Segundo os autores, essas ações envolvem métodos sistematizados de produção, beneficiamento e comercialização de produtos que privilegiam aspectos inerentes à cultura, a sustentabilidade e a economia local e regional (WESZ JUNIOR; TRENTIN; FILIPPI, 2009).

Os fluxos econômicos viabilizados pela presença das ARF's favorecem o desenvolvimento regional, pois ampliam as possibilidades de conversão dos agregados econômicos, para o bem-estar de uma comunidade. A participação desse segmento na economia regional possibilita ampliar espaços estratégicos potenciais que possibilitam converter o excedente econômico em melhorias sociais e qualidade de vida para uma comunidade (DE MORAES, 2003; LIMA; SIMÕES, 2010).

Serva (1996; 1997), ao estudar as organizações modernas, contribui para o entendimento sobre as relações das racionalidades com o processo de desenvolvimento de uma região. Suas inferências definem que as organizações que apresentam supremacia quanto às racionalidades substantivas são mais propensas a desenvolver situações de bem-estar social para o conjunto de

indivíduos que delas dependem. A autonomia, satisfação, motivação, níveis de comunicação mais efetivos melhoram a qualidade de vida e contribuem para o desenvolvimento da sociedade. Já as organizações que agem de forma burocrática e se baseiam nas funções de controle e cálculo, causam efeitos adversos no comportamento dos indivíduos, estimulando a competitividade e ideologias economicistas.

Lang, Anes e Dalcin (2021) destacam que os estudos sobre as racionalidades nos processos organizacionais de organizações possibilitam um entendimento sobre as questões que envolvem as dimensões do desenvolvimento, podendo ser identificadas em determinada região que perpassa o território, o econômico, o social, o local, o rural, o sustentável e também o regional, possibilitando mudanças de ordem política, social, cultural, etnográficas, econômicas, físicos-culturais, dentre outras, em determinada região.

2.2.1 Dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento

Lopes (2002) explica que não se pode pensar o desenvolvimento regional apenas em sua perspectiva econômica. O viés econômico é uma consequência dos processos produtivos de uma região, de modo que o crescimento econômico se torna um meio pelo qual o desenvolvimento regional é desencadeado. Ele pode ser evidenciado quando por meio dos fluxos econômicos ocorrem processos de bem-estar social em determinado território. Desse modo, cria-se um conjunto de estratégias participativas entre a sociedade e o poder público, a fim de dinamizar o desenvolvimento para focos específicos que possibilitem melhorias em áreas que atendam aos anseios da sociedade (LOPES, 2002).

O desenvolvimento econômico decorre das transformações sociais ocasionada pelas alterações positivas dos fluxos econômicos e produtivos. No entanto, ele somente será significativo e compreendido como desenvolvimento se ao lado de uma economia pujante existir socialmente mudanças na segurança, liberdade, justiça social e proteção ao meio ambiente (BRESSER-PEREIRA; 2008).

Além disso, Bresser-Pereira (2008) destaca que, após ser iniciado, o desenvolvimento econômico de um território tende a ser autossustentado, na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Entretanto, compreende-se que as taxas de desenvolvimento não são iguais para todos, pelo contrário, variam conforme a capacidade das nações de formular estratégias nacionais de desenvolvimento que lhes permitam serem bem sucedidas na competição global. Também, são dependentes de outros fatores, como o social.

Um dos marcos do desenvolvimento econômico foi o conceito de PIB. Contudo, conforme Oliveira (2002), tendo em vista que durante muito tempo o crescimento econômico foi entendido como desenvolvimento econômico, o PIB foi criado para medir o crescimento econômico, por meio de transações que possam ser mensuradas em valores monetários, desconsiderando o progresso, o bem-estar ou a qualidade de vida das pessoas. Entende-se, então, por meio da visão de Oliveira (2002), que o PIB não se destina a esses aspectos voltados à sociedade, mas sim a mensurar o volume de produção num período e a geração de renda que decorre do emprego de recursos produtivos.

Oriundo do processo da consolidação da sociedade capitalista, o desenvolvimento econômico foi atrelado ao acúmulo de riquezas pelos agentes econômicos durante o período da revolução industrial. Até então, os estudos relacionados ao desenvolvimento das nações estiveram vinculados à capacidade de acumulação de capital por parte dos países centrais e entedia-se que nesse processo surgiria um equilíbrio, ocasionado pelos mercados que garantiriam benefícios para toda a sociedade (SMITH, 1776).

Santos *et al.* (2012) sintetizam que a ideia do desenvolvimento em sua dimensão econômica teve suas raízes atribuídas à mercantilização, ao acúmulo do capital que se originou pela “mais-valia”, difundida por Karl Marx, que se dedicou aos estudos sobre as relações sociais de produção, consolidadas pelos vínculos entre o capital e o trabalho.

Segundo Furtado (1998), os estudos sobre a economia neoclássica e a concepção do equilíbrio dos mercados sobre uma lógica reguladora não sustenta transformações significativas para a sociedade moderna. O desenvolvimento econômico que foi visto pelos neoclássicos como algo capaz de solucionar os problemas socioeconômicos de países centrais e periféricos, tornou-se uma utopia, visto que a sociedade moderna é constituída por contextos históricos, sociais, políticos, culturais, dentre outros, considerados complexos para serem compreendidos pela lógica econômica.

Oliveira (2002) destaca que o desenvolvimento deve abarcar distintas áreas da vida em sociedade, por isso, os fatores econômicos são considerados partes de um processo de transformação das estruturas sociais. A distribuição de renda, acesso à educação, saúde, por exemplo, são fatores primordiais que oferecem subsídios ao desenvolvimento. Segundo Oliveira (2002), os níveis de crescimento ou progresso, oriundos da industrialização, por exemplo, conduzem os processos de desenvolvimento econômico de determinada região. No entanto, o desenvolvimento econômico, ao ser referenciado de forma isolada, não pode ser definido como um processo transformador, pois o progresso e as transformações estruturantes

perpassam o viés econômico, a partir da conversão dos ganhos econômicos em qualidade de vida para a sociedade.

Com base nas proposições de Etges e Degrandi (2013), assim como De Moraes (2003), compreende-se que o desenvolvimento regional apresenta uma relação entre as particularidades sociais, culturais, econômicas, geográficas, culturais e ambientais de determinada região e a forma como essa sociedade, conformada pelos indivíduos e gestores, articulam suas ações e estratégias em favor de um plano que possibilite ampliar suas potencialidades.

A sociedade moderna buscou criar mecanismos para solucionar seus problemas, que surgiram em decorrência de suas ações e de sua forma de organização do capital e do trabalho. As ações relevantes em relação ao bem-estar social tiveram ênfase na Europa após a revolução de 1930. Após a Segunda Guerra Mundial, ampliou-se a preocupação de diversos países em relação à fome, à pobreza e às desigualdades sociais acarretadas pela crise mundial. Devido à busca pela solução de problemas emergentes como estes, observou-se que a dimensão social do desenvolvimento passou a ser difundida na Alemanha e na América do Norte. Expressões vinculadas ao “*welfare state*”, ou seja, a um estado de bem-estar-social foram disseminadas nesses países. Isso significou que os governos assumiram uma postura centralizadora, de forma a regular os mercados e criar ações assistencialistas e intervencionistas (GOMES, 2006).

Navarro (1993) analisa que esse processo de interferência estatal visou buscar a seguridade social de países que tentavam minimizar seus problemas sociais. Segundo o autor, essa seguridade foi contemplada de maneira distinta em alguns países. Na Europa, a luta de classes subdividida entre a burguesia e o proletariado teve um resultado distinto em relação aos benefícios sociais. A pujança dos movimentos sociais dos operários garantiu-lhes direitos mais significativos em relação ao trabalho e bem-estar. Já nos países como Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá e Austrália, a instabilidade entre os acordos da burguesia e aristocracia direcionou o sistema de seguridade social para o poder dos mercados, o que contribuiu com formas de merecimento distintos para os usuários de benefícios sociais (NAVARRO, 1993).

O processo de desenvolvimento em sua dimensão social mantém vínculos com as ações de governos, de movimentos sociais e de organizações das mais distintas naturezas. As alianças constituídas entre esses atores devem considerar a busca do bem comum e da autonomia e emancipação de uma sociedade. Kliksberg (1998) destaca que as questões sociais que permeiam os processos de desenvolvimento devem ser tratadas pelo Estado de forma integrada. Os problemas relacionados à iniquidade social afetam a sociedade e não podem ser solucionados apenas sob a lógica econômica. Existe uma relação biunívoca entre o desenvolvimento social e o bem-estar de uma sociedade.

Lampreia (1995) argumenta que o desenvolvimento social possui um sentido atrelado à equidade social, ou seja, a justiça social. Para que um determinado local possa ser considerado desenvolvido, as ações necessitam de uma condução estratégica, que deve possibilitar condições igualitárias aos indivíduos. Tais condições se estabelecem pelo acesso à saúde de qualidade, educação, emprego, renda, dentre outros.

Do mesmo modo, pode-se dizer que o conceito de bem-estar também se aproxima da discussão sobre o desenvolvimento social, uma vez que as pessoas buscam constantemente meios para garantir qualidade de vida e prosperidade. Segundo Santos *et al.* (2012), o desenvolvimento é um meio para uma finalidade maior que é o homem, isto é, o social, de modo que desenvolver o homem é construir condições que possibilitam a evolução de suas potencialidades e do seu autoconhecimento, com a finalidade de criar e colocar em movimento um processo de mudança que faça evoluir a sociedade para um estado superior ou, então, um estado de bem-estar.

O estado de bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida podem ser potencializadas pela educação, que se estabelece como uma aliada ao processo de desenvolvimento, pois promove a consciência social e a autonomia dos indivíduos. Essas transformações repercutem de forma significativa no processo de desenvolvimento de uma sociedade, pelo fato de possibilitar a garantia das liberdades individuais e a ascensão social dos indivíduos (DE SOUSA; FREIESLEBEN, 2018; FREIRE, 2010).

Nesse sentido, Kerstenetzky e Kerstenetzky (2015) explicam que o desenvolvimento trata da expansão das possibilidades de realização humana e, portanto, da libertação das restrições sociais que a tolhem. Para Santos *et al.* (2012), o desenvolvimento é um fenômeno complexo, que abrange distintas áreas, como as de ordem social, econômica, ambiental. Sua definição propõe vínculos com as transformações na sociedade, com reflexo direto no bem-estar social. Assim, entende-se que o desenvolvimento e sua conceitualização, ao longo do tempo, mantiveram-se atrelados, de certa forma, ao aspecto social, uma vez que é construído por pessoas e para pessoas. O conceito de desenvolvimento nunca será, nem poderá ser definido de maneira a agradar a todos, haja vista que se trata de um construto social com forte conteúdo ideológico e político, cujos valores e crenças são relativos a um determinado tempo e lugar (SANTOS, *et al.*, 2012).

Kerstenetzky e Kerstenetzky (2015) explicam que não apenas garantias de bem-estar foram construídas ao longo da história, como também mecanismos de negociação e deliberação sobre políticas públicas tornaram-se institucionalizados. Já Alcantara e Sampaio (2017), ao correlacionarem o termo “Bem Viver” em suas análises sobre o desenvolvimento da sociedade

moderna, destacam que houve uma ruptura em relação ao entendimento sobre esse tema. Segundo suas conclusões, não há mais justificativa para compreender o desenvolvimento sob um paradigma desenvolvimentista, acumulador e individualista.

A qualidade de vida, e o bem-estar social são consequências de ações sociais inclusivas, e implementadas por propostas renovadoras, que transitam entre o individual e o coletivo. Essas atitudes manifestam-se em áreas como saúde, educação, meio ambiente e cultura, proporcionando transformações significativas na sociedade. Além disso, há uma relação biunívoca entre o coletivo, a participação dos indivíduos nos processos de desenvolvimento e sua consciência sobre os recursos que lhes são disponíveis para atingir metas relacionadas à qualidade de vida (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

Santos *et al.* (2012) justificam que é importante considerar que quando se fala em desenvolvimento, ao mesmo tempo se fala de sustentabilidade, crescimento econômico e bem-estar; bem como de subdesenvolvimento, quando referenciam carências, privações e desequilíbrios; ou ainda, de mudanças e modernidades. A busca pelo bem-estar e pela qualidade de vida pode ser entendida como um processo que transita entre as distintas dimensões do desenvolvimento, como por exemplo, os fatores ambientais e a sustentabilidade do planeta.

Silva (2022) afirma que a agenda neoliberal iniciada na década de 70 trouxe inúmeros problemas em relação à sustentabilidade do planeta. A globalização foi conduzida de forma ideológica, buscando o aumento produtivo, a redução dos custos e a liberação de uma economia mundial. A partir disso, inúmeros países direcionaram seus esforços para a produção de bens e produtos que demandavam matéria-prima oriunda dos recursos ambientais. Esses grandes fluxos produtivos ultrapassaram os limites da renovação do meio ambiente, e ocasionaram problemas, que segundo o autor são irreversíveis. No intuito de dirimir as consequências dos problemas ambientais, criou-se dentro do sistema econômico mecanismos que buscaram realizar a gestão das externalidades ambientais, proposta esta que, segundo Silva (2022), não viabiliza a regeneração ambiental em seu estado completo.

Romeiro (2003) destaca que até meados da década de 70 o termo desenvolvimento sustentável assumia o valor etimológico de ecossistema, ou seja, a ecologia em seu plano natural, composta pela biodiversidade e suas relações sistêmicas. Segundo o autor, o significado da sustentabilidade, ou mesmo da palavra ecossistema apresenta vínculos com questões relacionadas ao equilíbrio das relações antrópicas. Esse equilíbrio depende dos limites estipulados pela sociedade em relação à utilização, ao domínio ou exploração dos recursos naturais e também das dimensões éticas e culturais dessa sociedade (ROMEIRO, 2003).

O pressuposto conceitual sobre a sustentabilidade teve sua origem ano de 1987, a partir da reunião da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente de Desenvolvimento (CMMAD). O conceito ficou estabelecido acerca do uso dos recursos ambientais de forma racional, garantindo o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras. A partir da ideia sobre a conscientização ambiental, diversos países passaram a cumprir algumas agendas ambientais no intuito de contribuir com a redução da degradação do meio ambiente. Dessas agendas, a mais importante ocorreu no ano de 1992, no Estado do Rio de Janeiro. A Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento estimulou pautas relacionadas à conservação ambiental e sustentabilidade, no intuito de conscientizar sobre a importância da preservação dos ecossistemas para a manutenção da vida do planeta (SCHNEIDER, 2015).

Sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável pode-se ainda recorrer às explicações de Foladori (2002), que as considera a partir da relação entre o homem e a natureza, a consciência e a ética nas ações de apropriação dos recursos ambientais. Para o autor, o meio ambiente é a própria natureza externa ao ser humano, que lhe é disponível para satisfazer suas necessidades, desde que respeite os limites de utilização.

Para Montibeller-Filho (2001), existem alguns sentidos mais complexos sobre a temática ambiental, que perpassaram a teoria clássica e neoclássica da economia moderna. Desse modo, a ruptura ambiental e seus desequilíbrios foram compreendidos pela extrapolação da capacidade de carga de um ambiente decorrente das agressões causadas pelas demandas de consumo. O desenvolvimento sustentável relaciona-se com as questões inerentes à ecologia humana e sua capacidade de carga. Já a sustentabilidade refere-se ao equilíbrio de um ecossistema, que depende de interações antrópicas respeitadas e conscientes (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

Diante da discussão sobre os fatores ambientais e suas relações com a sociedade, Meneguzzo, Chaicouski e Meneguzzo (2009) sugerem que a concepção de meio ambiente fragmentada e separada do homem não é concebível na sociedade. Isso porque o processo desenvolvimentista foi conduzido pela apropriação dos recursos naturais. No entanto, o principal problema que ocasionou o desgaste dos recursos ambientais foi a falta de mecanismos eficientes para mensurar os impactos gerados pelas atividades humanas. O modo de produção capitalista originou uma degradação dos recursos naturais, com a consequente diminuição em relação à qualidade de vida de diversas sociedades.

Diante desse movimento, a economia neoclássica difundida na década de 80 passou por uma reestruturação, que viabilizou os princípios da internalização das externalidades ambientais no sistema econômico. As falhas geradas pelo desgaste dos recursos ambientais

passaram a ser mencionadas na tentativa de computá-las. Com base nisso estabeleceram-se algumas técnicas de valoração dos recursos ambientais, a fim de medir os impactos causados pelas interferências humanas. Além das técnicas, alguns mecanismos alinhados à regulamentação do uso, por meio do direito à propriedade foram instituídos, como por exemplo, as negociações pelo método pigouveano e coaseano, que prevê a internalização das externalidades ambientais, por meio da assunção, por parte do agente causador da degradação. Desse modo, essas externalidades devem ser absorvidas, a fim de recuperar ou compensar os danos causados (MULLER, 2007; BUSS; *et al.*, 2012).

De acordo com Muller (2007), a Teoria Econômica induziu ao pensamento puramente mecanicista, no qual o meio ambiente sempre esteve em segundo plano, ou seja, as trocas realizadas entre o sistema econômico e o meio natural não eram consideradas. Restavam desses processos apenas os dejetos e descartes, os quais não eram perceptíveis dentro do contexto macro e microeconômico. As correntes, tanto marxistas como os clássicos e neoclássicos, não assimilaram os limites quanto ao uso dos recursos naturais no contexto industrial moderno, de modo que a principal vertente ideológica difundida durante esse período constituía-se das questões de ordem econômica pelos clássicos e neoclássicos, e de ordem mais social reverberada pelos marxistas, ocupados em compreender a organização da classe operária, assim como as mazelas geradas pelo sistema capitalista, de modo a desconsiderar a questão ambiental como fator preponderante para a sustentabilidade do planeta (MULLER, 2007).

Diante do pensamento científico descrito, acerca da economia e sua relação com o meio ambiente, Lourenço e Carvalho (2013) complementam que o desenvolvimento em sua dimensão econômica origina fluxos que devem possibilitar a viabilização do bem-estar à sociedade. Segundo os autores, a qualidade de vida, ou o bem-estar de determinada população tendem a atingir níveis de desenvolvimento satisfatórios, quando a economia é conduzida dentro da lógica ambiental sustentável.

2.3 AS RACIONALIDADES E OS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

As racionalidades assumem papel relevante para os estudos sociológicos e sociais, pois sua essência apresenta o fundamento básico para as decisões que os indivíduos tomam, das quais emergem as transformações. A partir disso, torna-se imprescindível adentrar em definições mais aprofundadas sobre o que é a racionalidade, tendo em vista que a concepção original tem sua fundamentação na perspectiva científica Weberiana. De acordo com Gomes e Magalhães (2008), o tema central da teoria social Weberiana define-se pelo estudo da

racionalidade, a qual não dispõe de uma concepção determinista ou totalizadora. O pensamento de Weber define que o conceito de racionalidade articula-se a um contexto específico, que pode assumir distintas orientações. De acordo com os autores, Weber pontua que a racionalidade é compreendida de acordo com algumas esferas autônomas de valor, que foram inseridas no contexto social moderno. Essas esferas contemplam a ciência, a política e a religião, de modo que, em cada uma delas, as racionalidades apresentam tendências valorativas bem distintas, devido as suas próprias bases ideológicas. As estruturas da consciência moderna inferem que os sujeitos inseridos nas esferas sociais sofrem um processo de racionalização, que se define pela desconexão do indivíduo ao seu mundo histórico, pela separação entre religião e moralidade, que cede espaço para a idealização de outras esferas pertinentes aos princípios científicos, estéticos e morais, com lógicas próprias (GOMES; MAGALHÃES, 2008).

Venda (2012) também destaca que o pensamento Weberiano abrange proposições complexas sobre as racionalidades, de modo que sua teoria buscou compreendê-las sob o prisma das transformações nas bases da sociedade ocidental. O enfoque Weberiano pautado nas racionalidades foi articulado em inúmeros estudos sociológicos, os quais determinaram linhas de análises secundárias. De acordo com o autor, na Alemanha, por exemplo, Marianne Weber foi responsável por iniciar alguns posicionamentos sobre as relações entre as racionalidades e a cultura do mundo ocidental, incitando a primeira geração de intérpretes de Weber. Após a Segunda Guerra Mundial, o significado da obra de Weber alcançou espaço de análise nos estudos norte-americanos, liderados por Talcott Parsons (1937).

Algumas observações apontadas por Venda (2012) destacam que muitos dos intérpretes de Weber definiram categorias distintas quanto aos significados da racionalidade, que perpassam o conceito da racionalização, a qual é entendida como um processo originário da reforma protestante, que introduziu um desencantamento do mundo. O Calvinismo foi o movimento da modernidade que inferiu a concepção da salvação por meio da vocação do trabalho e pela disciplina. Os adeptos ao trabalho eram remunerados e por meio dos excedentes acumularam capital. Com isso, observa-se o início da transformação das bases sociais modernas, que proporcionou ampliação de estudos de bases epistemológicas orientadas pelo pensamento Weberiano em torno da racionalização e racionalidade (VENDA, 2012).

Hékis (2012) destaca que o pensamento Weberiano que trata sobre as racionalidades apresenta relevância aos estudos organizacionais, e dentre algumas proposições muito difundidas por Weber há o estudo da ação social, que trata de evidenciar o comportamento humano, individual e coletivo, e suas inferências sobre os sentidos de uma ação. Além disso, Weber demonstra por meio de suas proposições que uma ação social somente pode ser

considerada quando ocorre a interação entre os sujeitos, e quando a partir disso os comportamentos são atingidos por meio dos valores simbólicos inerentes à intencionalidade desses sujeitos (HÉKIS, 2021).

Segundo Moraes, Filho e Dias (2003), Weber definiu a sociologia como o estudo da ação social e, a partir disso, categorizou níveis da ação vinculados ao sentido representado por ela. Dentre esses níveis há os relacionados à ação determinada por uma situação concreta, por uma ação orientada pelas normas e regras e, por fim, às ações orientadas pelo entendimento informal sobre as regras. Por outro lado, o paradigma inerente à ação social foi definido pela construção dos tipos ideais, pelo qual Weber desconsiderou parte de seus aspectos históricos, provocando o desencantamento do mundo natural. Seu objetivo orientava-se pela busca e produção de um sentido para a ação humana, de modo que esses sentidos pudessem ter uma aplicação científica (teórica e prática) (MORAES; FILHO; DIAS, 2003).

Segundo Thiry-Cherques (2009), o tema que envolve as racionalidades, tanto a instrumental como a substantiva, foi amplamente debatido no primeiro e segundo capítulo da obra de Weber denominada “Economia e Sociedade”. Nesses dois capítulos, o autor enfatiza certas reflexões, inferindo que a lógica formal da racionalidade consiste na proposição calculista fundamentada pelos processos que se estabelecem nos sistemas econômicos e jurídicos. Já a racionalidade instrumental orienta-se pelos objetivos e fins atribuídos a esses sistemas. Nesse mesmo intento, Weber destaca que as racionalidades estabelecem a ideia de valor, as quais podem estar orientadas por ações que envolvem meios (técnicas) ou fins (objetivos das técnicas); ou ainda às racionalidades mais afetivas, que tendem a certa irracionalidade. Dentro desse contexto, a ideia de valor assume uma função chave, que permite validar as razões que permeiam uma determinada ação (THIRY-CHERQUES, 2009).

De modo geral, Thiry-Cherques (2009) destaca que Weber possibilitou reflexões concisas sobre o processo da modernização e suas consequências para a vida em sociedade, visto que esta passou por um processo de abandono das formas tradicionais de vida, e uma dependência material e cultural desencadeada pelo trabalho, que não encontra mais subsídios na autorrealização individual. De forma complementar, Serva (1996), baseado nos estudos de Guerreiro Ramos, infere que as racionalidades instrumentais difundidas ao longo dos estudos sobre a administração científica provocariam transformações nas bases sociais da sociedade moderna. No entanto, suas evidências deixaram claro que a razão instrumental perseguida por inúmeras décadas trouxe transtornos e problemas bem mais complexos. O espírito competitivo do capitalismo, reverberado pela operacionalização dos mercados, deixou sequelas sociais nos

indivíduos. O poder e a perseguição pelo sucesso ocasionaram insatisfação e infelicidade em suas relações com o trabalho.

As concepções de Serva (1997) em relação às racionalidades instrumentais complementam as proposições Weberianas a respeito da alienação social dos indivíduos frente ao cenário moderno burocrático. O novo modelo econômico passou a destituir o homem de suas atribuições naturais em relação a sua força de trabalho. Os indivíduos foram separados de sua condição humana “natural” e deslocados para um cenário que os tornou meros produtos de seu trabalho, reconhecido apenas pelo quantitativo de sua produção e considerado apenas como uma parte do processo. Serva (1997) admite que os efeitos da competitividade organizacional também fossem absorvidos pelos indivíduos, que tiveram seus valores éticos e morais fundamentais desconsiderados dentro das organizações. Para além dessas consequências, o avanço dos estudos voltados às racionalidades instrumentais também comprometeram o meio natural e a biodiversidade, pois o sucesso perseguido pelas organizações tornou-se dependente dos recursos ambientais, os quais foram degradados ao longo do tempo para atender às demandas organizacionais de base produtivista.

2.3.1 As racionalidades substantivas e instrumentais

A racionalidade humana é um tema que gerou, ao longo do tempo, inúmeros estudos de natureza científica, a fim de possibilitar um entendimento sobre os tipos de racionalidades que predominam nas relações humanas.

Guerreiro Ramos (1981) foi um dos precursores do estudo sobre as racionalidades, que buscou identificar sua presença no ambiente das organizações. Suas análises evidenciaram que a racionalidade instrumental, baseada em fins determinados, é predominante em organizações capitalistas. Porém, mesmo em ambientes dotados de intenções pré-estabelecidas e planejadas de forma estratégica, existem indivíduos que são conduzidos pelas racionalidades substantivas.

Segundo Guerreiro Ramos (1981), as racionalidades substantivas se apresentam como um fator emancipatório dos seres humanos. Elas partem da capacidade reflexiva e intelectual dos indivíduos e se configuram por meio de ações orientadas ao bem-estar humano. Elas partem do pressuposto da psique humana e da própria cognição. Esse tipo de razão deriva da consciência e da capacidade de refletir e analisar criticamente, e fazer julgamentos éticos e pessoais de forma intencional.

A racionalidade instrumental oriunda do taylorismo apresenta coerência puramente funcional e burocrática que visa atingir objetivos preestabelecidos. A instrumentalização das

ações sociais apresenta-se de forma mecanicista, de modo a justificar a prática administrativa nas organizações. Por outro lado, as racionalidades substantivas coexistem no ambiente organizacional, pois os indivíduos agem em conformidade com suas subjetividades. Já a racionalidade substantiva possui essência e é mediada pela razão, de modo que as organizações e as escolas de administração passam a desconsiderá-la como um elemento fundamental para a atividade empresarial (TENORIO, 1990).

De acordo com Siqueira (2017), os estudos que compõem a teorização das racionalidades mantiveram um enfoque no estudo da razão humana, que foi difundido por Max Weber, Karl Mannheim, Max Horkheimer, Jürgen Habermas e Eric Voegelin. Já autores como Guerreiro Ramos (1981), Voegelin (1974) e Serva (1996) propuseram novas concepções aos estudos clássicos da racionalidade, adentrando espaços específicos de análise, como é o caso da racionalidade substantiva, também presente nas organizações.

Guerreiro Ramos (1981) foi um dos responsáveis por iniciar os estudos sobre a presença da racionalidade substantiva nos processos administrativos organizacionais. Suas proposições contribuíram para o avanço dos estudos científicos acerca das racionalidades substantivas, contrapondo a fundamentação teórica baseada na Administração científica, com enfoque na racionalidade instrumental. Do mesmo modo, Maurício Serva, no ano de 1996 elaborou um quadro analítico que proporcionou o reconhecimento das racionalidades instrumentais e substantivas em processos administrativos organizacionais. A partir de então comprovou-se os efeitos das condições humanas sobre as organizações (SIQUEIRA, 2017).

De acordo com Brulon, Vieira e Darbilly (2013), a literatura manteve alinhamentos distintos quanto aos estudos sobre a perspectiva da racionalidade, que pode ser compreendida como fator que qualifica as ações sociais, delimitadas pelo comportamento dos indivíduos orientados por valores guiados pelas finalidades mais objetivas. Nessa perspectiva, a racionalidade instrumental é norteadada pelos fins de caráter utilitário, que passam por processos de projeções e análises mais pontuais, restritas pelo sentido econômico. A esse respeito, as autoras enfatizam que Serva (1993;1996) passou a considerar em seus estudos que a orientação mais direta da racionalidade instrumental baseia-se na concepção de cálculo ou projeções sobre as ações e decisões sobre objetivos e metas a cumprir, assim como pelo interesse em buscar os melhores resultados sem considerar os preceitos éticos. Também reforça-se pela ideia de maximização desses resultados, os quais dependem da gestão eficiente dos recursos disponíveis.

Por outro lado, Brulon, Vieira e Darbilly (2013) destacam que a racionalidade substantiva difundida pelos estudos organizacionais de Serva (1996) evidencia aspectos

relacionados a autorrealização dos sujeitos, sua satisfação e sua percepção em realizar acordos, no julgamento ético e moral ao realizar as tarefas e nos valores emancipatórios.

Serva (1996; 1997) contribuiu significativamente para as definições sobre as racionalidades e suas tipologias. Ele visualizou, por meio de seus estudos, que as racionalidades instrumentais compõem-se pelo grupo de elementos que abrange as variáveis como o cálculo, a finalidade, a maximização dos recursos, o desempenho, o êxito, o rendimento, a utilidade, dentre outros. Já os elementos vinculados às racionalidades substantivas compreendem as variáveis pertinentes à autorrealização, à ética, à autenticidade, à autonomia, à emancipação individual, dentre outros.

As racionalidades, tanto instrumentais como substantivas, encontram-se vinculadas no contexto do trabalho moderno (RAMOS, 1981). Andrade (2012) destaca que a sociedade capitalista foi estruturada pela lógica da relação entre meios e fins e pelo cálculo utilitário. Nesse contexto, a racionalidade instrumental apresenta um sentido economicista, de natureza técnica, que se estabelece pela busca do êxito na realização do trabalho, que passa a ser concebido pelo indivíduo como sua forma de sobrevivência. As racionalidades substantivas que norteiam o campo de trabalho se referem à satisfação individual em desempenhar funções que possibilitem a satisfação pessoal e intelectual, que promova a autorrealização e contribuição para a sociedade. Desse modo, compreende-se que no trabalho incidem influências tanto da razão instrumental, que se estabelece pelos benefícios econômicos, como da razão substantiva, relacionada aos anseios dos indivíduos quanto a sua satisfação pessoal.

Outro aspecto inerente às racionalidades que predominam nos espaços organizativos modernos, evidencia que sua presença estabelece os processos decisórios que se configuram como consequências provenientes do ato reflexivo dos indivíduos. Com base na relevância das escolhas humanas, Rodrigues e Teixeira (2012) destacam que, para a gestão eficiente das organizações, considera-se que algumas vertentes do pensamento organizacional foram cruciais para a compreensão dos efeitos causados pelas decisões. O Modelo Decisório Racional da Economia Clássica, difundido por Taylor e Fayol caracterizou-se pela ideia de uma abordagem absoluta, na qual o indivíduo tomador de decisões era compreendido como conhecedor de todas as informações, de modo que as escolhas corretas e ótimas estavam condicionadas a sua capacidade de organizar e planejar suas ações, a fim de comparar e estabelecer critérios eficientes e calculados. Por outro lado, o Modelo da Racionalidade Limitada evidenciado por Richard Cyert e por Herbert Simon durante a década de 1940, conferiu uma nova perspectiva aos preceitos que envolvem a gestão e as decisões em ambientes organizacionais. Para eles, os fatores cognitivos, subjetivos e oriundos das experiências individuais exercem influência

significativa nas tomadas de decisões efetuadas pelos gestores (RODRIGUES; TEIXEIRA, 2012).

Serva (1996) definiu seus estudos sobre as racionalidades com base na perspectiva de Guerreiro Ramos, que considerou aspectos inerentes à ação racional instrumental e substantiva, ambas orientadas pela Teoria da Ação. A esse respeito o autor passou a trabalhar com elementos de forma categorizada, que são demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Racionalidades substantivas e instrumentais na concepção de Serva (1996/1997)

Ação Racional Substantiva		Ação Racional Instrumental	
Tipo de ação	Características	Tipo de ação	Características
Autorrealização	Potencial inato dos indivíduos e sua satisfação	Cálculo	Projeção utilitária das consequências das ações
Entendimento	Formalização dos acordos racionais por intermédio da comunicação as quais orientam atividades com base na responsabilidade e satisfação social	Fins	Metas a cumprir com enfoque técnico, econômico ou político (poder)
Julgamento ético	Atribuição de valor que se manifesta pelo debate racional que validam pretensões	Maximização dos recursos	Eficiência e eficácia na gestão dos recursos sejam eles de qualquer natureza
Autenticidade	Integridade, honestidade e franqueza nas interações	Êxitos e resultados	Alcance das metas por seu esforço pelos quais torne as ações cada vez mais competitivas
Valores emancipatórios	Ações que desencadeiam o bem-estar social, solidariedade, respeito à individualidade, liberdade e comprometimento sobre as regras de um grupo	Desempenho	Trajectoria individual com foco no êxito
Autonomia	Liberdade de agir e manifestar opiniões nas interações	Utilidade	Valor designado dentro de uma dimensão econômica
		Rentabilidade	Retorno econômico decorrente das metas alcançadas
		Estratégia Interpessoal	Influência sobre um indivíduo a partir da antecipação de suas prováveis reações quando estimulados a algo, com vistas a prever seus pontos fracos

Fonte: Adaptado de Serva (1996/1997)

Com base na Teoria da Ação Racional Instrumental e Substantiva evidenciada pelos estudos de Serva (1996; 1997), a partir de Guerreiro Ramos, compreende-se por meio do Quadro 1 que as racionalidades substantivas são atribuídas aos aspectos humanísticos, que permeiam as organizações e conduzem o comportamento individual e coletivo.

Com relação aos aspectos relacionados às racionalidades instrumentais, eles orientam-se por elementos utilitaristas de base técnica, metódica, que atendem aos propósitos econômicos tangenciados pelo comportamento competitivo que evidencia o êxito e o sucesso.

2.3.2 Processos organizacionais sob o enfoque das racionalidades

A racionalidade tem sido discutida nos estudos que abarcam as organizações e sua concepção parte da própria natureza humana, que se distingue dos animais. Desse modo, compreende-se que ela se refere à capacidade humana de relacionar coisas, distinguir o certo do errado, o bem e o mal, e os valores subjetivos que possibilitam avaliar, analisar, julgar e estabelecer relações lógicas. Para tanto, considera-se que seu conceito mais genérico pode ser entendido pela simples manifestação da razão humana, a qual difere indivíduos de animais (LOCH; CORREIA, 2004).

Ramos (2009) enfatiza a relevância do trabalho para a organização da sociedade moderna. Para ele, o trabalho teve seu marco divisório fundamentado em dois episódios históricos, sendo que um foi reconhecido nas esferas da sociedade pré-letrada, em que a economia não exercia influência significativa no comportamento dos indivíduos; e outro foi concebido pela racionalização do trabalho, que encontrou seu ápice nas dinâmicas dos mercados, com objetivo no lucro, justificado pela apropriação do capital em detrimento da ascensão social do homem.

Até meados da última década do séc. XIX, o trabalho era compreendido como algo natural ao ser humano, de modo que grande parte das tarefas eram divididas de acordo com as características biológicas humanas, geralmente orientadas pela idade e sexo. No entanto, após a última década do séc. XIX, a sociedade passou por inúmeras transformações, proporcionadas pela institucionalização dos mercados. Esse processo induziu novos modelos de vida social, marcados pela produção e consumo, e por métodos específicos de controle e gestão de recursos e de pessoas. Foi a partir disso que surgiu a ideia de organização racional do trabalho, a qual fundamentou categorias, padrões e passou a ditar regras para a sociedade moderna (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2009).

Em relação aos fatores vinculados ao trabalho, pelo qual os processos organizacionais são conduzidos, Thiry-Cherques (2009) ressalta que as distinções sobre as mudanças de significado relacionado ao trabalho tiveram um sentido ascético, proveniente da ideologia fundamentada pela Reforma Protestante ocorrida na Europa em meados séc. XVI. Durante esse período ocorreram mudanças nas bases da sociedade, de modo que a igreja católica, ao perder sua legitimidade, abre espaço a uma nova concepção religiosa, na qual os indivíduos atribuem sua salvação a sua capacidade de realizar o trabalho e produzir riquezas. Este seria o fator determinante para a emancipação econômica e também religiosa de cada indivíduo, de modo que Deus os recompensaria pelo seu esforço. Dessa forma, tem-se o sentido clássico do

trabalho, que posteriormente foi ganhando outros sentidos, ao passo de que o capitalismo moderno assumia sua identidade (THIRY-CHERQUES, 2009).

O sentido moderno e recente do trabalho, pelo qual são formalizados os processos organizacionais, deriva dos principais episódios históricos mundiais decorrentes da Revolução industrial no século XVIII, reforçada pelos princípios da administração científica no século XX. De acordo com Loch e Correia (2004), o trabalho foi incorporado ao capitalismo, no qual encontrou meios para reproduzir o capital, por meio da exploração do esforço físico e intelectual dos trabalhadores.

Serva (1997) destaca que o aparato teórico difundido pela administração científica, que buscava compreender o ambiente e o emprego de determinadas técnicas em organizações modernas, buscou referenciar apenas os aspectos inerentes aos mercados, em que os indivíduos desenvolvem suas ações por meio do cálculo, da maximização dos resultados e da reverência ao utilitarismo nas organizações. Seu estudo buscou compreender teorias complementares, como as difundidas por Guerreiro Ramos, a fim de direcionar outros elementos aos estudos organizacionais, relacionados à emancipação dos indivíduos e ao seu poder enquanto agente plural das decisões.

Brandenburg (2010) refere que as mudanças trazidas pelo capitalismo também ocasionaram alguns direcionamentos em relação ao comportamento adotado pelas organizações do meio rural. O acesso aos mercados, por meio da aquisição de insumos e venda de produtos viabilizou comportamentos oriundos das razões e racionalidades instrumentais, ocasionando mudanças nas relações do produtor com os fatores produtivos. De acordo com o autor, a organização do trabalho do agricultor familiar também sentiu os efeitos das racionalidades, visto que os sistemas produtivos modernos exigiram aptidões distintas, como por exemplo, a busca pelo conhecimento racional acerca dos itinerários técnicos da matriz produtiva, e também a reorganização do trabalho, a fim de encaixar-se em um novo padrão produtivista, limitado pelo controle e otimização de recursos.

Os processos organizacionais assumem funções estratégicas dentro dos empreendimentos modernos. A administração científica manteve grande esforço em compreender a dinâmica organizacional, tendo em vista um enfoque puramente utilitarista, que objetivava a melhoria e eficiência dos processos, na intenção de tornar o empreendimento cada vez mais competitivo. Serva (1997) destaca que Guerreiro Ramos dedicou grande parte de sua vida aos estudos organizacionais vinculados às questões substantivas presentes nas práticas administrativas. Nessa proposta, Guerreiro Ramos definiu as organizações substantivas como “isonomias”, sendo classificadas como o “tipo ideal” característico ao novo grupo de

organizações que se estabeleciam dentro do cenário global moderno. A lógica investigativa de Guerreiro Ramos ficou reconhecida pela fundamentação de uma teoria denominada de “teoria substantiva associada da vida humana”, que estabeleceu conceitos distintos em relação às particularidades organizacionais negadas pela ciência administrativa racional instrumental. Essas particularidades são delimitadas pelos valores éticos, pela diversidade relacionada ao modo como cada indivíduo age e atinge motivação, autonomia, autorrealização, dentre outros.

Em relação aos processos organizacionais, Serva (1997) os define como práticas coletivas nas quais os indivíduos orientam suas ações, a fim de atingir objetivos determinados. Também considerou em seus estudos duas modalidades de processos organizacionais, denominados como processos essenciais e complementares, dos quais surgem onze categorias de análises, compilando um quadro que permite distinguir a orientação racional instrumental ou substantiva de determinado processo organizacional. Nesse sentido, o autor destaca que,

Sete deles são considerados essenciais: hierarquia e normas, valores e objetivos, tomada de decisão, controle, divisão do trabalho, comunicação e relações interpessoais, ação social e relações ambientais. Os outros quatro são denominados complementares: reflexão sobre a organização, conflitos, satisfação individual e dimensão simbólica (SERVA, 1997, p.23).

Desse modo, compreende-se que o quadro de análise, elaborado com base nos referidos processos organizacionais referenciados pelo autor possibilitou avanços em relação à identificação das racionalidades, principalmente das reconhecidas como substantivas, que até então mantiveram-se desconsideradas pela administração científica.

Com relação aos processos organizacionais definidos como essenciais, Serva (1996) os caracteriza da seguinte forma:

- Hierarquia e normas: formas e relações de poder dentro do ambiente organizacional, e como é aplicado e conduzido seu conjunto de normas;
- Valores e objetivos: crenças e atitudes incorporadas no ambiente organizacional, tendo em vista as estratégias delimitadas para atingir seus propósitos;
- Tomada de decisão: atitudes individuais e coletivas sobre os rumos da organização;
- Controle: gerenciamento de recursos, pessoas, definição de instrumentos de responsabilidades e de formas para realizá-los;
- Divisão do trabalho: delimitação de funções de acordo com as aptidões individuais;
- Comunicação e relações interpessoais: perfil utilizado pela organização quanto aos padrões de comunicação e como ocorrem as relações individuais e coletivas;

- Ações sociais e relações ambientais: relações entre a organização e a sociedade e os demais segmentos que mantêm proximidade;

Além desses, Serva (1996) infere uma outra categoria de processos organizacionais definidos por “complementares”, que apresentam as seguintes características:

- Reflexão sobre a organização: significados individuais/coletivos atribuídos à organização;

- Conflitos: essência das divergências que geram os conflitos, como eles são solucionados e quais são suas consequências;

- Satisfação individual: grau de satisfação dos indivíduos em relação à organização;

- Dimensão Simbólica: conjunto de significados que são desprendidos cotidianamente pelo ambiente da organização.

Os tipos de processos que Serva (1996) evidencia em seu quadro de análise destacam uma série de relações entre elementos presentes nas práticas administrativas que definem o funcionamento das organizações. Desse modo, entende-se que, ao investigar como esses elementos se articulam nas práticas administrativas, torna-se possível compreender a natureza racional de uma organização e suas estratégias quanto à satisfação coletiva em fazer parte de determinada organização e a implicância disso nos seus objetivos.

Severo e Pedrozo (2008) também buscaram nos estudos das racionalidades substantivas e instrumentais propostas por Serva (1996;1997) compreender a razão que orienta os produtores orgânicos da Cooperativas Ecocitrus, da Região do Vale do Caí/RS. Ao analisarem os questionamentos a respeito das racionalidades, puderam concluir que dos dez processos organizacionais que Serva (1996) propôs, em sete deles houve predominância das racionalidades substantivas. Isso pode ser observado nas relações entre os cooperados, na sua satisfação em manter um sistema produtivo orgânico que remete aos cuidados, à saúde e ao bem-estar.

Autores como Cerri, Maranhão e Pereira (2017) também optaram por evidenciar a presença das racionalidades substantivas e instrumentais em organizações. Seu estudo limitou-se a buscar os elementos das racionalidades sob o olhar de Guerreiro Ramos (1981) e Serva (1996). Suas análises foram direcionadas aos gestores de uma organização multinacional, na qual acreditava-se prevalecer racionalidades instrumentais nos seus processos organizacionais, em função de sua natureza econômica.

As constatações dos autores evidenciaram o que já era esperado. Dos oito gestores entrevistados, apenas um deles demonstrou inclinação para a racionalidade substantiva. Isso comprovou que, mesmo em campos de análises previamente orientados em função da sua

natureza, as racionalidades tornam-se elementos de conflito (CERRI; MARANHÃO, PEREIRA, 2017).

Diante dessa constatação, Guerreiro Ramos (1981) e Serva (1996; 1997), em suas contextualizações teóricas sobre as racionalidades e os processos organizacionais instigam a buscar evidências sobre os efeitos das ações humanas em ambientes organizacionais, na intenção de compreender as dinâmicas que se estabelecem nas organizações modernas.

Para a realização de um estudo direcionado a essa temática foi necessário estabelecer o caminho, ou o método utilizado para atingir os objetivos e resultados da pesquisa. Na seção seguinte serão detalhados os procedimentos, as características da pesquisa e os aspectos relacionados à conduta da pesquisadora ao conduzir o estudo.

3 METODOLOGIA

O conhecimento científico difere-se de outros tipos de conhecimento, como por exemplo, do conhecimento empírico, teológico ou filosófico, pois seu fundamento centra-se no estudo de fenômenos que possam ser identificados e analisados, com base em um conjunto de leis e métodos sistemáticos sobre determinada realidade. Logo, o conhecimento científico é real (factual), contingente, sistemático, verificável, falível e aproximadamente exato (ZANELLA, 2006). De acordo com Zanella (2006, p. 20), “método é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão, de modo refletido e deliberado”. Diante desse argumento, apresenta-se na seguinte sessão os “caminhos” científicos que foram percorridos para obter os resultados do estudo, que envolve as racionalidades, processos organizacionais e suas relações com o Desenvolvimento Regional.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à classificação, definiu-se para esta pesquisa o emprego de uma abordagem qualitativa, que buscou evidenciar os fenômenos presentes no contexto dos gestores das Agroindústrias Rurais Familiares de Panambi/RS quanto à presença das racionalidades em seus processos organizacionais e sua relação com o desenvolvimento regional.

Nesse tipo de abordagem, Martins (2004, p.289) a define “como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”.

Um método de pesquisa nada mais é do que definir quais serão os caminhos a serem seguidos pelo pesquisador, para que ele alcance seus objetivos de pesquisa. O fazer científico delimitado pelas ciências sociais pode ser investigado tanto pelos métodos quantitativos, baseados em dados mensuráveis, como pelos métodos qualitativos, que visam relatar o contexto dos sujeitos e suas particularidades (MARTINS, 2004).

Pesquisas com enfoque qualitativo devem apresentar as seguintes características: explorar os fenômenos em profundidade; ser conduzidas dentro de um espaço denominado “meio natural”; os significados perseguidos acerca dos fenômenos devem ser extraídos dos dados; e não ser fundamentadas com base em estatísticas. Esse tipo de estudo é conduzido por processos indutivos, recorrentes, que analisam múltiplas realidades subjetivas e não apresentam uma sequência linear. Suas contribuições são determinadas pela garantia do aprofundamento

teórico, riqueza interpretativa e múltiplas possibilidades de contextualização sobre fenômenos (SAMPIERI; COLLADO, LUCCIO, 2013).

Com base nas evidências ponderadas por Martins (2004) e Sampieri, Collado e Lucio (2013), a escolha pela abordagem qualitativa deve-se ao objetivo de realizar um estudo com base no aprofundamento teórico sobre determinado fenômeno, na pretensão de identificar as racionalidades nos processos organizacionais conduzidos pelos gestores das Agroindústrias Rurais Familiares, sediadas no município de Panambi e cadastradas no Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), mantido pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR).

Diante disso, buscou-se obter uma interpretação analítica sobre os discursos de cada gestor entrevistado, tendo em vista o foco sobre as racionalidades instrumentais ou substantivas na perspectiva do desenvolvimento regional. Esse tipo de abordagem possibilitou uma investigação minuciosa em torno dos gestores, e permitiu um detalhamento da realidade de modo a interpretá-la e compreendê-la, na proposição de relacionar os resultados obtidos ao aparato teórico existente. Como trata-se de um estudo direcionado ao objetivo de estudar a realidade observada, em que os sujeitos investigados participam e exercem suas interferências subjetivas, a pesquisa apresenta características que tornam favorável a aplicação de uma abordagem qualitativa, orientada ao estudo dos fenômenos.

Taylor e Bogdan (1984) definem que a fenomenologia tem sua essência na interpretação do investigador acerca das particularidades empíricas que permeiam os sujeitos e objetos de estudo. As pesquisas qualitativas são constituídas de tipologias diversas, apoiadas por alguns paradigmas como, por exemplo, os relacionados à teoria sistêmica, a etnometodologia, a fenomenologia e o materialismo histórico (GODOY, 1995).

Taylor e Bogdan (1984) sintetizam que a perspectiva fenomenológica configura-se pela relevância dos significados sociais que os indivíduos assimilam em relação ao mundo e suas vivências. Ela pode ser definida pelas experiências individuais oriundas da interação entre indivíduos, que resultam em significados e sentidos.

Quanto ao emprego de um método qualitativo, Godoy (1995) define que pesquisas dessa natureza são objetivadas pela análise empírica dos fenômenos em seu ambiente natural, que podem ser compreendidos a partir da perspectiva do participante. Desse modo, definiu-se o gestor das agroindústrias rurais familiares como fonte principal da investigação.

Outra característica das pesquisas qualitativas é o foco em fenômenos sociais. Sua intenção é o reconhecimento dos aspectos subjetivos e do comportamento humano dos participantes. Sua abordagem também prioriza um aprofundamento teórico que possibilite

atingir níveis aceitáveis de compreensão e entendimento sobre determinado fenômeno. Quando envolvido em estudos dessa natureza, o pesquisador dedica um tempo mais prolongado para a investigação, a fim de perceber as dinâmicas mais invisíveis, que ocorrem no ambiente natural, as quais só podem ser visibilizadas e compreendidas com o auxílio de métodos específicos, que permitam um contato profundo entre o entrevistador e o entrevistado.

Com base ainda nos aspectos classificatórios já mencionados, que enfatizam a condução do estudo por uma abordagem qualitativa, de natureza fenomenológica, cabe esclarecer que seus objetivos foram norteados por finalidades exploratórias e descritivas. Gil (2002) frisa que os objetivos metodológicos da pesquisa devem ser coerentes com a finalidade do estudo, ou seja, com os objetivos da pesquisa. Para tanto, enfatiza que existem três tipologias de objetivos metodológicos que podem ser definidos: descritivos, exploratórios e explicativos.

A pesquisa exploratória possibilita familiaridade e visibilidade com um problema ou pauta de estudo. Além disso, ela busca aprimorar concepções acerca de determinado assunto relevante para a sociedade, além de permitir a descoberta de novas intuições. Planejar pesquisas orientadas a estudos dessa natureza possibilita para o pesquisador flexibilidade quanto ao direcionamento do estudo, visto que no campo empírico ocorrem fenômenos que não podem ser previamente diagnosticados. Já os estudos descritivos objetivam caracterizar determinada amostra ou fenômeno, podendo propiciar ao pesquisador subsídios para relacionar as variáveis constatadas pela investigação (GIL, 2002).

Nas pesquisas qualitativas, o cientista é ao mesmo tempo sujeito da investigação e realiza análises subjetivas para buscar solucionar seus problemas científicos. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), esse tipo de pesquisa busca definir os objetivos do estudo fenomenológico, com base na hierarquia de ações imbricadas no processo de descrição, compreensão e explicação de distintos contextos.

Os estudos descritivos fazem parte de pesquisas de abordagem qualitativa e possibilitam definir com detalhes os aspectos relacionados às características de um objeto de estudo. A descrição tem sua origem na obtenção das informações relevantes para os objetivos do estudo, obtém informações e as descreve respeitando os objetivos e limites da pesquisa.

Triviños (1997) destaca que há inúmeros desafios em relação ao processo de descrição de dados científicos, pois seu caráter subjetivo muitas vezes permite questionamentos que são decorrentes das distintas interpretações que o pesquisador pode inferir ao seu objeto de pesquisa. Pelo seu caráter subjetivo, a descrição em pesquisas qualitativas permite inferências de críticas em relação aos resultados.

Quanto aos objetivos da pesquisa, eles foram determinados por finalidades exploratórias, que têm como base o estudo em aprofundamento (TAYLOR; BOGDAN, 1984). Nessa perspectiva, o aprofundamento desta pesquisa decorre da interação entre o pesquisador e o entrevistado, em determinado campo de ação delimitado pela “vida cotidiana” (SPINK; 2003). Desse modo, delimitou-se para fins de análise o campo de pesquisa representado por cinco propriedades rurais familiares de Panambi, que possuem agroindústrias rurais com beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal.

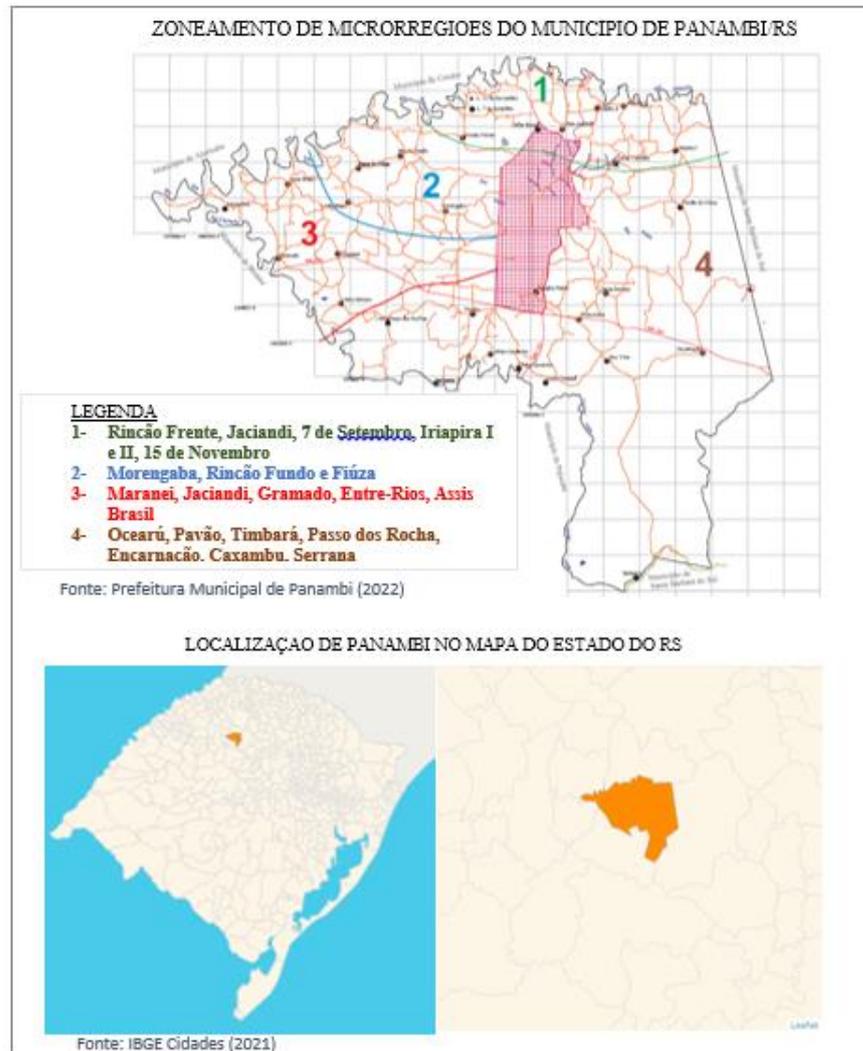
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa foi realizada em agroindústrias rurais familiares cadastradas no Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) e pertencentes ao município de Panambi, localizado na faixa territorial que corresponde à região do planalto rio-grandense, na região Noroeste Colonial do Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto aos limites geográficos, Panambi delimita-se com as faixas territoriais dos seguintes municípios: Condor e Ajuricaba ao norte, Santa Bárbara do Sul ao leste, Pejuçara ao sul e Bozano a oeste (PANAMBI, 2022). Em relação às características da população, Panambi/RS apresentou na última pesquisa realizada pelo IBGE, um total de 44.583 habitantes para o ano de 2021, com um índice de desenvolvimento humano municipal de 0,761 (IDHM) e um índice de Gini de 0,547 (IBGE, 2010; SEBRAE, 2020).

Além do perímetro urbano, Panambi/RS apresenta em seu território 21 localidades, delimitadas da seguinte forma: ao norte, com áreas limítrofes do município de Condor, Linhas Rincão Fundo, Rincão Frente, Morengaba, Brasil e XV de Novembro; ao Leste, com limites do município de Santa Bárbara do Sul, Linha Iriapira I e Linha Fiúza; ao Oeste, com limites do município de Bozano, Linha Maranei, Linha Gramado, Linha Assis Brasil; e ao Sul, com limites do município de Pejuçara, Linha Pinheirinho. Do total das 21 comunidades rurais, 12 delas apresentam pelo menos uma agroindústria familiar rural (PANAMBI, 2022). A Figura 1 demonstra o mapa do zoneamento microrregional do município de Panambi e sua localização no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Mapa do zoneamento de microrregiões e localização de Panambi



Fonte: Prefeitura Municipal de Panambi (2022) / IBGE Cidades (2021)

Quanto aos aspectos produtivos e socioeconômicos do meio rural de Panambi, evidenciou-se potencialidades em distintas atividades, como a produção de hortifrutigranjeiros, bacia leiteira, turismo rural, sistemas de criação de bovino de corte, suinocultura e produção de grãos. Isso pode ser explicado pelas iniciativas do município em desenvolver o meio rural. O acesso às propriedades rurais, principalmente aquelas que apresentam Agroindústrias Rurais Familiares, foram objetos de programas municipais de desenvolvimento, que oportunizaram melhorias nas estradas e no acesso a esses empreendimentos (PANAMBI, 2018).

Destaca-se que Panambi apresenta vinte e uma agroindústrias familiares, que produzem e comercializam no mercado local e regional. Entende-se por agroindústria familiar legalizada, o empreendimento que é gerenciado de modo individual ou coletivo, pelo agricultor familiar, e que tem como objetivo a transformação dos produtos primários, oriundos de suas atividades agropecuária, pesqueira, extrativista ou florestal. Esses processos podem apresentar variações

de complexidade, no que se referem às operações físicas, químicas ou biológicas dos produtos primários (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

O município de Panambi apresenta uma diversidade de produtos oriundos das agroindústrias rurais familiares. No ano 2013 ocorreu o cadastro da primeira agroindústria familiar, de modo que, nos anos subsequentes, outras foram também formalizadas. Atualmente há vinte e uma agroindústrias atuantes, nos mais diversos mercados, como feiras, padarias, supermercados, em mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, dentre outros. O Quadro 2 demonstra as agroindústrias rurais familiares existentes em Panambi, o tipo de produto processado, suas respectivas datas de inclusão e número de Cadastro no PEAf.

Quadro 2 – Agroindústrias Cadastradas no PEAf pertencentes ao município de Panambi/RS

Nº de Agroind.	Agroindústrias (inclusas no PEAf)	Processamento	Data de inclusão	Nº do cadastro	Serv. Inspeção
1	Agroindústria Baron	Panificados	10/02/2014	12.006/11	VISA
2	Agroindústria Buhring Apicultura	Mel	28/09/2015	12.009/15	SIM
3	Agroindústria Inácio & Inácio	Panificados-cucas e bolachas	13/03/2014	12.003/11	VISA
4	Agroindústria Mattos e Muller	Conservas vegetais e mandioca	09/06/2015	12.042/13	VISA
5	Agroindústria Panificados do Vale	Panificados	05/05/2015	12.095/14	VISA
6	Agroindústria Panificados Suave Sabor	Pão, bolacha, cuca e massa	25/03/2019	12.134/18	VISA
7	Agroindústria Pohl	Queijo, leite pasteurizado e bebida láctea	26/02/2016	12.101/15	SIM
8	Apicultura Gabbi	Mel e Própolis	25/10/2016	12.104.15	SIM
9	Armazém dos Panificados	Panificados	06/09/2017	12.100/15	VISA
10	Cooperativa Frutipan	Suco de frutas	04/02/2014	12.058/13	MAPA
11	Dilson Graff	Embutidos e Panificados	21/03/2019	12.072/13	SIM
12	Embutidos Girardi		10/02/2014	12.007/11	SIM
13	Embutidos Rincão	Embutidos, defumados, banha e torresmo	27/12/2016	12.040/13	SIM
14	Frangos Campesino	Frangos caipiras resfriados	26/12/2016	12.040/13	SIM
15	Granja Avícola Boa Nova	Ovos coloniais	07/10/2015	12.085/14	SIM
16	Granja Avícola Boa Postura	Ovos coloniais	22/03/2018	12.126/17	SIM
17	Granja Avícola Confiança	Ovos coloniais	23/07/2018	12.128/17	SIM
18	JR Ovos de Codorna	Ovos de codorna	11/10/2013	12.033/13	SIM
19	Panificados Girardi	Panificados	15/01/2021	12.157/20	VISA
20	Panificados Matciulevicz	Pães, bolachas e macarrão	02/06/2021	12.155/20	VISA
21	Tradição Embutidos e Defumados	Linguiça, defumados, banha e torresmo	18/01/2017	12.107/16	SIM

Fonte: Rio Grande do Sul (2023)

Quanto às agroindústrias rurais familiares de Panambi, constatou-se que sete delas se dedicam à fabricação de panificados em geral, mantendo suas agroindústrias vinculadas ao sistema de serviço de inspeção da vigilância sanitária (VISA). Em seguida, há os embutidos e defumados com quatro agroindústrias, que mantêm sua inspeção sanitária realizada pelo Sistema de Inspeção Municipal (SIM). A produção de ovos coloniais é realizada por três agroindústrias, sendo inspecionada pelo SIM. Há ainda duas agroindústrias de mel inspecionadas pelo SIM. Além dessas há no município uma agroindústria de conserva de ovos de codorna, uma de frango colonial e laticínios e uma de mandioca descascada, as quais também têm sua inspeção realizada pelo SIM, e uma cooperativa de sucos, inspecionada pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

3.3 COLETA DE DADOS

O pesquisador que desenvolve pesquisas de abordagem qualitativa deve considerar todos os elementos presentes no ambiente e no campo de pesquisa. Ele deve incluir-se nesse ambiente, pois ele é considerado um sujeito subjetivo, que interage e compreende os fatos por meio da interação. Há uma relevância no comportamento naturalístico, de modo que as interações ocorrem de forma natural, e não intrusiva (TAYLOR; BOGDAN, 1984).

Diante do objetivo de estudar o gestor das Agroindústrias Rurais Familiares, sediadas em Panambi e cadastradas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), cabe destacar que a coleta de dados foi conduzida por etapas que possibilitaram a organização e o refinamento dos dados.

Quanto a esses dados analíticos, evidencia-se que os elementos investigados estão inseridos no contexto e na percepção dos gestores das agroindústrias rurais familiares que fazem parte do Programa Estadual da Agroindústria (PEAF), sediadas no município de Panambi. Esses elementos estão vinculados à perspectiva das racionalidades presentes em seus processos organizacionais, que têm por enfoque suas relações com o desenvolvimento regional.

Os processos organizacionais foram identificados com base nas proposições de Serva (1996), que os definiu de modo a possibilitar a identificação das racionalidades. Esses processos foram considerados a partir da percepção do gestor quanto a: hierarquia das normas; valores e objetivos; tomada de decisão; controle e divisão do trabalho; comunicação e relações interpessoais; ação social e relações ambientais; reflexão sobre a agroindústria; conflitos, satisfação individual e valores simbólicos que a agroindústria traduz para eles. Em cada um

desses processos organizacionais buscou-se identificar a presença de racionalidades instrumentais ou substantivas (SERVA, 1996; 1997).

O instrumento utilizado para a coleta de dados consistiu na entrevista semiestruturada, aplicada por um roteiro de pesquisa direcionado a cinco gestores de Agroindústrias Rurais Familiares. Esse roteiro possibilitou os subsídios para a contemplação dos objetivos geral e específicos da pesquisa. Trivínos (1987) enfatiza que as entrevistas semiestruturadas permitem um detalhamento e aprofundamento sobre os significados do objeto; por meio delas torna-se possível identificar aquilo que interessa para o pesquisador. A utilização desse tipo de instrumento para coleta de dados permite investigar, de forma minuciosa, as relações entre os elementos que configuram os processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares e o desenvolvimento regional.

Quanto ao acesso a dados restritos de instituições vinculadas às ARF's, destaca-se que, em relação aos objetivos geral e específicos, foram obtidos sem a necessidade de coleta de informações da Secretaria da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), assim como da Emater/RS-Ascar, que realiza a operacionalização do PEAf.

O roteiro de entrevista utilizado foi adaptado de Lang (2018), e buscou sintetizar de forma ordenada alguns elementos que norteiam os processos organizacionais propostos por Serva (1996). A intenção da pesquisadora baseou-se perspectiva de identificar a presença das racionalidades substantivas e instrumentais em processos organizacionais.

Optou-se por utilizar esse instrumento de coleta de dados, na intenção de manter a mesma lógica analítica de Lang (2018) em relação aos processos organizacionais e suas racionalidades. Esse instrumento, ao ser adaptado, possibilitou prospectar os subsídios teóricos e metodológicos necessários para a consecução deste estudo, que abrange os processos organizacionais e racionalidades na relação com o desenvolvimento regional.

A coleta de dados foi conduzida de forma flexível e possibilitou ao entrevistado trazer o seu ponto de vista diante dos questionamentos. Em alguns casos houve a necessidade de explicar com mais detalhes os enunciados das questões de pesquisa. Isso demonstra que o instrumento de coleta de dados pode ser adaptado, e o pesquisador pode modificar sua abordagem, caso perceba ser necessário. Durante esse processo, algumas informações não previstas pelo instrumento de coleta de dados podem ser evidenciadas durante a interação, e caso presente coerência com os objetivos da pesquisa, o pesquisador deve ajustar o roteiro de modo a contemplar a nova informação que pode contribuir para a investigação (SAMPIERI; COLLADO; LUCUI, 2013).

Quanto à seleção dos participantes, deve-se buscar definir critérios que podem vincular, por exemplo, gênero, faixa etária, escolaridade, aproximação geográfica, dentre outros. Para isso, o pesquisador precisa ter clareza sobre quais os objetivos pretende atingir, e isso deve estar presente no instrumento de coleta de dados (GASKELL, 2003).

Dessa forma, um dos critérios escolhidos pela pesquisadora para selecionar os participantes foi o da aproximação geográfica, priorizando contatar os gestores das agroindústrias em locais com maior concentração de estabelecimentos. Isso favoreceu a redução do percurso e possibilitou agilizar a etapa de coleta de dados. Gaskell (2003) refere que os pesquisadores qualitativos possuem autonomia para definir e selecionar participantes, centrando-se no aprofundamento teórico das abordagens e não em número de participantes.

Para cumprir o critério de seleção vinculado à aproximação geográfica das ARF's, foram abordados os gestores das agroindústrias rurais familiares das seguintes localidades: Linha Morengaba, Rincão Fundo, Assis Brasil, Gramado, Rincão Frente. Essas localidades pertencem ao meio rural do município de Panambi e contemplam a maioria dos estabelecimentos agroindustriais familiares cadastrados pelo PEAf (PANAMBI, 2022).

A primeira abordagem realizada pela pesquisadora para obtenção dos dados da pesquisa consistiu no contato telefônico com os gestores das ARF's. Durante essa etapa foram esclarecidos alguns detalhes sobre a pesquisa e a importância de sua participação. Durante esse processo foram selecionados os cinco primeiros gestores que aceitaram participar do estudo.

Posteriormente, foram agendadas as entrevistas, de acordo com o tempo disponível de cada gestor. A primeira entrevista foi realizada no final do mês de setembro de 2022, logo após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, que emitiu o Parecer Consubstanciado nº 5.667.544, aprovando a pesquisa em relação aos preceitos éticos. As demais entrevistas foram realizadas no mês de outubro, ficando constatado que todos os participantes demonstraram interesse pelo tema e responderam todas as questões da pesquisa, em um tempo médio estimado de duas horas.

Para delimitar o total de entrevistas optou-se pela utilização da técnica de saturação teórica. Hoffmann (2018) explica que esse processo consiste na identificação do momento do limite lógico de realização de entrevistas. Para tanto, o autor considera que existem três critérios que podem determinar a confiança quanto ao ponto de saturação, ou seja, o momento pelo qual o pesquisador observa que já é possível atingir os objetivos da pesquisa.

Os critérios que permitem chegar ao momento da saturação teórica são determinados pelos “limites empíricos, pela integração dos dados junto à teoria, ou então por meio da sensibilidade do autor” (HOFFMANN, 2018). Esses limites foram considerados a partir da

repetição das informações prestadas pelos gestores das ARF's e da observação da pesquisadora em relação às respostas.

Quanto aos aspectos estruturais e de conteúdo pertencentes ao roteiro de pesquisa, evidencia-se que o documento se constituiu de trinta perguntas abertas, elaboradas na perspectiva de obter informações sobre as racionalidades nas práticas organizacionais dos gestores das ARF's e suas relações com o desenvolvimento regional.

Para a realização do primeiro objetivo específico, que consistiu em “caracterizar o gestor das Agroindústrias Rurais Familiares de Panambi” foram utilizadas as respostas das questões de 1 a 10 do Roteiro de Entrevista contido no APÊNDICE A. Os questionamentos aos gestores das ARF's buscaram evidenciar informações gerais sobre suas características, seu contexto socioeconômico, histórico e cultural, e suas relações com a sociedade.

Para atingir o segundo objetivo, definido por “identificar os processos organizacionais do gestor das Agroindústrias Rurais Familiares de Panambi” foram empregadas as respostas das questões de 11 a 30 do referido Roteiro de Entrevista, as quais tiveram como critério de análise as racionalidades substantivas e instrumentais nos processos organizacionais dos gestores. Essas racionalidades foram evidenciadas conforme o relato dos gestores, em relação à hierarquia e normas, valores e objetivos organizacionais, tomada de decisão, controle, divisão do trabalho, dentre outros, conforme refere Serva (1996).

O terceiro e o quarto objetivos delimitados por “descrever as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das Agroindústrias Rurais Familiares de Panambi” e “suas relações com o desenvolvimento regional”, foram atingidos por meio da utilização da técnica de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (2010). Esse método consistiu em analisar o discurso dos gestores, deduzindo suas expressões verbais, que forneceram os subsídios para identificar a presença das racionalidades substantivas e instrumentais em seus processos organizacionais, e suas conexões com o desenvolvimento regional.

As informações obtidas pela pesquisadora foram resultantes da aplicação das entrevistas semiestruturadas, que apresentaram diretrizes específicas em relação aos preceitos éticos. Essas instruções foram descritas no instrumento denominado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”. Segundo Campinas e Barros (2006), esse tipo de documento busca garantir segurança, tanto para os entrevistados como para o pesquisador. Diante disso, o referido documento foi apresentado para os gestores entrevistados, sendo solicitado sua assinatura como forma de assegurar os preceitos éticos da pesquisa.

Os riscos que a pesquisa ofereceu para as instituições (Emater/RS-Ascar, ou SEAPDR) se detiveram na possibilidade de constrangimento ou desconforto do participante em relação às

abordagens. Como esses riscos não foram identificados, pode-se afirmar que não ocorreram intimidações ou desconforto dos participantes, não sendo necessário comunicar as instituições envolvidas e nem providenciar documentos para a efetivação de desistência de participante.

As entrevistas foram gravadas por meio de aplicativo de áudio de um *Smartphone*, que possibilitou o registro detalhado de cada pergunta da pesquisa. Segundo Belei (2008), essas tecnologias são indispensáveis para o pesquisador, pois possibilitam o registro dos dados e preservam o conteúdo original. Da apropriação dessas informações iniciou-se o processo de organização, categorização e análise dos dados.

A obtenção dos áudios do gestor, suas transcrições e análises permitiram identificar os elementos que abarcam os fenômenos que perpassam as racionalidades nos processos organizacionais do gestor. A transcrição das entrevistas foi uma etapa essencial e necessária para a categorização dos dados, subsídios que oportunizaram os vínculos de análise aos objetivos geral e específicos da pesquisa. O ponto de análise considerou a presença das racionalidades substantivas e instrumentais nos processos organizacionais, propostos por Serva (1996;1997), que foram analisados no contexto do gestor das ARF's e suas relações com o desenvolvimento regional.

Por medida de segurança optou-se por armazenar os dados da pesquisa em arquivos digitais (HD externo), de modo que o acesso será concedido apenas à equipe de pesquisa, por um período de cinco anos, conforme prevê a Resolução CNS 466/12 (BRASIL, 2012).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A transcrição das entrevistas auxiliou na identificação das informações relevantes diante dos objetivos geral e específicos da pesquisa, e ainda possibilitou a classificação e codificação dos dados. Conforme Taylor e Bogdan (1984), essa prática possibilita refinar as interpretações dos dados e desenvolver categorias de codificação, em que são atribuídos valores positivos ou negativos.

Soares (2007) infere que em pesquisas qualitativas há um grau de complexidade decorrente de sua natureza, que é subjetiva e interpretativa. Isso exige do pesquisador um cuidado na realização da organização, seleção e análise dos dados. As unidades de análise desse tipo de pesquisa são constituídas por elementos heterogêneos e diversos, que carecem detalhamento e estratégias, e técnicas adequadas que permitam elaborar dados científicos.

A técnica utilizada para realizar a análise dos dados da pesquisa foi a “Análise de Conteúdo”. Segundo Caregnato e Mutti (2006), essa prática prevê o detalhamento de

informações, pela análise minuciosa de palavras, com significados importantes para os objetivos da pesquisa.

Sousa e Santos (2020) destacam que a técnica de Análise de Conteúdo defendida por Laurence e Bardin, oferece ao pesquisador elementos que garantem rigor científico para pesquisas. Essa técnica possibilita a descrição do conteúdo das mensagens e as condições de produção e recepção dessas mensagens. Já para Bardin (2016), a análise de conteúdo abarca métodos que foram aperfeiçoados e aplicados em análises de discursos diversos.

Essa técnica pode ser considerada uma estratégia que consiste em codificar e decodificar informações, as quais servirão de subsídios para um estudo. Para codificar e decodificar é necessário uma análise inicial dos dados, efetuar o levantamento das informações mais coerentes para a obtenção dos objetivos da pesquisa e, por fim, organizá-las conforme os critérios estipulados pelo estudo. No último momento realiza-se uma interpretação que servirá como suporte aos resultados da pesquisa (BARDIN, 2010).

Ao analisar os dados por intermédio da técnica de Análise de Conteúdo, foi possível identificar os elementos fundamentais da pesquisa, constituídos pelo discurso do gestor em relação às racionalidades, processos organizacionais e o desenvolvimento regional. Desse modo, a concepção analítica deste estudo orientou-se pelas repostas de questionamentos aos gestores, formulados a partir de categorias e subcategorias de análise, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias de análise da pesquisa

DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Categorias	Subcategorias de análise	Tópicos de análise
	Agroindústrias	Caracterização das agroindústrias familiares	-Histórico familiar; - Gênero, idade, escolaridade, aspectos subjetivos relacionados aos valores e a ética, relações familiares e com a sociedade;
Racionalidades Substântivas e Intrumentais (GUERREIRO RAMOS, 1989)	Processos Organizacionais (SERVA, 1996)	- Hierarquia e normas; -Valores e objetivos organizacionais; -Tomada de decisão; -Controle; -Divisão do trabalho; -Comunicação e relações interpessoais; -Ação social e relações ambientais; -Reflexos sobre a organização; -Conflitos; -Satisfação individual; -Dimensão simbólica	

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Os elementos apresentados no Quadro 3 buscaram evidenciar as características dos gestores das Agroindústrias Rurais Familiares de Panambi, cadastradas pelo Programa Estadual

de Agroindústria Familiar (PEAF), e suas racionalidades, subdividas em substantivas e instrumentais. Essa caracterização buscou o reconhecimento das particularidades das ARF's em relação ao perfil do gestor, demonstrado pela subcategoria estruturada, a partir de seu histórico familiar, gênero, idade, escolaridade e aspectos subjetivos, como por exemplo, seu conjunto de valores éticos e as relações por ele estabelecidas.

A caracterização relacionada às racionalidades substantivas e instrumentais tiveram como categoria os processos organizacionais dos gestores das ARF's, e a subcategoria relacionada aos processos organizacionais, classificados em: hierarquia e normas, tomada de decisão, controle, divisão do trabalho, comunicação e relações interpessoais, dentre outros (SERVA; 1996).

Em relação ao Desenvolvimento Regional buscou-se representá-lo como elemento principal, evidenciado pelo conjunto de características atribuídas pelas categorias e subcategorias de análise da pesquisa. Para isso, alguns elementos demonstrados no Quadro 4 evidenciam as racionalidades substantivas e instrumentais identificadas nos onze processos organizacionais conduzidos pelos gestores das ARF's de Panambi/RS.

Quadro 4 – Tipo de racionalidade e análises de desenvolvimento regional

DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
ANÁLISE DO DISCURSO			Abordagem do desenvolvimento (econômico, social, ambiental)
Processo Organizacional	Racionalidade Instrumental	Racionalidade Substantiva	
Processo Organizacional 01			
Processo Organizacional 02			
Processo Organizacional 03			
Processo Organizacional 04			
Processo Organizacional 05			
Processo Organizacional 06			
Processo Organizacional 07			
Processo Organizacional 08			
Processo Organizacional 09			
Processo Organizacional 10			
Processo Organizacional 11			

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O Quadro 4 auxiliou na concepção dos resultados da pesquisa, mediante a organização dos dados classificados, propiciando a sua decodificação. Essa interpretação acerca das relações entre as racionalidades apresentadas e as dimensões de desenvolvimento foram cruciais para a compreensão geral deste estudo. A partir da identificação do tipo de racionalidade predominante nos seus processos organizacionais, tornou-se possível atribuir relações entre abordagens de desenvolvimento mais específicas, que podem apresentar vínculos com o desenvolvimento econômico, social ou ambiental, referenciado pelo Roteiro de Entrevista (APÊNDICE A).

Diante do exposto, as análises dos dados compilados neste estudo foram oriundas do discurso do gestor em relação as suas particularidades quanto aos fatores socioeconômicos, culturas e ambientais, imbricados em seu histórico de vida, e da presença das racionalidades em seus processos organizacionais, o que proporcionou criar relações com o desenvolvimento social, econômico e/ou ambiental.

Esse método investigativo buscou referências nas relações familiares, sociais e de mercado, na observância ao identificar os elementos pertinentes às racionalidades nos processos organizacionais, que apresentam relações com a dinâmica agroindustrial, conduzidas pelos processos de produção, beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar. Esses resultados foram obtidos pela seleção e análise de termos identificados pela pesquisadora, que priorizou estabelecer conexões entre os códigos evidenciados no contexto das racionalidades substantivas e instrumentais e suas relações com o desenvolvimento regional.

As premissas que nortearam o processo de análise de conteúdo foram vinculadas ao interesse da pesquisadora em identificar como o gestor define seu trabalho, os motivos que o levam a desempenhar funções dentro de suas agroindústrias rurais familiares, na expectativa de compreender a condução dos processos organizacionais e a preponderância das racionalidades nesse ambiente. Por fim, essa discussão teórica aprofundou-se no equacionamento analítico, orientado pela relação entre o conjunto de atributos que o trabalho e os procedimentos organizacionais dos gestores proporcionaram para a sociedade e os fatores que contribuem para o desenvolvimento regional.

O conteúdo explicitado neste estudo ficará disponível aos adeptos de estudos relacionados à temática dos processos organizacionais, racionalidades e desenvolvimento regional, com um link de acesso ao repositório de dados da biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Para cumprir as diretrizes científicas relacionadas aos caminhos optados pela pesquisadora, adotou-se como estratégia principal a responsabilidade e o comprometimento com os participantes da pesquisa quanto à coleta, organização das informações e análise dos dados.

A esse respeito, entende-se que as pesquisas qualitativas são constituídas por etapas e processos relacionados à vida em sociedade e, por isso, os procedimentos adotados para o fazer científico devem considerar os aspectos éticos que visem o respeito pelo próximo e suas subjetividades. Rocha (2022) infere que a ética na pesquisa parte de duas concepções, uma que apresenta relações com o caráter humano, e outra que prevalece por meio da formalização de contratos e documentos. Ambas consideram limites ao pesquisador quando em contato com seu campo de análise, de modo que as relações que se estabelecem devem garantir o bem-estar do participante (ROCHA, 2022).

Minayo e Guerreiro (2014) destacam que os produtos científicos não dependem unicamente de procedimentos técnicos, mas também de um conjunto ordenado de ações que possibilitem compreender o universo que se pretende investigar. Segundo os autores, as pesquisas relacionadas às ciências sociais dependem em grande parte da aproximação entre o pesquisador e o objeto de estudo, e por isso sua perspectiva ética deve envolver o respeito entre os sujeitos, visto que eles detêm opiniões, sentimentos e subjetividades variadas.

Para Silva, Mendes e Nakamura (2012), a sociedade moderna balizada pelo capitalismo trouxe consigo algumas consequências para o comportamento dos indivíduos, como por exemplo o individualismo e a competição nas relações interpessoais. Os autores destacam que é desafiador para os cientistas tomarem decisões e adentrar no mundo dos sujeitos para compreender suas realidades. Para tanto, eles complementam que é imprescindível que o pesquisador desenvolva a habilidade de manter uma postura respeitosa e ética no momento da escolha do tema, em seu contato com o campo, assim como na etapa de análise dos resultados da pesquisa.

Os processos que formalizam as pesquisas científicas são delimitados pelas escolhas, sendo dotados de percepções e subjetividades. Logo, suas escolhas implicam na autonomia e na responsabilidade em definir critérios, objetivos e métodos pelos quais há necessidade de realizar julgamentos sobre indivíduos e realidades (SILVA; MENDES; NAKAMURA, 2012).

Souza (2021) assevera que a ética em pesquisas qualitativas transcende a lógica do caráter compreensivo, relacional e reflexivo, ou seja, torna-se necessário que o pesquisador

compreenda a realidade, que mantenha uma relação fundamentada na empatia, respeito, passando credibilidade por sua conduta, e que acima de tudo promova novos conhecimentos que possibilitem reflexões sobre os problemas que se objetivou compreender. Além disso, entende-se que os aspectos éticos não podem ser viabilizados unicamente a fim de atender demandas burocráticas da pesquisa, como por exemplo, preencher Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eles devem estar impregnados nas ações do pesquisador, na sua forma de conduzir as fases da pesquisa.

O contexto que envolve a temática sobre a ética na pesquisa com seres humanos vem sendo discutido por muito tempo; porém no Brasil, apenas no ano de 1996 foram articuladas algumas estratégias a fim de tornar os processos e procedimentos científicos mais íntegros e verdadeiros. No ano de 1996 foi criada a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CNEP), regulamentada pela Resolução CNS N° 196/1996, a qual foi revogada no ano de 2012 pela Resolução CNS N° 466/2012. Essas resoluções foram definidas em resposta às diversas demandas por parte da sociedade e de seus governos, a fim de possibilitar transparência, segurança e credibilidade aos produtos científicos (SOUZA; 2021).

Com base nas regulamentações sobre os direitos e regimentos que garantem a defesa dos interesses dos participantes da pesquisa, evidencia-se que cada gestor entrevistado foi convidado a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), que estabeleceu as diretrizes relacionadas a sua proteção quanto à confidencialidade e privacidade no que se refere às informações fornecidas para a elaboração da pesquisa.

Além disso, este projeto de pesquisa também foi remetido para apreciação junto ao Comitê de Ética na Pesquisa (CEP), que analisou o projeto e suas interfaces, nos aspectos éticos relacionados aos seres humanos. O projeto de pesquisa teve sua aprovação em 27 de setembro de 2022, ficando inscrito sob o Parecer Consubstanciado N° 5.667.544, e pelo CAAE N° 61102922.6.0000.5564, ambos disponibilizados no portal da Plataforma Brasil (CEP).

4 RACIONALIDADES SUBSTANTIVAS E INSTRUMENTAIS NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES DAS ARF'S E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO

Nesta sessão são apresentados os resultados da pesquisa, que teve como prioridade atender aos objetivos geral e específicos. No primeiro momento buscou-se caracterizar os participantes, tendo em vista seu contexto histórico-social, suas aspirações e interesses. Para atender aos demais objetivos específicos da pesquisa buscou-se identificar a presença das racionalidades substantivas e instrumentais nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares, estabelecendo conexões com as distintas dimensões do desenvolvimento regional.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS GESTORES DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES DE PANAMBI

Aos gestores das Agroindústrias Rurais Familiares de Panambi fica a incumbência da realização das atividades produtivas, que demandam a produção primária e agroindustrial, e também as atividades relacionadas à organização dos fluxos produtivos, financeiros e comerciais. As entrevistas realizadas tiveram a intenção de identificar as racionalidades presentes em seus processos organizacionais, analisados na perspectiva do desenvolvimento regional, mas também buscaram identificar suas particularidades, quanto ao gênero, núcleo familiar, escolaridade, faixa etária, histórico de vida e as características das propriedades no que se refere a tamanho de área e infraestrutura. Essas informações também foram relevantes para o entendimento acerca das especificidades de cada gestor, tendo em vista as distintas realidades. O Quadro 5 demonstra essas características.

Quadro 5 – Características dos entrevistados

Entrevistado	Escolaridade	Faixa Etária	Gênero
Gestor 1	Ensino Fundamental Incompleto	53 anos	Feminino
Gestor 2	Ensino Médio Completo	32 anos	Feminino
Gestor 3	Ensino Fundamental Completo	45 anos	Masculino
Gestor 4	Ensino Médio Incompleto	57 anos	Masculino
Gestor 5	Ensino Fundamental Incompleto	54 anos	Feminino

Fonte: Elaborado pela Autora (2023)

Ao analisar a questão de gênero, constatou-se que dos cinco gestores entrevistados, três deles são do sexo feminino e dois são do sexo masculino. Da Costa e Morin (2018) mencionam que a desigualdade de gênero nos espaços rurais é algo muito presente em nossa sociedade e isso é refletido pelo vínculo da figura feminina ao doméstico, e sua desconexão às funções mais autônomas. Já Deere e Leon (2002) reforçam que as relações de gênero devem buscar um equilíbrio, harmonia e um sentido complementar e não mais deve induzir relações de subalternidade. Ou seja, há necessidade de compreender que as mulheres que participam ativamente nas decisões são empoderadas, e liberam espaços para que a figura masculina possa desenvolver outras habilidades e emoções.

Diante dessas evidências, nota-se que há predominância do gênero feminino (60%) na gestão das agroindústrias e isso indica que a mulher é autônoma e participante dos planos e das decisões. Isso demonstra sua presença não apenas nas atividades domésticas, mas também nas estruturas econômicas e de gestão das agroindústrias. A figura masculina também assume papel relevante, principalmente nas questões que envolvem a autoridade, mas observou-se a predominância do gênero feminino nos processos de gestão agroindustrial.

Para explicar o núcleo familiar que envolve as agroindústrias investigadas, torna-se necessário esclarecer que dos cinco gestores entrevistados, três (60%) deles constituem-se de dois núcleos familiares formalizados pelo pai e mãe, e os filhos e genros. Os demais gestores (40%) apresentam apenas um núcleo familiar constituído pelo casal. Com isso, percebe-se que há predominância de parentesco de primeiro grau, e de mais de um núcleo familiar desempenhando as atividades da agroindústria. Ainda em relação às categorias apresentadas na Tabela 1, percebe-se que os gestores mais velhos (53, 54 e 57 anos) não concluíram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Já os gestores mais jovens (32 e 45 anos) concluíram o Ensino Fundamental e Médio.

Sobre os vínculos dos gestores com a agricultura familiar, observou-se uma predominância de propriedades pequenas, com média de 13 hectares respectivamente. Todos os gestores foram incisivos em afirmar que se dedicam a mais de uma atividade, como por exemplo, produção de grãos anuais, ou produção de alimentos para a subsistência das famílias.

Em relação ao histórico familiar, o Entrevistado 1 relata que a propriedade teve sua trajetória inicial marcada pela diversidade produtiva, na qual a venda dos excedentes era realizada na feira do município. Em virtude da geografia da propriedade, que apresenta um relevo acidentado, a produção de leite foi uma das opções da família, que posteriormente decidiu processar o produto a fim de obter ganhos econômicos mais expressivos. “Hoje estamos em pleno funcionamento, conquistamos nosso espaço no comércio local, fornecemos para a

merenda escolar, padarias, supermercados e feira do produtor” (ENTREVISTADO 01). A família dedica-se à ordenha de aproximadamente 55 vacas leiteiras, conta com a mão de obra de dois filhos, da gestora e seu esposo, beneficiando uma diversidade de produtos lácteos. O queijo colonial, a nata, o iogurte, o leite pasteurizado, a keschimier e a manteiga são produtos comercializados diariamente, sendo que há uma demanda excessiva pelo keschimier, que é uma matéria prima utilizada para a para a produção do Käsekuchen, e também pelo leite pasteurizado. A Figura 2 demonstra a fachada da sala em que são processados os produtos derivados de lácteos.

Figura 2 – Fachada da agroindústria gerenciada pelo Entrevistado 01



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com base na análise do discurso do Entrevistado 2, no que se refere ao histórico familiar constatou-se que seu vínculo é recente com a agroindustrialização na propriedade. Inicialmente, o casal residiu por um tempo na área urbana do município, para trabalhar em empresas locais. Ao observarem a viabilidade do ramo agroindustrial, praticado pelos pais da gestora, o casal decidiu retornar ao meio rural e empreender. No ano de 2018, a família realiza investimentos para a construção de um aviário e aquisição de aves de postura. Segundo o Entrevistado 02, os rendimentos financeiros obtidos pela comercialização dos ovos eram insuficientes para

manutenção da família. “O preço pago pelo produto era baixo e os custos de produção eram crescentes, o preço da ração por exemplo, sofria variação junto com a economia, e isso ocasionava perdas financeiras” (ENTREVISTADO 02).

Em função desses problemas, no ano de 2021 a família analisou o cenário do município e decidiu investir em outra agroindústria. Fizeram mais investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos, e formalizaram uma agroindústria de embutidos e defumados. Atualmente, eles conduzem um sistema de produção voltado à avicultura colonial, constituído por 700 aves de postura, que produzem em média 1.000 dúzias de ovos ao mês. Além disso, comercializam embutidos e defumados, como salame colonial, copa, linguiça, morcela, e também banha e torresmo. A Figura 3 demonstra parte da infraestrutura das agroindústrias conduzidas pela gestora e seu esposo.

Figura 3 – Infraestrutura das agroindústrias pertencentes ao Entrevistado 2



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

No que se refere ao histórico familiar, percebeu-se que o Entrevistado 3 manteve-se sempre na propriedade, e teve a decisão de empreender e formalizar uma agroindústria pelo fato de compartilhar da experiência positiva de seus pais, que também atuam nesse ramo. Segundo o gestor, a prática foi obtida junto à agroindústria de embutidos e defumados de seu pai, e transferiu esse conhecimento para o seu empreendimento.

Hoje, a propriedade agrega dois empreendimentos agroindustriais, um voltado para derivados cárneos, como salame, linguiça colonial, copa, banha, morcela, torresmo, dentre

outros defumados, e também conta com a agroindústria de panificados, que fornece pães, cucas, doces em geral, bolachas, dentre outros, aos seus consumidores (ENTREVISTADO 03). Uma das particularidades apresentadas pelo Entrevistado 03 refere-se à união da família e à organização do trabalho nas agroindústrias. Há uma independência das agroindústrias em relação à gestão, porém a mão de obra é compartilhada, e existe a prática da ajuda mútua nos momentos de gargalos produtivos. A Figura 4 demonstra em plano aéreo a propriedade da família do Entrevistado 03.

Figura 4 – Imagem aérea da propriedade do Entrevistado 03



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Com base no histórico familiar do Entrevistado 04 foi possível compreender seu vínculo com a propriedade rural, e a formalização de uma agroindústria foi decorrente de processo de herança das benfeitorias da família. Segundo o Entrevistado 04, desde a juventude seu vínculo foi com o meio urbano, pois residiu e trabalhou desde jovem nas empresas do município.

O retorno ao meio rural possibilitou produzir alimentos para o autoconsumo e, com o passar do tempo, a venda dos excedentes. Segundo o entrevistado:

Inicialmente a ligação entre o rural e o urbano foi uma possibilidade que se originou para nós, pois produzíamos na colônia, e vendíamos na cidade, para os vizinhos da

cidade, para colegas, e para pequenos estabelecimentos do nosso bairro. Isso proporcionou desejo de mudança, e foi então que decidimos morar no interior e investir nossos recursos em instalações, máquinas e equipamentos, para nos adequar as exigências do Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) (ENTREVISTADO 04).

No ano de 2016 a família formalizou uma agroindústria de embutidos e defumados, e no ano de 2021 formalizou outra agroindústria de derivados lácteos. Essas iniciativas possibilitaram a oferta de uma diversidade maior de alimentos para seus clientes (padarias, merenda escolar, feira do produtor, supermercados). Hoje a família mantém uma diversidade de produtos, como salame colonial, linguiças, banha, morcela, dentre outros defumados, e também produz leite pasteurizado, queijo colonial, keshimier, manteiga, doce de leite e nata. A Figura 5 demonstra a imagem aérea da propriedade do Entrevistado 04.

Figura 5 – Imagem aérea da propriedade do Entrevistado 04



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ainda sobre os aspectos históricos, o Entrevistado 5 afirma que comercializa o excedente da produção da propriedade há mais ou menos vinte anos. Segundo ele,

Comercializávamos todos os produtos que tínhamos disponíveis na propriedade, mas com o tempo nos tornamos mais seletivos, e priorizamos aqueles com mais saída para o mercado e mais fácil de produzir, como por exemplo, os embutidos e defumados” (ENTREVISTADO 05).

Além disso, a gestora afirma que devido as suas habilidades com a produção de panificados decidiu a pouco tempo formalizar uma segunda agroindústria, direcionada para a

produção de pães,ucas, bolachas, massa caseira, dentre outros. A Figura 6 demonstra a fachada do empreendimento rural.

Figura 6 – Fachada da agroindústria do Entrevistado 05



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em relação aos membros da família foi possível identificar que além da gestora e seu esposo, residem na propriedade três filhos, duas noras e os netos, mas cada um tem sua casa, só o filho mais novo que reside com a gestora. Segundo ela:

Como temos outras atividades, como por exemplo a produção de leite, soja e trigo, as atividades das agroindústrias ficam mais sobre a minha responsabilidade e do meu esposo, os filhos trabalham mais com leite e grãos (ENTREVISTADO 05).

A primeira agroindústria formalizada foi a de embutidos, no ano de 2017. Já a agroindústria de panificados passou a operar no ano de 2019. Atualmente os produtos comercializados pelas agroindústrias são os panificados em geral (pães massas,ucas, bolachas, bolo), embutidos e defumados (salames coloniais, linguiça, morcela, copa, costela e lombo defumado), banha e torresmo.

Além dos aspectos históricos e produtivos das agroindústrias, buscou-se evidenciar as particularidades inerentes às relações familiares, com vizinhos e comunidade. A esse respeito, os Entrevistados 01 e 02, por fazerem parte da mesma família, destacaram pontos em comum, afirmando que mantêm um bom relacionamento familiar e respeitam a privacidade uns dos outros. Eles buscam adquirir e pagar pelos produtos oriundos das agroindústrias, como forma

de incentivar quem produz. Quanto às relações com vizinhos, o Entrevistado 01 afirma que mantém laços de amizade com todos e muitas vezes ajudou e obteve ajuda deles para a realização de atividades na propriedade, como por exemplo, a elaboração de silagem para a alimentação animal. Já a Entrevistada 02 afirmou que mantém uma boa relação com todos e que está sempre à disposição para ajudar quando necessário.

Quanto às relações, o Entrevistado 03 levantou alguns argumentos sobre as mudanças que enfrentaram no decorrer do tempo para encontrar a harmonia familiar. Segundo ele, “os conflitos iniciais foram o motivo que nos levou a buscar no autoconhecimento a solução das nossas diferenças” (ENTREVISTADO 03). Hoje ele considera que mantém relações harmoniosas tanto com familiares, como com vizinhos e comunidade.

Ao ser questionado sobre o aspecto das relações familiares, o Entrevistado 04 relatou que buscam sempre solucionar os problemas por meio do diálogo. Já em relação aos vizinhos e comunidade, ele destacou que tem um bom relacionamento com todos, porém devido à carga de trabalho não conseguem manter um contato contínuo com vizinhos e comunidade. O Entrevistado 05 relatou que as relações familiares são “no geral muito boas” e que os “vínculos com a vizinhança e comunidade fortaleceram e ampliaram os relacionamentos e amizades” (ENTREVISTADO 05).

Em relação à divisão do trabalho, foi possível identificar nos discursos de todos os entrevistados que existe uma rotina de trabalho, e que há um respeito em relação às habilidades de cada membro. A maioria dos gestores são pessoas proativas, que exercem mais as funções de controle, por exemplo. Já os demais membros auxiliam na produção ou até na gestão, de acordo com suas competências.

Ainda sobre a organização do trabalho, os entrevistados foram questionados acerca de seu conhecimento sobre os processos organizacionais que executam na agroindústria. Sobre isso, o Entrevistado 01 afirmou que há uma tendência em pensar sempre nos elementos mais concretos presentes no ambiente do trabalho, mas que de fato os elementos mais subjetivos interferem muito no rendimento, na organização do trabalho (Entrevistado 01). Para o Entrevistado 02 “entender esses processos facilita a compreensão da nossa função” e “nos auxilia a evoluir como gestor”.

O Entrevistado 03 considera que reconhecer os processos organizacionais proporciona “aperfeiçoamento e qualificação na gestão”. O Entrevistado 04 já estabelece conexões entre os processos organizacionais e as normas, acordos, respeito, comprometimento, e com o controle dos recursos financeiros e produtivos, por exemplo. Sob uma outra perspectiva, o Entrevistado

5 complementou que a falta de organização, de gerenciamento do tempo e de materiais, por exemplo, pode ocasionar efeitos negativos e desmotivadores para o negócio.

No tocante à importância das agroindústrias, os Entrevistados 01, 02 e 04 afirmaram que a agroindústria é um meio de sobrevivência da família. O Entrevistado 03 destacou que a lucratividade faz parte de qualquer negócio, porém um fator tão importante quanto os rendimentos é a ocupação, as relações que se constroem, e o retorno que têm dos clientes. Já o Entrevistado 05 menciona que houve uma mudança no grau de importância, e a questão financeira, com a aposentadoria do casal, ficou melhor. Para eles, “hoje a agroindústria tem um sentido diferente, ela preenche o tempo e aproxima a gente das pessoas” (ENTREVISTADO 05).

Ao serem questionados sobre sua participação em organizações cooperativas ou associativas, identificou-se que todos os entrevistados apresentam relações com esse tipo de organização, e salientam aspectos relacionados a sua importância para as atividades desempenhadas nas propriedades e agroindústrias. O Quadro 6 sintetiza os principais aspectos identificados no discurso dos gestores sobre suas relações com as organizações associativas.

Quadro 6 – Relações entre os gestores e as organizações associativas

Entrevistados	Organização Associativa	Tipo de relação	Benefícios
Entrevistado 01	Cotripal, Patrulha Rural	Comercial e educativa; Prestação de serviços	-Comercialização de produtos; -Participação em eventos, cursos e palestras; -Utilização de máquinas e equipamentos -Retorno das sobras
Entrevistado 02	Cotripal	Comercial	-Retorno das sobras; -Participação em eventos
Entrevistado 03	Cotripal e Sindicato Rural	Comercial e educativa	-Comercialização de produtos; - Participação em cursos
Entrevistado 04	Cotripal	Comercial	-Assistência técnica aos bovinos de leite; -Retorno das sobras
Entrevistado 05	Cotripal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Comercial, e administrativa	- Aquisição de produtos, insumos a preços mais justos; - Elaboração de documentos (DAP, CAF, ITR)

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A partir das informações descritas no Quadro 6 foi possível identificar que os gestores possuem relação com a Cotripal Agropecuária Cooperativa, que se estabelece pela comercialização de produtos da agroindústria, aquisição de insumos, assistência técnica, ações educativas e participativas (eventos). Já em relação ao Sindicato Rural, as relações são voltadas aos aspectos educativos, em que os sócios participam de cursos de capacitação promovidos pelo SENAR. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais oferecem uma relação administrativa, em que

o gestor pode obter os serviços relacionados à elaboração de documentos. A patrulha Agrícola auxilia na disponibilização de máquinas e equipamentos para serviços nas propriedades rurais.

Os benefícios citados pelos entrevistados, em relação ao vínculo com organizações associativas ocorrem pela participação nos lucros, aprendizagem, assessoramento administrativo, saúde dos animais, comercialização com vantagens e garantias econômicas.

Outro ponto questionado aos entrevistados foi sua relação com o público externo, no caso os consumidores e fornecedores. A esse respeito houve unanimidade das respostas ao afirmarem que possuem relações de amizade com os clientes de longa data. Já com os clientes esporádicos as relações tendem a ser apenas comerciais. Quanto às relações com fornecedores, os Entrevistados 01, 02, 04 e 05 afirmam ter uma relação estritamente comercial. Já o Entrevistado 03 evidenciou relações amigáveis, de confiança e aproximação também com os fornecedores.

4.2 PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES DAS ARF's DE PANAMBI/RS E SUAS RESPECTIVAS RACIONALIDADES

Os processos organizacionais abordados na pesquisa foram: Hierarquia e normas; Valores e objetivos; Tomada de decisão; Controle; Divisão do trabalho; Comunicação e relações interpessoais; e Ações sociais e relações ambientais. Essa classificação foi delimitada por Serva (1996) em seus estudos sobre as organizações, buscando identificar esses elementos citados por ele como fundamentais para a compreensão dos fenômenos organizacionais modernos e seus efeitos sobre a economia e a sociedade.

No sentido de contribuir com as análises de Serva (1996) a respeito dessa temática, buscou-se descrever, nas próximas subseções, os processos organizacionais presentes nas Agroindústrias Rurais Familiares de Panambi.

Com relação ao processo de **hierarquia e normas**, observou-se que os entrevistados conduzem com supremacia as atividades dos empreendimentos, porém as decisões mais complexas são expostas aos familiares e decididas pelo grupo (ENTREVISTADO 01, ENTREVISTADO 02, ENTREVISTADO 05).

Ao serem questionados sobre quem exerce autoridade na agroindústria, o Entrevistado 01 destaca que, mesmo atuando como gestora da parte produtiva, a autoridade costuma ser exercida pelo esposo. Já os Entrevistados 02, 03 e 05 mencionaram que o trabalho, quando conduzido pelo grupo familiar, exige autoridade de todos, e cada um tem o compromisso de coordenar e decidir dentro de suas responsabilidades. Já o Entrevistado 04 afirmou que a

autoridade está relacionada ao comprometimento e ao compromisso assumido com os clientes e fornecedores, e por isso ele se considera detentor da autoridade na agroindústria.

Segundo Serva (1996), as normas no ambiente organizacional apresentam vínculos com a hierarquia, com as relações de poder e a forma como são conduzidos os procedimentos no empreendimento. Diante disso, ficou evidente que os discursos dos entrevistados foram favoráveis às implementações de normas e adequações solicitadas pelo PEAf. Suas falas reforçam que o programa proporcionou produtos de qualidade, organização produtiva, cuidados com em higiene e limpeza e identificação do produto. Segundo os Entrevistados 03 e 04, essas ações representam segurança para o cliente e possibilitam o crescimento do mercado.

Os relatos dos gestores demonstraram que as normas são importantes, pois elas direcionam os fluxos de trabalho, além dos fluxos comerciais e financeiros da ARF. Existe uma configuração hierárquica bem definida, baseada no respeito às aptidões de cada membro. Foi possível identificar que os gestores entendem quais são as funções do Programa Estadual da Agroindústria Familiar e que suas diretrizes devem ser respeitadas para que não lhes ocorram sanções.

Serva (1996) define que o processo organizacional delimitado por **valores e objetivos organizacionais** é um elemento que identifica uma organização e se estabelece pelo conjunto de estratégias definidas em seu ambiente. Para identificar os valores e crenças das ARF's foi questionado aos gestores acerca das motivações em formalizar agroindústrias. Segundo eles, a determinação em iniciar um negócio voltado para a agroindustrialização teve relação com as questões econômicas. As expressões mais proferidas foram: aumento da renda; retorno financeiro; complementação financeira. O Entrevistado 01 manifestou que, além das questões econômicas, buscaram no empreendimento agroindustrial uma oportunidade de promover melhores condições de vida para a família. O Entrevistado 02 destacou também a autonomia como um dos fatores motivadores de poder “trabalhar em casa e ser dono do seu negócio” (ENTREVISTADO 02). Já o Entrevistado 05 relacionou a ocupação como fator motivador de suas atividades na agroindústria.

No intuito de compreender melhor os elementos que correspondem aos valores, os entrevistados foram questionados a respeito de sua compreensão sobre os aspectos éticos. As expressões demonstradas foram: fazer o bem; sinceridade; qualidade do produto; higiene na produção; evitar desperdícios; cumprir os acordos; respeito; compromisso; transparência; honestidade (ENTREVISTADO 01; ENTREVISTADO 02; ENTREVISTADO 03; ENTREVISTADO 04; ENTREVISTADO 05).

Em relação ao comprometimento do gestor com a agroindústria, obteve-se respostas relacionadas aos aspectos financeiros, de boas práticas de fabricação e qualidade do produto. As expressões mais citadas foram: cuidado com os gastos; qualidade do produto; compromisso com prazos de entrega; segurança dos alimentos; respeito com a família e com o meio ambiente; higiene; zelo com as máquinas, equipamentos e instalações.

Na intenção de compreender melhor o comprometimento de gestor com os fatores ambientais e sociais foram feitos questionamentos acerca de suas atitudes na agroindústria, consideradas relevantes para o meio ambiente e comunidade. As ações mencionadas pelos gestores em relação ao meio ambiente foram: separação e acondicionamento do lixo, acondicionamento adequado dos dejetos dos animais, reutilização dos dejetos como forma de adubação, canalização do soro para reutilização na alimentação animal, utilização do sistema de fossa séptica para tratamento do esgoto, utilização de composteira para o descarte de aves mortas, cuidados com desperdício e consumismo.

Diante dessas evidências, constatou-se que todas as agroindústrias possuem sistema de fossa séptica para o tratamento das águas servidas. Os Entrevistados 01 e 04, que atuam na produção e beneficiamento de leite, demonstraram que possuem preocupação com o acondicionamento dos dejetos dos animais e procuram reutilizá-los como adubo na lavoura, hortas e pomares da propriedade. Também buscam soluções para o descarte dos resíduos da produção, como é o caso do soro, que é reutilizado como alimento para os suínos.

O Entrevistado 03 destacou que possui uma composteira para o descarte das aves mortas e os Entrevistados 03 e 05 afirmaram que separam o lixo gerado na produção dos panificados e embutidos. A expressão que apresentou relação com o desenvolvimento sustentável foi proferida pelo Entrevistado 05, que afirmou ter preocupação com a preservação dos recursos naturais para que seus filhos e netos tenham o direito de usufruí-los.

Ainda sobre os valores e objetivos, os entrevistados foram questionados sobre o respeito com a comunidade. Sobre isso, os Entrevistados 02, 03 e 04 afirmaram que o respeito com a sociedade está nas ações diárias dentro da agroindústria, no cuidado com a qualidade dos produtos, higiene, preço cobrado ao consumidor, cuidado com os desperdícios.

Diante das falas dos gestores foi possível entender que os valores e objetivos organizacionais apresentam vínculos com os aspectos da vida em família e com o ambiente em que vivem. Os valores se encontram condicionados ao respeito pela família, pela comunidade e pelo ambiente. Além disso, pôde-se perceber que há preocupação com os rendimentos obtidos pela atividade e também pela qualidade dos produtos. Essas premissas puderam ser evidenciadas como objetivo central nos processos organizacionais dos gestores.

Segundo Serva (1996), a **tomada de decisão** tem relação com as ações individuais e coletivas desenvolvidas pelos sujeitos, que apresentam impacto no futuro dos negócios. Diante dessa definição, os entrevistados foram questionados sobre como são tomadas as decisões e os desafios que a gestão da agroindústria lhes proporcionou.

Sobre as decisões, o Entrevistado 01 destacou que sempre conversam com os demais familiares quando há uma decisão importante, como por exemplo, fazer um investimento. Os Entrevistados 02, 03 e 05 enfatizaram que as decisões complexas são levadas para a discussão com os membros da família, e há uma autonomia nas decisões corriqueiras relacionadas ao trabalho e funções de cada um. Segundo o Entrevistado 04, as decisões importantes demandam respeito à opinião do outro. Já o Entrevistado 03 destaca que utilizam a reunião mensal como método para planejar e decidir as ações relacionadas aos negócios.

Para os Entrevistados 02 e 04, o desafio maior decorreu da falta de experiência em gestão, tanto no que se refere ao sistema de produção como na parte administrativa e financeira. Para o Entrevistado 01, o desafio foi administrar a parte financeira relacionada aos pagamentos de dívidas de investimentos e também administrar a agroindústria nos momentos das intempéries climáticas, como é caso das estiagens, por exemplo.

Para o Entrevistado 03, “o principal desafio esteve relacionado ao engajamento familiar no processo do trabalho em conjunto, para isso foi necessário investimento em cursos de autoconhecimento”. Já o Entrevistado 05 menciona que além dos desafios iniciais, hoje tem muita dificuldade com os processos burocráticos, administrativos, que dependem de preenchimento de documentos e de utilização de computador.

Com base nos relatos dos gestores foi possível compreender que as decisões são aspectos considerados no ambiente organizacional das ARF's. Serva (1996) define que nesse processo há estilos e diferenciação de competências em dado grupo, e isso pode alterar as formas de ação de cada organização. Nesse sentido, observou-se que há interação, comunicação e respeito às competências no ato de decidir.

Na concepção de Serva (1996), o **controle** é um processo organizacional que possibilita entendimento sobre a organização e viabiliza a utilização dos recursos disponíveis de uma maneira ótima, melhorando o desempenho da organização. Para identificar esses elementos presentes no discurso dos gestores, foi-lhes indagado sobre as formas de controle executadas na gestão e a incidência de monitoramento.

A esse respeito, os Entrevistados 01 e 02 destacam que o controle realizado na agroindústria ocorre por anotações sobre as quantidades de produtos vendidos e de matéria-prima. O Entrevistado 01 afirma não terem muito hábito de realizar o controle de informações

da produção, por exemplo, mas mantém preocupação com o controle sanitário. Já o Entrevistado 02 enfatiza que o sistema de criação de aves exige anotações constantes de informações sobre o manejo das aves. Eles também priorizam o controle dos estoques de matéria-prima, embalagens e produtos.

O Entrevistado 03 utiliza como método de controle produtivo o preenchimento de planilhas semanais. Já o Entrevistado 04 menciona que mantém o controle apenas dos fluxos financeiros, e utiliza o livro caixa como um instrumento de controle. O Entrevistado 05 mencionou que há um controle mais rígido nas questões que envolvem a entrada da matéria-prima. Também reforçou que busca anotar informações sobre valores, quantidades e datas de entrega.

Quanto ao monitoramento foi possível identificar no discurso dos Entrevistados 01 e 02 que há uma preocupação em monitorar a parte produtiva, tanto o sistema de criação de animais, quanto o beneficiamento de produtos. Segundo eles, o monitoramento nas demais etapas é realizado pela observação e *feedback* dos clientes. Já os Entrevistados 03 e 04 afirmaram que o monitoramento ocorre na parte produtiva e é realizado pelo responsável técnico que presta o serviço de inspeção. O Entrevistado 05 não respondeu a esse questionamento.

No intuito de compreender melhor o processo de controle realizado nas ARF's, os entrevistados também foram questionados a respeito do Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), suas exigências, e as relações disso com o meio ambiente e sociedade. Diante desse propósito ficou evidenciado que todos os gestores necessitaram realizar construções de novas instalações ou melhorias. Também tiveram que adquirir máquinas e equipamentos para padronizar e qualificar os produtos. Todos necessitaram realizar o curso de Boas Práticas de Produção oferecido pelo Centro de Treinamento de Bom Progresso (CETREB), mantido pela Emater/RS-Ascar. “O PEAF exigiu de nós a organização dos documentos, realização de inspeções de produtos, embalagens adequadas, rotulagem, uma certa padronização em relação ao tamanho, volume e peso dos produtos” (ENTREVISTADO 01).

Já o Entrevistado 03 enfatizou que o programa exigiu, por exemplo, um projeto sanitário, implementado na hora da construção, para evitar danos ao meio ambiente. “Nós cumprimos essas exigências, e sabemos que essas ações são cobradas para garantir controle ambiental e o bem-estar da sociedade” (ENTREVISTADO 03).

Para o Entrevistado 04, as normas impostas pela vigilância sanitária e pelo PEAF exigem do produtor um posicionamento mais profissional em relação ao ambiente e sociedade. Para o Entrevistado 05, as adequações ocasionaram mudanças, que inicialmente trouxeram

desconforto. No entanto, com o passar do tempo, compreenderam que os produtos se tornaram melhores, qualificados, e tiveram aceitação por parte dos consumidores.

Diante dos relatos de cada gestor ficou evidenciado que embora tenham dificuldades em operacionalizar, organizar e instrumentalizar as distintas formas de controle disponíveis, entendem que é necessário realizar ações de controle para buscar a qualificação do trabalho e de seu resultado.

A **divisão do trabalho** é um elemento que envolve as aptidões individuais, delimitadas pelos atributos profissionais dos sujeitos. Essas aptidões podem ser direcionadas para áreas que possibilitem a autorrealização, autonomia e satisfação pessoal, ou ainda o melhor retorno laboral e desempenho (SERVA, 1996).

Para compreender as especificidades relacionadas à divisão do trabalho, na proposição de Serva (1996), buscou-se explicações sobre a realização do trabalho e distribuição das tarefas. Sobre isso, o Entrevistado 01 afirmou ter incumbência da organização produtiva, pois sente aptidão para beneficiar produtos. A parte do controle financeiro, administrativo e fiscal fica sob a responsabilidade do esposo e dos filhos. Para o Entrevistado 02, sua aptidão vincula-se às questões mercadológicas e administrativas. Seu esposo conduz o serviço manual pelo fato de gostar desse tipo de ambiente de trabalho.

Segundo o Entrevistado 03, a divisão do trabalho é realizada de forma planejada, decidida em reunião, de modo coletivo, em que cada integrante busca indicar um posto de trabalho favorável as suas competências. Já o Entrevistado 04 destacou que suas habilidades são gerenciais, mas que ajuda sua esposa na parte da produção. O Entrevistado 05 esclareceu que não há divisão, pois ele executa todas as etapas de acordo com sua capacidade de esforço e tempo. Somente há divisão quando ocorrem pedidos especiais de produtos.

Além da compreensão sobre as aptidões em relação ao trabalho, buscou-se identificar em seus discursos as habilidades em gerenciar finanças, conflitos e pessoas. Diante dos questionamentos observou-se que o Entrevistado 01 e 05 possuem aptidão para gerenciar conflitos, buscam solucionar os problemas da agroindústria por meio do diálogo. Já os entrevistados 02, 03 e 04 possuem aptidões para gerenciar as finanças.

Quanto ao gerenciamento de pessoas ficou evidenciado que no ambiente agroindustrial familiar o trabalho é realizado de forma coletiva pelos membros familiares, cada um sabe qual é o seu papel no ambiente de trabalho, e desempenham suas atividades de forma autônoma. Somente o Entrevistado 03 manifestou preocupação com o autoconhecimento, como fator fundamental para o processo de gestão de pessoas.

Diante do exposto, foi possível verificar que o trabalho na ARF's se estabelece pela autonomia dos membros da agroindústria em decidir suas funções. Essa autonomia se deve à liberdade que cada membro tem em definir suas funções diante do trabalho; também denota-se que, segundo Serva (1996), há nesse processo organizacional elementos oriundos de racionalidades substantivas, que se estabelecem pela felicidade e autorrealização do gestor em possuir o poder de escolha, diante das funções de trabalho.

Alguns aspectos em relação à **comunicação e relações interpessoais** também foram identificados nos discursos dos gestores. Serva (1996) os relaciona aos preceitos da autenticidade, que estabelece valores que possibilitam a emancipação, o reconhecimento das competências dos indivíduos. Segundo o autor, esses elementos delimitam o desempenho, o êxito e as estratégias interpessoais em um dado ambiente organizacional.

Dessa forma, os gestores demonstraram aptidões comunicativas em relação à família e à sociedade, e compreendem que a comercialização de seus produtos depende da interação com clientes e sociedade. Os Entrevistados 01 e 02 mencionaram que a comunicação para eles tem relação com a exposição das ideias e buscam sempre o respeito na interação. O Entrevistado 03 destaca que há uma prioridade em desenvolver as competências comunicativas, pois entendem estar em constante contato com pessoas. Para os Entrevistados 04 e 05, a comunicação é um dos fatores fundamentais para a fidelização dos clientes e da venda, e por isso buscam manter boas relações.

Segundo os entrevistados, as relações estabelecidas com os clientes variam entre relações profissionais e de amizade. Os laços de amizade apresentam vínculos com a fidelização do cliente. Além disso, foi possível identificar que quatro, dos cinco gestores, não demonstraram ter relações de amizade com seus fornecedores. Essas relações são limitadas pelos acordos comerciais e foram reconhecidas como “relações profissionais” (ENTREVISTADO 01, ENTREVISTADO 02, ENTREVISTADO 04, ENTREVISTADO 05). Apenas o Entrevistado 03 afirma manter relações de amizade com seus fornecedores, e afirma que essa relação é sustentada pela confiança e respeito.

Nesse aspecto, foi possível identificar que a comunicação entre os membros das ARF's não se limita às formalidades, pois a vida cotidiana e as relações familiares são predominantes nesses ambientes. Isso demonstra a preponderância dos aspectos humanísticos, como por exemplo, a comunicação voltada ao entendimento, a harmonia, a solidariedade entre o grupo. No entanto, também observou-se aspectos da comunicação estratégica entre os gestores e os fornecedores, por exemplo, que se delimitam à maximização dos recursos e ao bom desempenho nos acordos comerciais.

A **ação social e relações ambientais** são processos que permeiam o conjunto de valores que os sujeitos estabelecem e tendem a ocasionar sua emancipação. Essas ações apresentam foco na finalidade de cada organização e causam impacto nos seus resultados (SERVA; 1996). Diante dessa concepção, buscou-se verificar como os gestores agem em relação ao meio ambiente e sociedade. Ao serem questionados, alguns deles estabeleceram um vínculo entre as ações ambientais realizadas e os impactos para a sociedade. Os Entrevistados 01, 04 e 05 referenciaram que a separação e o descarte adequados dos dejetos da produção reduzem os impactos ambientais e beneficiam a sociedade por evitar contaminações e doenças, por exemplo. O Entrevistado 02 manifestou que o descarte correto das aves mortas reduz a contaminação do solo. O Entrevistado 03, além de possuir o sistema de fossa séptica e de manter os cuidados com a separação e descarte dos resíduos, afirmou evitar queimadas e proteger as nascentes e fontes d'água.

Com relação às ações sociais, foi possível identificar que todos os entrevistados são favoráveis a ajudar a comunidade. Alguns referenciaram que ajudam com doações em dinheiro, produtos ou prestação de serviço aos eventos comunitários, quando são demandados.

Diante dos benefícios dessas ações para a sociedade, o Entrevistado 02 enfatizou que o beneficiamento dos produtos coloniais fortalece o meio rural e estimula vínculos entre o meio rural e o meio urbano. Além disso, todos os entrevistados mencionaram a relação entre os produtos coloniais e a saúde da população. A qualidade dos produtos e a baixa utilização de aditivos químicos na produção foram fatores vinculados à saúde dos consumidores.

Com base nos relatos de cada gestor foi possível identificar que há entendimento sobre os significados das questões ambientais e sociais. Eles expressaram saber que precisam controlar e zelar pelos recursos ambientais. Admitiram que muitas ações de controle ambiental foram realizadas para cumprir as diretrizes do PEA, demonstrando que algumas atitudes foram tomadas em função de exigências regulamentadoras, não estabelecidas por vínculos com a conscientização ambiental.

O processo organizacional definido por Serva (1996) como “**reflexões sobre a organização**” perfaz um conjunto de valores que se estabelecem por meio do julgamento ético, que também se manifesta pela emancipação dos sujeitos. Diante de suas análises, esses elementos constituem partes da finalidade organizacional, desempenho e estratégias interpessoais.

Para compreender esse processo organizacional foi questionado cada gestor a respeito do significado da gestão de sua agroindústria. A análise das falas possibilitou evidenciar os seguintes termos: comandar, controlar, zelar, planejar, executar o serviço, atender bem o cliente,

sustento da família, responsabilidade, independência, liberdade, permite viver no meio rural, favorece a sucessão rural, satisfação, cansaço e estresse (ENTREVISTADO 01, ENTREVISTADO 02, ENTREVISTADO 04, ENTREVISTADO 05).

Com base nas falas dos gestores foi possível identificar que o trabalho é reconhecido como elemento central para as famílias. Ao analisar o conjunto de termos proferidos por eles, admite-se um entendimento de que a gestão da agroindústria desencadeia, para boa parte dos entrevistados, a autorrealização. Fazer parte da dinâmica que se estabelece no ambiente de uma agroindústria familiar possibilita a independência financeira e a garantia da liberdade diante das decisões que o trabalho demanda.

Serva (1996) enfatiza que esse processo organizacional apresenta vínculos com questões subjetivas do ser humano, logo, com as racionalidades substantivas. No caso dos gestores entrevistados, pôde-se estabelecer conexões entre a reflexão sobre o significado de uma ARF à sensação do poder, êxito e liberdade atribuídos ao trabalho e à gestão.

Os **conflitos** têm sua essência nas relações e são determinados pelas racionalidades tanto substantivas como instrumentais. Sua presença no contexto organizacional pode ser entendido pelas distintas formas de compreensão dos sujeitos acerca de suas ações. Eles também apresentam conexões com o julgamento ético, com a autenticidade e com a autonomia, ou ainda, com as atitudes e ações que referenciam as práticas utilitaristas, voltadas ao cálculo, às finalidades e às estratégias interpessoais (SERVA; 1996).

No intuito de identificar a incidência de conflitos no ambiente organizacional dos gestores das ARF's, buscou-se questioná-los sobre situações de conflito na gestão e suas consequências para os valores organizacionais das agroindústrias. Diante dessa intenção foi possível identificar que os Entrevistados 01, 02 e 05 vivenciam conflitos corriqueiros, relacionados principalmente às divergências com os fornecedores (prazo de entrega, qualidade do produto). Em relação aos clientes, afirmaram não haver conflitos, e que ao perceberem julgamentos, buscam melhorar a qualidade dos produtos. Eles entendem o conflito como divergência de ideias e pensamentos, e buscam soluções por intermédio do diálogo.

O Entrevistado 03 também demonstrou entender que o conflito é parte do trabalho e suas relações interpessoais. Seu relato demonstrou mudanças significativas relacionadas aos conflitos, a partir do momento em que a família decidiu investir em cursos de autoconhecimento e desenvolvimento interpessoal. Para ele, os reflexos foram positivos para o trabalho e para a vida em família, repercutindo em suas relações sociais.

O Entrevistado 04 relacionou a incidência de conflitos ao seu perfil crítico e exigente. Ele enfatizou que prioriza as melhorias, a qualidade e o aperfeiçoamento, e isso o instiga a ser questionador e perfeccionista, fatores que segundo ele geram divergências.

Diante dos relatos dos gestores foi possível compreender que o conflito está interligado à incompatibilidade de ideias e opiniões. As divergências mais corriqueiras se apresentam nas relações familiares, que abrangem o sentimento e a subjetividade, presentes no ambiente organizacional. Já os desacordos comerciais com os fornecedores denotam características da racionalidade instrumental, pois as divergências ocorrem sob uma perspectiva econômica, relacionada à utilidade.

Serva (1996) define que **satisfação individual** no ambiente organizacional depende muito da autorrealização dos individuais em relação a suas atividades. Os graus de satisfação podem variar inferindo sobre a realização dos gestores. Segundo o autor, os efeitos da satisfação individual impactam na autonomia, êxito, nos fins, e no desempenho do trabalho na gestão.

Sendo assim, os gestores foram interrogados a respeito de sua satisfação nas atividades da gestão da agroindústria, e em seus discursos foi possível relacionar as seguintes expressões: trabalhar unidos em família; trabalhar em paz; estar em casa; renda e sustento; organizar o tempo; liberdade de decisão; qualidade de vida; prosperidade; desafios alcançados; qualidade do produto; elogio; aceitação do produto.

Além disso, os gestores também foram indagados sobre sua satisfação e autonomia relacionadas ao gerenciamento do tempo, obtenção de lucros e desafios da gestão. A esse respeito foi evidenciado que os Entrevistados 01 e 02 estão satisfeitos com a autonomia proporcionada pelo negócio. Eles mantêm uma rotina de trabalho, conseguem planejar as atividades, em caso de mudança no cenário do mercado consumidor, têm flexibilidade para ampliar ou reduzir a jornada de trabalho, caso necessário. Sobre os desafios, consideram que o início da atividade ocasionou insegurança, e que as intempéries climáticas, em especial as estiagens, exigem resiliência e tornam a vida no campo cada vez mais difícil e desafiadora.

O Entrevistado 03 admite que a autonomia é um dos principais pontos positivos em manter um negócio voltado à agroindustrialização no meio rural. Para ele, sua autonomia está em poder administrar o tempo de acordo com sua realidade, os lucros são as consequências do negócio, e os desafios são inerentes à gestão eficiente.

Para o Entrevistado 04, sua satisfação decorre do “ser dono de seu próprio negócio e de prover o sustento de sua família”. Para ele os desafios são decorrentes da sobrecarga de trabalho, da responsabilidade de suas decisões, do ato de administrar o tempo e, principalmente, ter equilíbrio e tranquilidade no trabalho e na gestão diante desses obstáculos. Já o Entrevistado

05 destaca que sente satisfação pela autonomia que a agroindústria lhe possibilita em obter seu próprio rendimento e poder organizar o seu trabalho. Segundo ele, o desafio da gestão é realizar as tarefas burocráticas, dispor sempre de um produto de qualidade e que seja bem aceito pelo consumidor (ENTREVISTADO 05).

Com base nos relatos dos gestores, constatou-se que a autorrealização é proveniente da liberdade proporcionada pela agroindústria. Na análise dos seus relatos ficou evidente que essa liberdade contribui para o sucesso na gestão, pois o trabalho torna-se algo prazeroso, que possibilita o bom desempenho e dinamiza a sensação de poder.

Foi possível compreender, também, que há relações entre os desafios e as dificuldades da gestão. Os entrevistados foram incisivos ao afirmar que o início da atividade proporcionou insegurança pela falta de experiência. Isso demonstra que o aprendizado foi uma consequência que possibilitou a continuidade do trabalho e a satisfação pelo retorno obtido.

A **dimensão simbólica** de uma organização refere-se ao conjunto de significados que ela representa para os indivíduos. Para Serva (1996), esses elementos partem de princípios relacionados à autorrealização e valores emancipatórios, orientados principalmente por demandas utilitaristas, que buscam êxito, resultados e desempenho.

No intuito de entender os elementos que compõe a dimensão simbólica das ARF's de Panambi, buscou-se questionar os gestores sobre sua percepção em relação à identidade de seu empreendimento e seus benefícios para a sociedade. Para eles, a agroindústria se identifica pela maneira distinta de produzir, trabalhar e vender o produto. Eles entendem a agroindústria como um empreendimento resultante do trabalho da agricultura familiar, que desperta na sociedade um sentimento de pertencimento, pelo contato com o produto colonial, que provém do meio rural. As expressões manifestadas pelos gestores sobre a identidade das ARF's foram: geração de renda; trabalho; qualidade de vida; alimentos de boa procedência; cultura do homem do campo; responsabilidade com a sociedade e meio ambiente; integração entre o urbano e o rural; aproximação de pessoas; produtos saudáveis; estímulo à economia do município.

Dessa forma, foi notório que os valores presentes no ambiente organizacional das ARF's estão relacionados à vida familiar no meio rural, que é definida a partir das particularidades culturais, sociais, territoriais, históricas, dentre outras, de cada família. Esses valores se estabelecem pela consciência do gestor acerca de sua identidade. Seus relatos contribuíram para o entendimento de que o trabalho assume um valor que perpassa a dimensão econômica.

Assim, pôde-se compreender que há relações estreitas entre o trabalho, a honestidade, o esforço, e a satisfação. Também ficou evidente que o gestor, mesmo sabendo das dificuldades da gestão, acredita no seu trabalho e na capacidade da família em manter suas responsabilidades

diante das demandas da sociedade. Essas considerações permitem associar a presença de racionalidades substantivas, ligadas ao comportamento do gestor e sua consciência sobre a importância do seu trabalho, às racionalidades instrumentais, identificadas pelas ações do trabalho, como por exemplo o ato de vender, de planejar, de garantir qualidade, dentre outros.

A compreensão sobre as racionalidades é algo desafiador e exige sensibilidade, entendimento e análises científicas que possibilitem reconhecer sua essência e os efeitos de sua presença no contexto social moderno. Para Siqueira (2017), há uma tensão entre as racionalidades substantivas e instrumentais, pois em um mesmo ambiente há evidências do comportamento voltado para as finalidades econômicas e humanas. A tensão está justamente no somatório das ações de cunho econômico, que se relacionam às racionalidades instrumentais e às ações humanas, dirigidas pelas racionalidades substantivas (SIQUEIRA; 2017).

No intuito de atender o segundo objetivo específico da pesquisa, delimitado por identificar as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das ARF's de Panambi/RS, buscou-se correlacionar e quantificar os termos com e sem repetição, presentes no discurso dos entrevistados, e suas conexões com as racionalidades instrumentais e substantivas. Para isso, foi necessário identificar uma sequência de termos organizados, mediante a categorização dos processos organizacionais de Serva (1996;1997), e suas relações com as racionalidades instrumentais e substantivas.

O primeiro processo organizacional analisado foi o da “Hierarquia e normas”, que indicou treze termos com ênfase em ações de racionalidades instrumentais, e sete termos relacionados às ações provenientes das racionalidades substantivas. Isso permite um entendimento da sobreposição das racionalidades instrumentais em relação às racionalidades substantivas no processo organizacional da Hierarquia e Normas.

O segundo processo organizacional evidenciado foi “Valores e objetivos”, que teve a menção de vinte e seis termos relacionados às racionalidades instrumentais, e quinze termos relacionados às racionalidades substantivas. Isso possibilitou compreender a predominância da racionalidade instrumental em relação à substantiva.

Quanto ao terceiro processo organizacional, definido pela “Tomada de decisão” foram identificados quatorze termos que contemplam as racionalidades instrumentais e dez termos que contemplam as racionalidades substantivas, demonstrando a presença maior das racionalidades instrumentais nesse processo organizacional.

O quarto processo organizacional denominado “Controle” também teve preponderância das racionalidades instrumentais em relação às racionalidades substantivas. No caso das racionalidades instrumentais foi identificada a menção de vinte termos. Já em relação às

racionalidades substantivas foram identificados nove termos correspondentes.

No quinto processo organizacional “Divisão do trabalho” ficou evidenciado que os gestores também apresentaram um maior número de termos relacionados às racionalidades instrumentais. Do total de trinta e três termos identificados, dezenove deles representam ações inerentes as racionalidades instrumentais e quatorze são provenientes das racionalidades substantivas. No sexto processo organizacional, definido pela “Comunicação e relações interpessoais”, houve uma mudança de padrões quanto à presença das racionalidades instrumentais e substantivas. Pôde-se apurar um total de quinze termos relacionados às racionalidades substantivas e sete termos relacionados às racionalidades instrumentais. Já no sétimo processo organizacional, definindo por “Ação sociais e relações ambientais” foi identificada a presença das racionalidades instrumentais em quinze termos, e a presença das racionalidades substantivas em doze termos.

O oitavo processo organizacional delimitado pela “Ação social e relações ambientais” demonstrou que há uma predominância das racionalidades instrumentais em relação às substantivas. Dos vinte e seis termos identificados, quinze deles foram relacionados às racionalidades instrumentais e doze foram relacionados às racionalidades substantivas. Já em relação ao nono processo organizacional, que contempla as “Reflexões sobre a organização” também foi identificada a preponderância da racionalidade instrumental em relação à substantiva. Dos trinta e dois termos identificados, vinte deles mantêm conexões com as racionalidades instrumentais e doze deles com as racionalidades substantivas.

O décimo processo organizacional analisado abrange os “Conflitos” na organização. Diante das falas dos gestores pôde-se identificar dezessete termos orientados pelas racionalidades instrumentais e treze termos orientados às ações racionais substantivas, demonstrando que há o predomínio de racionalidades instrumentais em suas falas.

Em relação ao décimo primeiro processo organizacional, delimitado pela “Satisfação individual”, foram identificados trinta e cinco termos com vínculos às racionalidades instrumentais e substantivas. Desses, vinte e três apresentaram conexões com às racionalidades instrumentais e doze com as racionalidades substantivas.

Por fim, o processo organizacional definido como “Dimensão simbólica” apresentou um total de vinte e um termos. Desses, onze apresentaram vínculos com as racionalidades instrumentais e dez com as racionalidades substantivas. O Quadro 7 demonstra detalhadamente termos identificados de acordo com cada processo organizacional.

Quadro 7 – Processos organizacionais e as respectivas racionalidades identificadas

PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	RACIONALIDADE INSTRUMENTAL	RACIONALIDADE SUBSTANTIVA
<u>Hierarquia e normas</u>	<p>Termos identificados</p> <p>E1-Estrutura. Padronização do produto.</p> <p>Inovação</p> <p>E2-Organização. Planejamento. Decisões.</p> <p>Aprender. Controlar</p> <p>E3-Coordenar. Expandir mercados</p> <p>E4-Produzir. Comercializar</p> <p>E5-Gerenciar</p>	<p>Termos</p> <p>E1-Igualdade. Respeito. Saúde</p> <p>E2-Diálogo</p> <p>E3-Democratização no trabalho</p> <p>E4-Comprometimento</p> <p>E5- Hábito</p>
<u>Valores e objetivos</u>	<p>E1-Produzir. Vender. Qualidade. Separação e descarte correto do lixo. Utilização de dejetos dos animais na adubação. Utilização do soro na alimentação de suínos</p> <p>E2-Gestão de recursos. Gestão produtiva. Redução dos custos de produção. Sistema de tratamento de resíduos</p> <p>E3-Retorno financeiro. Renda. Higiene. Atenção no trabalho. Formação do preço. Controle de quantidades. Separação e descarte correto do lixo</p> <p>E4-Valores financeiros. Comercialização. Uso de EPI. Zelo. Tratamento do esgoto. Separação e descarte correto do lixo</p> <p>E5- Controle de produtos. Separação dos resíduos orgânicos e recicláveis. Destino correto dos resíduos</p>	<p>E1-Qualidade de vida. Sinceridade</p> <p>E2-Autonomia. Conhecimento. Respeito pela natureza</p> <p>E3-Caráter. Comprometimento. Respeito com a sociedade. Consciência ambiental</p> <p>E4-Honestidade. Transparência. Segurança. Consciência ambiental</p> <p>E5-Reconhecimento. Consciência ambiental</p>
<u>Tomada de decisão</u>	<p>E1-Planejamento. Investimentos. Redução de despesas. Inovação no processo produtivo</p> <p>E2-Investimentos. Formação do preço do produto. Controle</p> <p>E3-Realização de cursos. Controle. Inovação, Qualidade do produto. Reuniões mensais</p> <p>E4- Competitividade</p> <p>E5-Escolhas</p>	<p>E1-Resiliência, diálogo</p> <p>E2- Determinação</p> <p>E3-Desenvolvimento pessoal. Autoconhecimento. Engajamento da família. Diálogo,</p> <p>E4- Capacidades</p> <p>E5-Liberdade. Independência</p>
<u>Controle</u>	<p>E1-Anotações. Higienização de máquinas. Equipamentos. Realização de curso de Boas Práticas de Fabricação</p>	<p>E1-Aprendizado (experiências)</p> <p>E2-Segurança. Qualidade</p> <p>E3-Responsabilidade e segurança.</p>

	<p>E2-Preenchimento de planilhas. Lotes de produção. Monitoramento</p> <p>E3-Organização. Reunião mensal. Planilhas. Acompanhamento da produção. Responsável técnico. Projeto sanitário</p> <p>E4- Livro caixa. Inspeção sanitária. Monitoramento financeiro. Conferências (produção e produto)</p> <p>E5-Imagem do produto. Padronização produtiva. Anotações (quantidades, prazos, locais de entrega)</p>	<p>Respeito (consumidor, sociedade e meio ambiente)</p> <p>E4-Responsabilidade com o cliente. Saúde do consumidor</p> <p>E5-Qualidade de vida</p>
<u>Divisão do Trabalho</u>	<p>E1-Planejamento. Práticas manuais. Cálculos financeiros. Controle produtivo. Resultados</p> <p>E2-Planejamento. Processamento dos produtos. Venda. Aquisição de matéria prima</p> <p>E3-Planejamento, Controle da produção. Monitoramento</p> <p>E4-organização. Processos. Centralização do trabalho. Metas. Resultados</p> <p>E5-Centralização do trabalho. Limitações (mão de obra)</p>	<p>E1-Aptidão. Talento</p> <p>E2-Paciência. Atenção aos clientes. Facilidade de comunicação. Ajuda. Aptidão</p> <p>E3-Habilidades. Comunicação. Carisma</p> <p>E4-Comunicação. Harmonia. Paciência</p> <p>E5-Ajuda mútua</p>
<u>Comunicação e relações interpessoais</u>	<p>E1- Resultados</p> <p>E2- Relação comercial com fornecedores. Maximização</p> <p>E3-Êxito</p> <p>E4-Estratégias de venda</p> <p>E5-Esforço. Relação comercial com fornecedores</p>	<p>E1-Liberdade. Respeito. Tranquilidade. Diálogo. Opiniões</p> <p>E2-Amizade com clientes</p> <p>E3-Desenvolvimento de competências. Respeito. Confiança. Harmonia</p> <p>E4-Experiência. Redes de interação</p> <p>E5-Aproximação de pessoas. Troca de experiências. Respeito</p>
<u>Ação social e relações ambientais</u>	<p>E1-Controle sanitário. Qualidade do produto</p> <p>E2-Controle sanitário. Controle ambiental. Fidelização do cliente</p> <p>E3-Doação de dinheiro. Doação de produtos. Prestação de serviços comunitários. Evitar queimadas. Proteger as nascentes. Separação e descarte de dejetos</p> <p>E4-Doação de dinheiro. Doação de produtos (escolas e campanhas)</p>	<p>E1-Conciência ambiental. Saúde do consumidor. Fortalecimento da agricultura familiar</p> <p>E2-Conciência social. Consciência cultural. Ruralidade</p> <p>E3-Conciência social. Consciência ambiental</p> <p>E4-Sensibilidade social. Sensibilidade ambiental</p>

	E5- Controle dos resíduos. Doações para a comunidade	E5- Consciência social. Preocupação ambiental
<u>Reflexões sobre a organização</u>	E1-Comandar. Cuidar. Zelar. Sustento da família. Retorno financeiro E2-Planejar. Gerenciar o tempo. Gerenciar recursos. Resultados E3- Retorno financeiro E4-Sobrecarga de trabalho. Gerenciar. Produzir. Vender. Entregar. Renda E5-Comunicação. Trabalho. Retorno econômico	E1-Responsabilidade. Segurança para os consumidores E2-Autonomia. Independência E3-Autonomia. Liberdade, qualidade de vida. Autorrealização. Trabalho em família E4-Responsabilidade. Compromisso E5-Satisfação
<u>Conflitos</u>	E1-Melhoria de processos. Qualidade. Preços. Prazos E2-Qualidade. Maximização E3-Planejamento. Controle. Gestão. Investimentos, Capacitações E4-Melhorias. Qualidade. Aperfeiçoamento E5-Prazos. Preço. Qualidade	E1-Divergências. Franqueza E2-Acordos. Diálogo E3-Autonomia. Autoestima. Motivação. Autoconhecimento. Reciprocidade. Empatia E4-Acordos. Individualidade E5-Paciência
<u>Satisfação individual</u>	E1- Rendimentos. Aperfeiçoamento. Cursos. Metas. Resultados E2-Organização do tempo. Rendimentos E3-Administrar o tempo. Renda. Resultados. Aperfeiçoamento. Gestão eficiente E4-Decidir. Planejar. Controlar. Poder. Comando. Eficiência. Maximização E5-Aceitação do produto. Qualidade. Resultados. Visibilidade	E1-Bem-estar. União. Paz. Equilíbrio E2-Autonomia. Liberdade E3- Prosperidade. Liberdade E4-Superação. Autorrealização E5-Autorealização. Autonomia
<u>Dimensão simbólica</u>	E1-Participação. Rendimento E2-Rendimentos. Qualidade. Procedência do produto E3-Qualidade. Bom preço. Renda E4-Qualidade. Renda para a família E5-Qualidade	E1-Autorrealização. Diálogo. Trabalho em família E2-Liberdade E3-Autonomia. Liberdade. Pertencimento E4-Autonomia E5-Autonomia. Autorrealização

Fonte: Elaborado pela Autora (2023)

O Quadro 7 buscou categorizar os termos identificados em cada processo organizacional delimitado como: Hierarquia e normas; Valores e objetivos; Tomada de decisão; Controle; Divisão do trabalho; Comunicação e relações interpessoais; Ações sociais e relações

ambientais; Reflexão sobre a organização; Conflitos; Satisfação individual e Dimensão Simbólica. Essa classificação foi obtida pela seleção de termos com significados relacionados a sua respectiva racionalidade: instrumental e substantiva.

4.3 AS RACIONALIDADES NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O campo científico que abrange temas como o das racionalidades e processos organizativos tem conquistado espaço em distintas áreas do conhecimento, como é o caso da filosofia, sociologia e as demais áreas relacionadas às ciências sociais aplicadas. Segundo Serva *et al.* (2015), Guerreiro Ramos, em sua obra “A Nova Ciência das Organizações”, publicada no ano de 1982 gerou incertezas sobre a presença e os efeitos das racionalidades substantivas na gestão das organizações modernas.

Nesse sentido, buscou-se nesta subseção descrever a presença dessas racionalidades em onze processos organizacionais dos gestores das ARF’s de Panambi. Essas descrições possibilitaram contemplar o terceiro objetivo específico da pesquisa, delimitado por “descrever as racionalidades predominantes nos processos organizacionais”. O Quadro 08 demonstra o quantitativo de termos identificados nos processos organizacionais, que mantiveram vínculos com as racionalidades substantivas e instrumentais, e sua respectiva predominância.

Quadro 8 – Racionalidades predominantes nos processos organizacionais das ARF’s

Processos Organizacionais	Racionalidades Instrumentais (Nº termos)	Racionalidades Substantivas (Nº termos)	Racionalidade predominante
Hierarquia e normas	13	07	Instrumental
Valores e objetivos organizacionais	26	15	Instrumental
Tomada de decisão	14	10	Instrumental
Controle	20	09	Instrumental
Divisão do trabalho	19	04	Instrumental
Comunicação e relações interpessoais	07	15	Substantiva
Ação social e relações ambientais	15	12	Instrumental
Reflexos sobre a organização	20	12	Instrumental
Conflitos	17	13	Instrumental
Satisfação individual	23	12	Instrumental
Dimensão simbólica	11	10	Instrumental

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No Quadro 08 foi possível identificar que o processo organizacional “Comunicação e relações interpessoais” apresentou predominância da racionalidade substantiva no discurso dos entrevistados. Já os demais processos organizacionais evidenciaram a presença predominante de racionalidades instrumentais.

Na análise dos termos identificados foi possível assimilar, por meio dos conceitos de Serva (1996), as particularidades dos processos administrativos-organizacionais dos gestores das ARF's de Panambi. Observou-se que em todos os seus processos há evidência da presença de ambas as racionalidades nos onze processos. O fator de predominância se estabeleceu pelo maior número de termos identificados em relação às racionalidades substantiva e instrumental.

Diante disso, entende-se que a predominância da racionalidade instrumental, nesse ambiente, foi assimilada nos termos que envolvem as ações dos gestores na gestão da ARF. Essas ações foram evidenciadas pelas formas de organização do trabalho, de procedimentos, de controle financeiro, produtivo e ambiental.

Além dessas constatações, a pesquisa buscou atingir o quarto objetivo específico, que consistiu em relacionar as racionalidades nos processos organizacionais dos gestores e o desenvolvimento regional, vinculando cada processo organizacional a sua respectiva racionalidade predominante. A partir da identificação da racionalidade predominante, buscou-se extrair elementos coerentes com cada dimensão do desenvolvimento (econômico, social, ambiental). O Quadro 08 demonstra as relações estabelecidas entre essas racionalidades e o processo de desenvolvimento conduzido por esses gestores em sua região.

Quadro 9 – Relações entre a racionalidade predominante e o Desenvolvimento Regional

Processos organizacionais e sua respectiva racionalidade	Classificação de termos	Dimensões do desenvolvimento
<u>Hierarquia e normas = instrumental</u> Termos identificados: Estrutura. Padronização do produto. Inovação. Organização. Planejamento. Decisões. Aprender. Controlar. Coordenar. Expandir mercados. Produzir. Comercializar. Gerenciar	Estrutura. Padronização do produto. Inovação. Organização. Planejamento. Decisões. Controlar. Coordenar. Expandir mercados. Produzir. Comercializar. Gerenciar	Dimensão Econômica (BRESSER-PEREIRA, 2008; LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i> , 2012; FURTADO, 1998).
	Aprender	Dimensão Social (GOMES, 2006; NAVARRO, 1993; LAMPREIA, 1995; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; SANTOS <i>et al.</i> , 2012; KERSTENETZKY; KERSTENETZKY, 2015; DE SOUSA; FREIESLEBEN; 2018).

<p><u>Valores e objetivos = instrumental</u></p> <p>Termos identificados: Produzir. Vender. Qualidade. Separação e descarte correto do lixo. Utilização de dejetos dos animais na adubação. Utilização do soro na alimentação de suínos. Gestão de recursos. Gestão produtiva. Redução dos custos de produção. Sistema de tratamento de resíduos. Retorno financeiro. Renda. Higiene. Atenção no trabalho. Formação do preço. Controle de quantidades. Separação e descarte correto do lixo. Valores financeiros. Comercialização. Uso de EPI. Zelo. Tratamento do esgoto. Separação e descarte correto do lixo. Controle de produtos. Separação dos resíduos orgânicos e recicláveis. Destino correto dos resíduos.</p>	<p>Produzir. Vender. Qualidade. Gestão de recursos. Gestão produtiva. Redução dos custos de produção. Retorno financeiro. Renda. Atenção no trabalho. Formação do preço. Controle de quantidades. Valores financeiros. Comercialização. Uso de EPI. Zelo. Controle de produtos.</p>	<p>Dimensão econômica (BRESSER-PEREIRA, 2008; (LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; FURTADO, 1998).</p>
<p><u>Tomada de decisão = instrumental</u></p> <p>Termos identificados: Planejamento. Investimentos. Redução de despesas. Inovação no processo produtivo. Investimentos. Formação do preço do produto. Controle. Realização de cursos. Controle. Inovação, Qualidade do produto. Reuniões mensais. Competitividade. Escolhas</p>	<p>Higiene. Separação e descarte correto do lixo. Utilização de dejetos dos animais na adubação. Utilização do soro na alimentação de suínos. Sistema de tratamento de resíduos. Tratamento do esgoto. Separação dos resíduos orgânicos e recicláveis. Destino correto dos resíduos.</p>	<p>Dimensão ambiental (SILVA, 2022; ROMEIRO, 2003; SCHNEIDER, 2015; FOLADORI, 2002; MONTIBELLER-FILHO, 2001; MENEGUZZO; CHAICOUSKI; MENEGUZZO, 2009; MULLER, 2007; BUSS; <i>et al.</i>, 2012; LOURENÇO; CARVALHO, 2013)</p>
	<p>Planejamento. Investimentos. Redução de despesas. Inovação no processo produtivo. Investimentos. Formação do preço do produto. Controle. Qualidade do produto. Reuniões mensais. Competitividade. Escolhas</p>	<p>Dimensão econômica (BRESSER-PEREIRA, 2008; (LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; FURTADO, 1998).</p>
	<p>Realização de cursos.</p>	<p>Dimensão Social (GOMES, 2006; NAVARRO, 1993; LAMPREIA, 1995; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; KERSTENETZKY; KERSTENETZKY, 2015; DE SOUSA; FREIESLEBEN; 2018).</p>

<p><u>Controle = instrumental</u></p> <p>Termos identificados: Anotações. Higienização de máquinas. Equipamentos. Realização de curso de Boas Práticas de Fabricação. Preenchimento de planilhas. Lotes de produção. Monitoramento. Organização. Reunião mensal. Planilhas. Acompanhamento da produção. Responsável técnico. Projeto sanitário. Livro caixa. Inspeção sanitária. Monitoramento financeiro. Conferências (produção e produto). Imagem do produto. Padronização produtiva. Anotações (quantidades, prazos, locais de entrega)</p>	<p>Anotações. Higienização de máquinas. Equipamentos. Preenchimento de planilhas. Lotes de produção. Monitoramento. Organização. Reunião mensal. Planilhas. Acompanhamento da produção. Livro caixa. Monitoramento financeiro. Conferências (produção e produto). Imagem do produto. Padronização produtiva. Anotações (quantidades, prazos, locais de entrega)</p>	<p>Dimensão econômica (BRESSER-PEREIRA, 2008; (LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; FURTADO, 1998).</p>
	<p>Realização de curso de Boas Práticas de Fabricação.</p>	<p>Dimensão Social (GOMES, 2006; NAVARRO, 1993; LAMPREIA, 1995; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; KERSTENETZKY; KERSTENETZKY, 2015; DE SOUSA; FREIESLEBEN; 2018).</p>
	<p>Responsável técnico. Projeto sanitário. Inspeção sanitária.</p>	<p>Dimensão ambiental (SILVA, 2022; ROMEIRO, 2003; SCHNEIDER, 2015; FOLADORI, 2002; MONTIBELLER-FILHO, 2001; MENEGUZZO; CHAICOUSKI; MENEGUZZO, 2009; MULLER, 2007; BUSS; <i>et al.</i>, 2012; LOURENÇO; CARVALHO, 2013)</p>
<p><u>Divisão do Trabalho = instrumental</u></p> <p>Termos identificados: Planejamento. Práticas manuais. Cálculos financeiros. Controle produtivo. Resultados. Planejamento. Processamento dos produtos. Venda. Aquisição de matéria prima. Planejamento, Controle da produção.</p>	<p>Planejamento. Práticas manuais. Cálculos financeiros. Controle produtivo. Resultados. Planejamento. Processamento dos produtos. Venda. Aquisição de matéria prima. Planejamento, Controle da produção. Monitoramento. Organização. Processos. Centralização do trabalho. Metas. Resultados.</p>	<p>Dimensão econômica (BRESSER-PEREIRA, 2008; (LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; FURTADO, 1998).</p>

Monitoramento. Organização. Processos. Centralização do trabalho. Metas. Resultados. Centralização do trabalho. Limitações (mão de obra)	Centralização do trabalho. Limitações (mão de obra)	
<p><u>Comunicação e relações interpessoais = substantiva</u></p> <p>Termos identificados:</p> <p>Liberdade. Respeito. Tranquilidade. Diálogo. Opiniões. Amizade com clientes. Desenvolvimento de competências. Respeito. Confiança. Harmonia. Experiência. Redes de interação. Aproximação de pessoas. Troca de experiências. Respeito</p>	<p>Liberdade. Respeito. Tranquilidade. Diálogo. Opiniões. Amizade com clientes. Respeito. Confiança. Harmonia.</p>	<p>Dimensão Social</p> <p>(GOMES, 2006; NAVARRO, 1993; LAMPREIA, 1995; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; KERSTENETZKY; KERSTENETZKY, 2015; DE SOUSA; FREIESLEBEN; 2018).</p>
	<p>Desenvolvimento de competências. Experiência. Redes de interação. Aproximação de pessoas. Troca de experiências.</p>	<p>Dimensão econômica</p> <p>(BRESSER-PEREIRA, 2008; LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; FURTADO, 1998).</p>
<p><u>Ação social e relações ambientais = instrumental</u></p> <p>Termos identificados:</p> <p>Controle sanitário. Qualidade do produto. Controle sanitário. Controle ambiental. Fidelização do cliente</p> <p>Doação de dinheiro. Doação de produtos. Prestação de serviços comunitários. Evitar queimadas. Proteger as nascentes. Separação e descarte de dejetos. Doação de dinheiro. Doação de produtos (escolas e campanhas). Controle dos resíduos. Doações para a comunidade</p>	<p>Qualidade do produto. Fidelização do cliente.</p>	<p>Dimensão econômica</p> <p>(BRESSER-PEREIRA, 2008; LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; FURTADO, 1998).</p>
	<p>Controle sanitário. Controle ambiental. Evitar queimadas. Proteger as nascentes. Separação e descarte de dejetos. Controle dos resíduos.</p>	<p>Dimensão ambiental</p> <p>(SILVA, 2022; ROMEIRO, 2003; SCHNEIDER, 2015; FOLADORI, 2002; MONTIBELLER-FILHO, 2001; MENEGUZZO; CHAICOUSKI; MENEGUZZO, 2009; MULLER, 2007; BUSS; <i>et al.</i>, 2012; LOURENÇO; CARVALHO, 2013)</p>
	<p>Doação de dinheiro. Doação de produtos. Prestação de serviços comunitários. Doações para a comunidade</p>	<p>Dimensão Social</p> <p>(GOMES, 2006; NAVARRO, 1993; LAMPREIA, 1995; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; KERSTENETZKY; KERSTENETZKY, 2015; DE SOUSA; FREIESLEBEN; 2018).</p>

<p><u>Reflexões sobre a organização = instrumental</u></p> <p>Termos identificados:</p> <p>Comandar. Cuidar. Zelar.</p> <p>Sustento da família. Retorno financeiro. Planejar. Gerenciar o tempo. Gerenciar recursos. Resultados. Retorno financeiro. Sobrecarga de trabalho. Gerenciar. Produzir. Vender. Entregar. Renda. Retorno econômico</p>	<p>Comandar. Cuidar. Zelar.</p> <p>Retorno financeiro. Planejar.</p> <p>Gerenciar o tempo. Gerenciar recursos. Resultados. Retorno financeiro. Sobrecarga de trabalho. Gerenciar. Produzir. Vender. Entregar. Renda.</p> <p>Retorno econômico</p>	<p>Dimensão econômica</p> <p>(BRESSER-PEREIRA, 2008; (LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; FURTADO, 1998).</p>
<p><u>Conflitos = instrumental</u></p> <p>Termos identificados:</p> <p>Melhoria de processos.</p> <p>Qualidade. Preços. Prazos.</p> <p>Qualidade. Maximização.</p> <p>Planejamento. Controle. Gestão.</p> <p>Investimentos, Capacitações.</p> <p>Melhorias. Qualidade.</p> <p>Aperfeiçoamento. Prazos. Preço.</p> <p>Qualidade</p>	<p>Melhoria de processos.</p> <p>Qualidade. Preços. Prazos.</p> <p>Qualidade. Maximização.</p> <p>Planejamento. Controle. Gestão.</p> <p>Investimentos, Melhorias.</p> <p>Qualidade.</p>	<p>Dimensão econômica</p> <p>(BRESSER-PEREIRA, 2008; (LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; FURTADO, 1998).</p>
<p><u>Satisfação individual = instrumental</u></p> <p>Termos identificados:</p> <p>Rendimentos. Aperfeiçoamento.</p> <p>Cursos. Metas. Resultados.</p> <p>Organização do tempo.</p> <p>Rendimentos. Administrar o tempo. Renda. Resultados.</p> <p>Aperfeiçoamento. Gestão eficiente. Decidir. Planejar.</p> <p>Controlar. Poder. Comando.</p> <p>Eficiência. Maximização.</p>	<p>Rendimentos. Metas.</p> <p>Resultados. Organização do tempo. Renda. Gestão eficiente.</p> <p>Decidir. Planejar. Controlar.</p> <p>Eficiência. Maximização.</p> <p>Aceitação do produto.</p> <p>Qualidade.</p>	<p>Dimensão econômica</p> <p>(BRESSER-PEREIRA, 2008; (LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; FURTADO, 1998).</p>
	<p>Aperfeiçoamento. Cursos.</p> <p>Poder. Comando. Visibilidade</p>	<p>Dimensão Social</p> <p>(GOMES, 2006; NAVARRO, 1993; LAMPREIA, 1995; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; SANTOS <i>et al.</i>, 2012; KERSTENETZKY;</p>

Aceitação do produto. Qualidade. Resultados. Visibilidade		KERSTENETZKY, 2015; DE SOUSA; FREIESLEBEN; 2018).
<u>Dimensão simbólica = instrumental</u> Termos identificados: Participação. Rendimento. Rendimentos. Qualidade. Procedência do produto. Qualidade. Bom preço. Renda. Qualidade. Renda para a família. Qualidade	Rendimento. Qualidade. Procedência do produto. Bom preço. Renda. Renda para a família. Participação.	Dimensão econômica (BRESSER-PEREIRA, 2008; (LOPES, 2002; OLIVEIRA, 2002; SMITH, 1776; SANTOS <i>et al.</i> , 2012; FURTADO, 1998). Dimensão Social (GOMES, 2006; NAVARRO, 1993; LAMPREIA, 1995; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; SANTOS <i>et al.</i> , 2012; KERSTENETZKY; KERSTENETZKY, 2015; DE SOUSA; FREIESLEBEN; 2018).

Fonte: Elaborado pela Autora (2023)

O Quadro 09 buscou estabelecer conexões entre os termos originados pelas racionalidades predominantes e o desenvolvimento regional. A seleção e os critérios utilizados para classificação dos termos basearam-se em conceitos sobre o desenvolvimento regional, que pode ser impulsionado pelos focos de desenvolvimento econômico, social e ambiental gerados por uma categoria (MADUREIRA; 2015).

Quanto às conexões entre as racionalidades nos processos organizacionais dos gestores das ARF's de Panambi/RS e as dimensões do desenvolvimento regional, evidenciou-se no processo de “Hierarquia e normas” que há predominância da racionalidade instrumental, que induz concepções da dimensão do desenvolvimento econômico. Isso ocorre, por exemplo, quando o gestor relata suas ações referentes às tarefas cotidianas do trabalho e da gestão, que são visibilizadas pelo agir em função de finalidades e de resultados, que dependem de estratégias. No entanto, a dimensão social do desenvolvimento foi evidenciada na concepção da consciência sobre a importância de considerar as aptidões individuais na gestão da ARF.

Diante disso, evidenciou-se o termo “aprender” como um termo relacionado à dimensão social do desenvolvimento regional, que abarca a autonomia que é conquistada por meio da aprendizagem dos gestores. Essa dimensão faz referência ao contexto das aptidões humanas que ocasionam transformações. Segundo De Sousa e Freiesleben (2018), há uma relação biunívoca entre a educação e o desenvolvimento de uma região, pois os indivíduos que

aprendem, participam mais e contribuem para as transformações na sociedade.

No processo organizacional ‘Valores e objetivos’ também houve predominância da racionalidade instrumental e apresentou relações com as dimensões do desenvolvimento econômico e ambiental. O desenvolvimento econômico foi constatado pelos termos que indicam ações relacionadas aos fluxos de produção e às demandas financeiras e de gestão. Quanto ao desenvolvimento sustentável, na análise dos termos foi possível identificar ações cotidianas que auxiliam no processo de conservação dos recursos naturais.

Segundo Oliveira (2002), na perspectiva econômica o desenvolvimento trata do crescimento que é atribuído aos fatores de produção, que geram as receitas. No entanto, o desenvolvimento, a partir de sua concepção econômica, acontece quando há incrementos positivos de produto e renda, que refletem no bem-estar da sociedade. Já o desenvolvimento sustentável, na concepção de Alcantara e Sampaio (2017), parte do princípio da conservação do meio ambiente e da responsabilidade social diante dos recursos ambientais. Esse tipo de desenvolvimento engloba ações de respeito, de conscientização e de zelo pelos recursos naturais, para as que as próximas gerações também possam desfrutá-los.

Na análise do processo organizacional da “Tomada de decisão” foi possível identificar a sobreposição da racionalidade instrumental em relação à substantiva. Também observou-se a abordagem do desenvolvimento econômico e social. Os termos relacionados ao desenvolvimento econômico referem-se a ações e processos realizados no ambiente organizacional, que tendem a viabilizar aspectos de produção e renda. Já a abordagem do desenvolvimento social obteve relação com a palavra-chave “Realização de cursos”, inferindo concepções acerca da educação e seus efeitos na sociedade (DE SOUSA; FREIESLEBEN, 2018).

O processo organizacional “Controle” assumiu uma posição de racionalidade instrumental, e uma abordagem de desenvolvimento que contemplou as esferas econômicas, sociais e ambientais. Embora tenha se identificado a maior parte de termos na categorização da dimensão do desenvolvimento econômico, também obteve-se evidências de ações em educação, com efeitos na dimensão do desenvolvimento social, e ações direcionadas ao controle ambiental, refletidas no desenvolvimento ambiental da região.

Em relação ao processo organizacional “Divisão do trabalho”, verificou-se predominância da racionalidade instrumental, com vínculos em uma abordagem de desenvolvimento econômico. Os termos identificados tiveram relação com os aspectos produtivos, de gestão, de controle e de recursos, demonstrando efeitos sobre os fatores da economia.

Sobre o desenvolvimento econômico, Bresser-Pereira (2008) destaca que ele pode ser compreendido pela capacidade de uma sociedade em criar estratégias para torná-la mais competitiva frente ao mercado global. Porém, esse desenvolvimento só será promissor se houver um engajamento social, que privilegie também os fatores humanos, refletindo no bem-estar social.

Quanto ao processo organizacional “Comunicação e relações interpessoais” observou-se a predominância da racionalidade substantiva, de orientação para as distintas dimensões do desenvolvimento. Identificou-se termos relacionados aos aspectos econômicos, referenciando a qualidade do produto e a fidelização dos clientes. Já da dimensão social foram identificadas ações sociais que geram benefícios para a comunidade. Essas ações apresentaram relação com a participação social, elemento fundamental presente em definições sobre o desenvolvimento regional (DE SOUSA E FREIESLEBEN; 2018).

Em relação ao desenvolvimento ambiental foi possível constatar a presença de termos que indicam a consciência dos entrevistados em relação aos recursos ambientais, fator que também fortalece as transformações e o desenvolvimento da região.

No que se refere ao processo organizacional “Reflexões sobre a organização”, também foi evidenciada a preponderância das racionalidades instrumentais, que neste caso orientam uma abordagem de desenvolvimento econômico e social. Os termos que identificam o desenvolvimento em seu viés econômico apresentam relações com ações produtivas e as dinâmicas relacionadas ao trabalho e aos fluxos comerciais. Quanto aos termos que identificam uma abordagem de desenvolvimento social, relacionam-se com a emancipação proporcionada pelo trabalho, pelas distintas formas de comunicação e interação, e pelo papel do trabalho em relação ao sustento da família.

No caso do processo organizacional pertinente aos “Conflitos” foi possível constatar a racionalidade instrumental como predominante, conduzindo para uma abordagem de desenvolvimento econômico e social. Os procedimentos gerenciais e as ações coordenadas para manter a competitividade do empreendimento manifestam o vínculo com o desenvolvimento econômico. Os termos que identificam relações com a capacitação e o aperfeiçoamento contemplam aspectos relacionados à educação. Freire (2010) enfatiza que a educação é viabilizada pelas trocas de experiências entre os indivíduos, e os processos de aprendizagem ocorrem quando a comunicação e o diálogo são induzidos pelos procedimentos participativos, que contribuem para as transformações sociais.

Em relação ao processo organizacional “Satisfação individual” identificou-se a racionalidade instrumental como predominante. Essas racionalidades também apresentaram

vínculos com o desenvolvimento econômico, na medida em que se observou termos com significados imbricados nos resultados, metas e procedimentos. Do mesmo modo pôde-se identificar a dimensão do desenvolvimento social nos termos com vínculos nas questões do aprendizado e de sua identidade cultural, visibilizada pela agroindústria rural familiar.

Por fim, o último processo organizacional delimitado pela ‘Dimensão simbólica’ apresentou também a racionalidade instrumental como preponderante, orientando dimensões de desenvolvimento econômico e social. Os termos que indicam vínculo com o desenvolvimento econômico apresentaram significados relacionados à economia (fluxos financeiros e produtivos) e ao desenvolvimento social, apresentando conexões com os processos participativos, tidos como referência nos processos de desenvolvimento regional.

A temática que abarca o desenvolvimento regional foi considerada como elemento central no aspecto relacionado às dimensões sociais, econômicas e ambientais propostas pela pesquisa. Diante disso, entende-se que o desenvolvimento regional trata-se de uma abordagem que leva em consideração as particularidades econômicas, sociais, ambientais, políticas, históricas, culturais, dentre outras, que configuram um conjunto específico de características de determinada região (CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019).

Os detalhes evidenciados por esta pesquisa tiveram um enfoque na realização de um mapeamento de elementos indicativos das racionalidades substantivas e instrumentais existentes nos processos organizacionais dos gestores das ARF's de Panambi. Esse detalhamento possibilitou o reconhecimento das conexões existentes com as três dimensões do desenvolvimento regional analisadas. A compreensão dessas premissas perpassou, por exemplo, as relações de termos interligados à dimensão econômica, que segundo Bresser-Pereira (2008) são fatores que determinam o crescimento econômico em uma perspectiva distributiva.

Ao ser analisada, a dimensão do desenvolvimento econômico, pelas suas relações com as racionalidades substantivas e instrumentais (SERVA 1996; 1997) nos processos organizacionais dos gestores das ARF's (RAMOS, 1989), foi possível evidenciar que os fluxos econômicos oriundos do trabalho do gestor e de suas famílias são importantes para sua reprodução socioeconômica. Muitos entrevistados foram incisivos em afirmar que dependem exclusivamente da atividade para sua sobrevivência. Diante disso, constatou-se que esses fluxos econômicos geram receitas que contribuem para o crescimento econômico da região.

Do mesmo modo, ao analisar a dimensão social, presente nos processos organizacionais dos gestores, identificados na perspectivas das racionalidades substantivas e instrumentais (SERVA, 1996;1997), foi possível estabelecer vínculos entre as formas participativas dos

gestores e o sentimento de pertencimento ao contexto rural, assim como ao que se referem os aspectos relacionadas à qualificação profissional e pessoal, decorrentes dos processos de aprendizagem vivenciado por eles. Isso demonstrou que a gestão da atividade despertou a consciência coletiva de que estão inseridos em sociedade e por isso há uma demanda pelo equilíbrio das relações, tanto de amizade como as relações comerciais. O aspecto da dimensão social retratada por Lampreia (1995) infere ao social uma perspectiva de equidade, de justiça, de distribuição das riquezas, com efeitos sobre a autonomia e liberdades dos indivíduos.

Diante desse contexto, entende-se que os fluxos financeiros representam para os gestores seu acesso à renda. Ao relacionar isso a um contexto mais amplo, pôde-se compreender que o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), institucionalizado pelo Estado gaúcho como uma política pública de desenvolvimento (RIO GRANDE DO SUL, 2023), definiu-se como uma estratégia intermediadora para desenvolver as regiões.

Além disso, foi possível perceber que programas como esse dinamizam a economia regional, potencializam as relações sociais e interferem na qualidade de vida das famílias envolvidas. As evidências relatadas pelos gestores das ARF's indicaram que, embora o programa PEAF tenha exigido investimentos, mudanças comportamentais e de hábitos individuais, houve melhorias nas condições de vida, no bem-estar, com reflexos diretos na autorrealização e autonomia das famílias, que se julgam independentes por possuírem um empreendimento rural familiar.

Quanto às relações entre a dimensão ambiental do desenvolvimento regional e as racionalidades nos processos organizacionais desses gestores, constatou-se que existem práticas de controle ambiental em todas as ARF's, sintetizando também relações com as racionalidades das práticas foram implementadas em função do cumprimento de normas referentes ao programa PEAF. Também foi constatado que a consciência ambiental, oriunda das racionalidades substantivas se apresentaram diante da importância referendada por alguns gestores, em relação ao cuidado e zelo pelo meio ambiente.

Diante das evidências expostas percebeu-se que as noções sobre o desenvolvimento regional retratadas por esta pesquisa inferem uma ideia de complexidade, de interrelação e de interdependência em relação às distintas dimensões do desenvolvimento elencadas. As questões econômicas, sociais e ambientais referenciadas carregam consigo particularidades de racionalidades instrumentais e substantivas. Embora tenham sido constatadas as racionalidades predominantes de cada processo organizacional estudado, houve evidências em todos eles das ações racionais substantivas que, segundo Ramos (1989), são responsáveis pelo vínculo dos fatores humanos no ambiente organizacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segmento agroindustrial rural familiar do Rio grande do Sul teve seu fortalecimento, a partir da implementação do Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), caracterizado como uma política pública de desenvolvimento. A partir de sua adesão por parte dos agricultores familiares do município de Panambi foi observada a ocorrência de investimentos em infraestruturas e equipamentos, que garantiram a produção em maiores proporções e a conseqüente melhoria das condições de renda para as famílias.

Diante da proposta do PEAF de proporcionar condições favoráveis para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares (RIO GRANDE DO SUL, 2023), buscou-se por meio deste estudo entender aspectos pertinentes ao ambiente organizacional desses empreendimentos e suas relações com o processo de desenvolvimento regional.

Para atingir os objetivos da pesquisa foi delimitado o seguinte problema de pesquisa: Como as racionalidades estão presentes nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares do município de Panambi e qual sua relação com o Desenvolvimento Regional? Com base nesse questionamento buscou-se estudar as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores dessas agroindústrias, a fim de discutir as relações entre as racionalidades predominantes e o desenvolvimento regional.

O presente estudo possibilitou alcançar o primeiro objetivo específico, delimitado pela caracterização dos gestores. Os aspectos mais relevantes, abordados por essa etapa consistiram em descrever as particularidades socioeconômicas e ambientais, assim como suas aspirações e interesses, a fim de compreender seus anseios e aspirações, bem como suas vulnerabilidades enquanto segmento organizado.

O segundo e o terceiro objetivo específico consistiram em identificar e descrever as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das ARF's, que também foram contemplados pela pesquisa. Para cumprir esses dois objetivos foi necessário identificar, no discurso dos gestores, os termos de cada processo organizacional proposto por Serva (1996;1997) e relacioná-los às racionalidades substantivas e instrumentais.

A análise dos termos possibilitou identificar a predominância das racionalidades instrumentais nos seguintes processos organizacionais: Hierarquia e normas; Valores e objetivos organizacionais; Tomada de decisão; Controle; Divisão do trabalho; Ação social e relações ambientais; Reflexos sobre a organização; Conflitos; Satisfação individual e Dimensão simbólica. Somente no processo organizacional “Comunicação e relações interpessoais” houve predominância da racionalidade substantiva.

O quarto objetivo específico também foi contemplado pelo estudo, e possibilitou relacionar o conjunto de racionalidades predominantes às distintas dimensões do desenvolvimento, constituídas pelas esferas econômicas, sociais e ambientais. Essas análises partiram da identificação de termos relacionados a cada dimensão de desenvolvimento e possibilitaram compreender a interação das racionalidades e o desenvolvimento regional.

O estudo proporcionou estabelecer conexões entre sete processos organizacionais e o desenvolvimento econômico e social, sendo eles: Hierarquia e normas; Tomada de decisão; Comunicação e relações interpessoais; Reflexões sobre a organização; Conflitos; Satisfação individual e Dimensão simbólica. Além destas, outras relações foram identificadas, como por exemplo, o vínculo do processo organizacional “Controle” e “Ação social e relações ambientais” com as distintas dimensões de desenvolvimento (econômico/social/ambiental). Somente o processo organizacional “Divisão do Trabalho” contemplou apenas uma abordagem de desenvolvimento, no caso o econômico. Vale destacar que em todos os processos organizacionais houve correlação entre os termos e a dimensão do desenvolvimento econômico.

Embora haja evidências de que o desenvolvimento econômico é predominante no cenário organizacional das ARF's de Panambi/RS, foi possível verificar que existem correlações entre sua presença e as distintas dimensões de desenvolvimento, delimitadas pelo entendimento dos gestores e sua consciência em relação à conservação do meio ambiente e a sua participação na construção de uma sociedade inclusiva, deliberada pelo esforço e dedicação no trabalho e na gestão. Desse esforço decorrem efeitos que dinamizam o desenvolvimento sob uma lógica regional. Serva (1996; 1997), em seus estudos sobre essa temática, esclarece tais relações e indaga sobre a importância de observar todos os pontos de uma organização, que carecem de análises que possibilitem compreender o desenvolvimento sob sua lógica completa, abrangendo as relações entre os sujeitos e suas ações em prol das transformações sociais e do território.

Um dos fatores que limitou a realização da pesquisa foi o excesso de trabalho dos entrevistados e a conseqüente falta de tempo para a realização das abordagens a campo. Foi possível observar que a sobrecarga de trabalho, em função dos processos produtivos da gestão e da comercialização dos produtos, e a baixa disponibilidade de mão de obra nas agroindústrias ocasionaram dificuldades para a realização do agendamento das entrevistas.

Em relação às oportunidades, foi possível constatar que há poucas referências de estudos que contemplem processos organizacionais, racionalidades e desenvolvimento regional. Isso permite verificar que existe um campo científico abrangente sobre essa temática, que pode

contribuir para o entendimento sobre o papel das agroindústrias rurais familiares no processo de desenvolvimento das regiões.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 40, p. 231-251, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566>. Acesso em: 30 de jun. de 2022.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007. Disponível em: <http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ALVES, C. T.; TEDESCO, J. C. A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul–1960/1970. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 21, n. 45, 2015. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/6187>. Acesso em 03 dez. 2021.

ANDRADE, S. P. C. de. *et al.* **Sentidos atribuídos ao trabalho sob a perspectiva das racionalidades instrumental e substantiva em uma organização coletivista e numa burocrática**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100833>. Acesso em 02 mar. 2022.

ANES, C. E. R. **Pensamento instrumental e substantivo na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na Região das Missões-RS**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1491>. Acesso em: 02 mai. 2022.

ANES, C. E. R.; DEPONTI, C. M.; AREND, S. C. As racionalidades instrumental e substantiva na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BARROS, M. A.; DOS SANTOS, T. C. Terceiro Setor: racionalidade instrumental ou substantiva? **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 113, p. 11-18, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10865>. Acesso em 01 nov.2021.

BASSO, D. **Racionalidades modernas e identidades socioprofissionais de agricultores familiares**. 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79114>. Acesso em: 03 jan. 2022.

BASTIAN *et al.* **As agroindústrias rurais nos censos agropecuários de 2006 e 2017: Uma análise para o Brasil e as grandes regiões**. Brasília: IPEA, Texto para Discussão, n. 2729, 2022.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. 3. Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

BELEI, R. A. *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de educação**, n. 30, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1770>. Acesso em 10 mar.2022.

BERTOL, R. *et al.* **A configuração histórico-atual das agroindústrias familiares e sua contribuição no desenvolvimento rural de Pato Branco, Paraná**. 2019. Dissertação de Mestrado (Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4573>. Acesso em 24 mar. 2022.

BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, n. 2, p. 39-39, 2000. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/36>. Acesso em 03 jul. 2022.

BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais (IFCH-UNICAMP)**, v. 4, n. 1, p. 167-194, 2010. Disponível em: <https://orprints.org/id/eprint/24366/>. Acesso em 03 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

_____. **Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019**. Cria o Programa Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm. Acesso em 15 jul. 2023.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

_____. **Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras **providências**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em 02 mai. 2022.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11947&ano=2009&ato=359Az aE90dVpWTc00>. Acesso em: 02 mai. 2022.

_____. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico.**

Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 31 de maio de 2008. Disponível em:

[http://files.desenvolvimentoeconomicoufv.webnode.com.br/200000010-](http://files.desenvolvimentoeconomicoufv.webnode.com.br/200000010-d3a96d4a3a/BresserPereira_Conceito%20hist%C3%B3rico.pdf)

[d3a96d4a3a/BresserPereira_Conceito%20hist%C3%B3rico.pdf](http://files.desenvolvimentoeconomicoufv.webnode.com.br/200000010-d3a96d4a3a/BresserPereira_Conceito%20hist%C3%B3rico.pdf). Acesso em: 30 de jul. 2022.

BRULON, V.; VIEIRA, M. M. F.; DARBILLY, L. Choque de gestão ou choque de racionalidades? O desempenho da administração pública em questão. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 19, n. 1, p. 01-34, 2013. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/104/96>. Acesso em 03 fev. 2022.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, p. 312-347, 2003.

<https://www.scielo.br/j/soc/a/yWYK66v4CJXDqsmKtVH5bkD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022,

BUSS, P.M *et al.* Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. **Ciência e saúde coletiva**, p.1479-1491, 2012.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998. Disponível em:

http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/desruralizacao.pdf. Acesso em 20 abr. 2022.

CAMPINAS, L. de L. S. L.; DE BARROS, V. L. O Termo de consentimento livre e esclarecido e suas diferentes formas de expressar o consentimento autorizado pelo sujeito de pesquisa. **O Mundo da Saúde**, v. 30, n. 3, p. 471-479, 2006.

CARDOSO, T.; RIBEIRO, J. C. Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 6, n. 1, p. 7-23, 2001. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10810>. Acesso em 15 jan. 2022.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFctbZDZHgNP/?format=html>. Acesso em 01 fev. 2022.

CERRI, L. T.; MARANHÃO, C.M.S.A.; PEREIRA, J. J. As racionalidades substantiva e instrumental na prática organizacional: um olhar sobre Guerreiro Ramos e os estudos organizacionais. **Revista Foco**, v. 10, n. 2, p. 125-147, 2017. Disponível em:

<https://revistafoco.emnuvens.com.br/foco/article/view/187>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 7, 2019. Disponível em:

<https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 15 jul. 2023.

DA COSTA, C; MARIN, J. O. B. (Ed.). **Gênero e Campesinato no Sul do Brasil: dominação masculina e transformação**. Editora CRV, 2018.

DA SILVA, A.; GAZOLLA, M. Agroindústrias rurais e o desenvolvimento regional: uma análise comparativa entre os estados da Região Sul do Brasil. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 4, out/dez, p. 231-255, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcio-Gazolla/publication/355984914_Agroindustrias_rurais_e_o_desenvolvimento_regional_uma_analise_comparativa_entre_os_estados_da_Regiao_Sul_do_Brasil/links/61890deb61f09877207060e9/Agroindustrias-rurais-e-o-desenvolvimento-regional-uma-analise-comparativa-entre-os-estados-da-Regiao-Sul-do-Brasil.pdf. Acesso em 03 mar. 2022.

DAMKE, L. I. *et al.* Políticas públicas para agroindústrias familiares e o desenvolvimento regional: Public policies for family agroindustries and regional development. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 418-439, 2019. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-2_politicas_publicas/ESA27-2_politicas_publicas_PDF. Acesso em 03 mar. 2022.

DE SOUSA, F. E.; FREIESLEBEN, M. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista da FAE**, v. 21, n. 2, p. 163-178, 2018. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/571>. Acesso em 29 maio 2023.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 085-094, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/323994681.pdf>. Acesso em 24 jan. 2022.

ETGES, V. E.; KARNOPP, E. A agroindústria familiar no contexto do sistema agrário colonial no Sul do Brasil. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 25, n. 1, p. 268-283, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14255>. Acesso em 26 mai. 2021.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"? **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qCS5FF9gRpxwDgv9MQYkN7C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 mai. 2022

FILHO, G. M. **Economia Ambiental Neoclássica e Desenvolvimento Sustentável**, 1999.

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO, J. A. D. O processo decisório na criação de unidades que agregam valor à produção: as agroindústrias familiares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 39, p. 301-319, 2017. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5479>. Acesso em 05 jan. 2022.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/26470199/Avan%C3%A7os_e_limites_da_sustentabilidade_social Acesso em: 26 de jun. de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2010.

FURTADO, Celso. El nuevo capitalismo. **Revista de la CEPAL**, 1998. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12120/ONE017020_es.pdf. Acesso em 17 jul. 2023.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: Bauber MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; 2003.p. 64-8. Disponível em: <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2017/10/pesquisa-qualitativa-com-texto-imagem-e-som-bauer-gaskell.pdf>. Acesso em: 21 mai.2022.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas**. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, p. 44-45, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCggnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 jan. 2022.

GOMES, F. D. *et al.* **Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF/RS): análise da implementação a partir de um estudo de caso no município de São Luiz Gonzaga–RS**. 2018. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/3736>. Acesso em: 17 mai. 2022.

GOMES, F. D.; CESCO, S. Políticas Públicas de agroindustrialização no Estado do Rio Grande do Sul: um olhar sobre a política estadual de agroindústria familiar. **Revista Intellector-ISSN 1807-1260-CENEGRI**, v. 13, n. 26, p. 124-135, 2017. Disponível em <http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/125>. Acesso em 29 mai. 2021.

GOMES, F. G. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 40, p. 201-234, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/dvHMHgG5NDdvZH6wy54fDDq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2023.

GOMES, J. V. L.; MAGALHÃES, R. F. Max Weber e a racionalidade: religião, política e ciência. **Teoria e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12128>. Acesso em 17 jan. 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. Tradução de Mary Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989. 210 p.

_____. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LkmmC2kTbleqbP6z9pNwA1zC-HYZXgrA/view>. Acesso em 01 mar. 2022.

HÉKIS, M. I. *et al.* **A racionalidade weberiana presente no processo de decisão referente ao planejamento estratégico.** 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100957>. Acesso em 20 jan. 2021

HOFFMANN, V. E. *et al.* Saturação teórica em pesquisas qualitativas: relato de uma experiência de aplicação em estudo na área de administração. **Revista de Ciências da Administração**, p. 40-53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018V20n52p40>. Acesso em 10 mar. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisas.** Índice de Desenvolvimento Humano 2010. SIDRA - Produção da Pecuária Municipal 2019. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panambi/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 12 jan. 2022.

_____. **Censo Brasileiro de 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 27 mar. 2022.

KAGEYAMA, Â; LEONE, E. T. Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 40, n. 1, p. 9-28, 2019. Disponível em: <http://www.resr.periodikos.com.br/article/5d76b3b60e88254a764093a4>. Acesso em 01 dez. 2021.

KERSTENETZKY, C. L.; KERSTENETZKY, J. O Estado (de Bem-Estar Social) como Ator do Desenvolvimento: Uma História das Ideias. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/qndJ7vQJ3fcHcGWX8Fk8rdM/?lang=pt&format=html&stop=previous>. Acesso em: 16 de jul. 2022.

KLIKSBERG, B. Repensando o Estado para o desenvolvimento social. **Superando dogmas e convencionalismos**, São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: <http://me.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000149.pdf>. Acesso em 31 jan. 2022.

LAMPREIA, L. F. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. **Estudos avançados.** São Paulo, v. 9, n. 24, p. 9-74, mai./ago. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8868/0>. Acesso em: 12 jul. 2022.

LANG, M.; ANES, C. E. R.; DALCIN, D. **Racionalidades no cooperativismo: uma contribuição ao desenvolvimento regional.** X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/20972>. Acesso em: 01 abr. 2022.

LANG, M. **Participação dos cooperados nos processos organizacionais em uma cooperativa do ramo agropecuário: uma compreensão das racionalidades e**

desenvolvimento na microrregião de Cerro Largo/RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, UFFS, 2021.

LENCIONI, S. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, p. 187-204, 1999.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LOCH, C. L.; CORREIA, G. S. A flexibilização do trabalho e da gestão de pessoas limitadas pela racionalidade instrumental. **Revista de Ciências da Administração**, v. 6, n. 12, p. 1-25, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2735/273523070001.pdf>. Acesso em 14 jan. 2022.

LOPES, A. S. Globalização e desenvolvimento regional. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 11, p. 9-25, 2002. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/85>. Acesso em: 03 mar. 2022.

_____. **Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos**, Lisboa, F.C.G.,1995.

LOURENÇO, M. L.; CARVALHO, D. M. W. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 12, n. 1, p. 9-38, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5160837>. Acesso em: 02 maio 2023.

MADUREIRA, E. M. P. **Desenvolvimento regional: principais teorias**. *Thêma et Scientia*, Cascavel, v. 5, n. 2, p. 8-23, jul./dez. 2015.

MAIA, C. M. **A agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento regional**. 2008. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/709>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 289-300, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2022.

MENEGUZZO, I. S.; CHAICOUSKI, A.; MENEGUZZO, P. M. Desenvolvimento Sustentável: desafios à sua implantação e a possibilidade de minimização dos problemas socioambientais. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, v. 22, jan./jul. 2009.

MINAYO, M. C. de S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1103-1112, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n4/1103-1112/pt/>. Acesso em 02 fev. 2022.

MONTIBELLER-FILHO, G. Economia Ecológica: os fluxos físicos de energia e materiais e o desenvolvimento sustentável. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e**

custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. Da UFSC, p. 111-138, 2001.

MORAES, L. F. R. de; MAESTRO FILHO, A. D.; DIAS, D. V. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Revista de Administração contemporânea**, v. 7, p. 57-71, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rac/a/NfWKmnLVByZ4tpfwdLwzRMn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 13 jan. 2022.

DE MORAES, J. L. A. Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável. **Revista Ciências Administrativas**, v. 9, n. 2, 2003. Disponível em:

<https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/289/pdf>. Acesso em 01 abr. 2022.

MULLER, C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: EdUnb/Finatec, cap. 18 e 19 (p. 393 – 416), 2007.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em 31 jan. 2022.

ORTIZ, L.C. V. **Instituições no processo de agroindustrialização na agricultura familiar na Região das Missões/RS-Brasil**. 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2573>. Acesso em: 02 mai. 2022

PANAMBI. Prefeitura Municipal. **Dados gerais do município**. Disponível em:

<https://panambi.atende.net/cidadao>. Acesso em: 05 mai. 2022.

_____. **Lei Municipal nº 4.731/2018 de 06 de setembro de 2018**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/panambi/lei-ordinaria/2018/474/4731/lei-ordinaria-n-4731-2018-de-06-de-setembro-de-2018>. Acesso em: 05 maio 2022.

_____. **Mapa**. Ordenamento Físico-Territorial: Macrozoneamento e Sistema Viário Municipal. Disponível em:

<https://www.panambi.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicípio=7727&cdDiploma=20080008#mapa1>. Acesso em 12 jan. 2021.

PERROUX, F. **A ideia de progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo**.

Análise Social I (2), Lisboa. 1964. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224082769N3jLZ0yb9Pz67OP2.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PARSONS, Talcott. The structure of. **Social Action**, v. 491, 1937.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de ciências humanas**, n. 31, p. 133-153, 2002. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25195>. Acesso em: 02 maio. 2022.

RAMOS, G. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. CFA, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012.** Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www3.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegis/Arquivos/13.921.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022.

_____. **Perfil Socioeconômico:** Corede Noroeste Colonial. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103001perfis-regionais-2015-noroeste-colonial.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

_____. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Programa Estadual da Agroindústria Familiar.** Relatório Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/agroindustria-familiar>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DE FREITAS ROCHA, E. C. Ética em pesquisa em Ciência da Informação: princípios e procedimentos. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 11, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/81774/46189>. Acesso em 15 jun. 2022.

RODRIGUES, B. R.; TEIXEIRA, E. B. O processo decisório nas organizações. **Salão do Conhecimento**, 2012. Disponível em file:///C:/Users/Deise/Downloads/17546-Texto%20do%20artigo-50519-4677-2-20191029%20(1).pdf. Acesso em 03 jan. 2022.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 1-29, 2003.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **Diversidade da Produção nos Estabelecimentos da Agricultura Familiar no Brasil:** uma análise econométrica baseada no cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6678/1/td_2202.pdf. Acesso em 25 mai. 2021.

SAMPIERI, H. R.; COLLADO, C. F; LUCIO, M. del. P. B. **Metodologia da pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Penso, 624p., 2013.

SANTOS, E. L. *et al.* Desenvolvimento: um conceito em construção. **DRD - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>. Acesso em 30 jan. 2022.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>. Acesso em 30 mai. 2021.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das cidades gaúchas**, 2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Panambi.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, p. 18-30, 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/KqKCFvzKpCTrGzvLDqS5kYf/abstract/?lang=pt>. Acesso em 01 nov. 2021.

_____. **Racionalidade e organizações:** o fenômeno das organizações substantivas. 633 p. Tese. (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação da EAESP/FGV, São Paulo, 1996.

SEVERO, L. S.; PEDROZO, E. Á. A citricultura orgânica na região do Vale do Caí (RS): racionalidade substantiva ou instrumental? **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, p. 58-81, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/LSjDrT9vCXFpSTMHzvBtTnL/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 mai.2022.

SCHNEIDER, J. R. **Estudo do programa de agroindústria familiar no município de São Francisco de Paula-RS**. 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/210458>. Acesso em: maio. 2022.

SILVA, C. R. de C.; MENDES, R.; NAKAMURA, E. A dimensão da ética na pesquisa em saúde com ênfase na abordagem qualitativa. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 32-41, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dz3W8JjSj3xyzwPszmZ3mWK/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 fev. 2022.

SILVA, V. B. da. Preservação ambiental no contexto da globalização neoliberal: contextos, influências e interesses. **Revista de Extensão e Iniciação Científica da UNISOCIESC**, v. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <http://reis.unisociesc.com.br/index.php/reis/article/view/335>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SILVEIRA, P. R. C da; HEINZ, C. U. **Controle de qualidade normativo e qualidade ampla:** princípios para reestruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar. 2005. p. 1-9. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/519/2019/10/artigosauluis.pdf>. Acesso em 03 mar. 2022.

SIQUEIRA, Gabriel de Mello Vianna. Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental: estudo de caso em uma ecovila no sul da Bahia. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, p. 768-782, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/pRzyxwsR4shVbGVxFxhS4Xs/?format=html&lang=pt>. Acesso em 01 maio. 2023.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOARES, M. C. F. Algumas Considerações sobre Coleta de Dados para a Pesquisa Qualitativa. **Razão e Fé**, v. 9, n. 2, p. 67-76, 2007. Disponível em: <https://revistas.ucpel.tche.br/rrf/article/view/2551/1493>. Acesso em 11 de jan. 2022.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em 14 jan. 2022.

SOUZA M. M. C. de. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 9, n. 22, p. 521-539, 2021. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/506>. Acesso em 02 fev. 2022.

SPANEVERELLO, R. M. et al. Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo-RS. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 24, n. 3, p. 198-216, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552064357010/552064357010.pdf>. Acesso em 02 dez. 2021.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, p. 18-42, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nSkXqD7jKvgdrTFYGmTF8gP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 jan. 2022.

SULZBACHER, A. W.; DE DAVID, C. Agroindústria familiar rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural. **Geosul**, v. 24, n. 47, p. 69-90, 2009. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Agroind%20C3%BAstria+familiar+rural%3A+uma+estrat%20C3%A9gi+a+para+melhorar+a+qualidade+de+vida+no+espa%20C3%A7o+rural+&btnG=. Acesso em: 30 abr. 2022.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introduccion a los metodos cualitativos de investigacion**. Barcelona: Ediciones Paidós 1984, Cap 1 (p. 3-23)

TENORIO, F. G. Tem razão a administração? **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 5-9, 1990. Disponível em: https://www.uniapaemg.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Tem_Raz%20C3%A3o_A_Administra%20C3%A7%20C3%A3o.pdf. Acesso em 02 jun. 2021.

THIRY-CHERQUES, H. R. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 897-918, 2009. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/rap/a/rFvYFthDCqtFKqPZVBydTsh/abstract/?lang=pt>. Acesso em 24 jan. 2022.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987. Cap. 2 (p. 30-75).

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jH5FJCNrpWJqdtSwJPFQLDH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2022.

VENDA, C. E. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 153-172, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dfHssfC47pSqrtW5Fgzwb9f/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 jan. 2022.

VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, v. 7, n. 1, p. 14-31, 2012. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/195>. Acesso em 10 de out. 2021.

VOEGELIN, E. Reason: the classic experience. **The Southern Review**, v. 10, n. 2, p. 237, 1974.

WAQUIL, P. et al. **O perfil da agroindústria rural no Brasil**: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. Aspectos multidimensionais TEXTO para DISCUSSÃO 44 2729 da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014. p. 187-214.

WESZ JUNIOR, V. J.; LOVIS TRENTIN, I. C.; FILIPPI, E. E. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 6, n. 63, p. 59-85, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-14502009000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2022.

ZANELLA, L. C. H. *et al.* **Metodologia da pesquisa**. SEAD/UFSC, 2006. Disponível em: <https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Cerro Largo
 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas

A presente pesquisa apresenta o objetivo geral delimitado por “estudar as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares de Panambi e sua relação com o Desenvolvimento Regional”.

Entrevista nº: _____ Data da entrevista: _____

Nome da Agroindústria Rural Familiar: _____

Nome do gestor (a): _____

Caracterização do Gestor

1. Gênero; Idade; Grau de escolaridade:
2. Membros do grupo familiar que participam da execução das tarefas:
3. Breve relato sobre a história da família:
4. Relações com os familiares, vizinhos e comunidade:
5. De que forma contribui nas atividades realizadas pela agroindústria rural familiar:
6. Que importância observa nos processos organizacionais que executa para o êxito da agroindústria?
7. Considera relevante reconhecer os processos organizacionais que executa na ARF? Por quê?
8. Qual é a importância da ARF para a família? E para a sociedade?
9. Participa de alguma organização associativa? Que relações estabelecem? São importantes, e por quê?
10. Como são suas relações com o público externo (consumidores, fornecedores)?

As racionalidades instrumentais e substantivas no âmbito dos processos organizacionais do gestor da agroindústria rural familiar

Hierarquia e normas

11. Como o gestor exerce sua autoridade na agroindústria. Ela tem sua essência nas relações familiares ou é orientada pelas funções do trabalho que executa?

12. As normas quanto aos procedimentos propostos pelo PEAFF alteram o modo como conduzem as atividades? Que consequências essas normas causam para a agroindústria e para as relações que se estabelecem na sociedade?

Valores e objetivos organizacionais

13. Que motivos o levaram a formalizar uma Agroindústria Rural Familiar? As motivações são decorrentes do conhecimento que possuem quanto aos processos de beneficiamento de produtos ou formalizaram na intenção de obter renda?
14. Qual é o significado da ética para você? Em que situações ela pode ser identificada no processo de gestão da agroindústria?
15. Qual é o seu maior comprometimento enquanto gestor de uma agroindústria rural familiar?
16. A gestão da agroindústria é conduzida com base no respeito ao meio ambiente e a comunidade? Em que situações isso pode ser identificado?

Tomada de decisão

17. Quais foram os principais desafios que a gestão de uma agroindústria rural familiar lhe proporcionou?
18. As decisões tomadas em relação a gestão da ARF ocorrem de forma planejada? Os membros da família são consultados? Qual foi a decisão mais importante que tomou?

Controle

19. A execução das atividades da agroindústria prevê formas de controle de processos e de gestão? É realizado um monitoramento das etapas de produção, beneficiamento e comercialização do produto? Você acha necessário realizar controle e monitoramento?
20. O PEAFF exige que do gestor algumas observâncias quanto aos procedimentos dentro da agroindústria, e também estabelece algumas determinações sobre a relação desta com a sociedade e o meio ambiente. Qual é seu entendimento referente a essas exigências?

Divisão do Trabalho

21. Como as tarefas são conduzidas na agroindústria? Existe uma divisão de tarefas e como elas são determinadas?
22. Quais são suas principais especialidades como gestor? Quais são suas habilidades em gerenciar as finanças, conflitos e pessoas?

Comunicação e relações interpessoais

23. Você tem facilidade de interagir em grupo? Por quê?
24. Que relações foram formalizadas com os consumidores, fornecedores e membros da ARF? Qual é a importância dessas relações para a agroindústria e para a sociedade?

Ação social e relações ambientais

25. Que ações sociais e ambientais foram realizadas no decorrer da trajetória da ARF? Elas foram importantes? Por quê?

Reflexões sobre a organização

26. O que significa para você ser um gestor de uma ARF?

Conflitos

27. Ocorreu algum tipo de conflito entre os membros da ARF, fornecedores ou consumidores? Que consequências eles tiveram para os valores organizacionais da ARF?

Satisfação individual

28. O que lhe proporciona satisfação como gestor de uma ARF?
29. A autonomia que o empreendimento proporciona quanto a execução das atividades, gerenciamento do tempo de trabalho, obtenção dos lucros lhe satisfaz? Que desafios esse tipo de empreendimento lhe oferece?

Dimensão simbólica

30. Em sua percepção, quais são os elementos que identificam uma ARF? Esses elementos trazem algum benefício para a comunidade? Quais?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES DE PANAMBI: UM ESTUDO SOBRE AS RACIONALIDADES E AS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Prezado!

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada “**Agroindústrias rurais familiares de Panambi**: um estudo sobre as racionalidades e as relações com o Desenvolvimento Regional”, realizada por **Deise de Moura Tolfo**, discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Cerro Largo, elaborado sob a orientação do professor Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes, e coorientação da professora Dra. Dionéia Dalcin.

O objetivo Geral desta pesquisa consiste em identificar como as racionalidades se apresentam no contexto e na razão do trabalho dos gestores das Agroindústrias Rurais Familiares (ARF’s) do município de Panambi e analisar suas relações com o processo de Desenvolvimento Regional. Para tanto, justifica-se que a identificação das racionalidades no contexto e a na razão do trabalho do gestor permite reconhecer quais os fatores que determinam os processos de desenvolvimento regional. A pesquisa tem como elemento principal a realização de entrevistas semiestruturadas com o gestor das ARF’s, na intenção de buscar evidências que possam contribuir para a compreensão dos fenômenos que abarcam o segmento agroindústrias referenciado.

Esse é um convite direcionado para você Gestor (a), que desempenha suas atividades em agroindústrias rurais familiares, de modo que suas experiências e seus relatos podem contribuir significativamente para o avanço dos estudos que priorizam qualificar segmentos da nossa sociedade. Deste modo fica evidenciado que sua participação não é obrigatória de modo que, você pode desistir de sua colaboração em qualquer momento da realização da pesquisa. Em caso de desistência fica acordado que não lhe será submetido nenhuma forma de penalidade ou sanções, que lhe possa trazer prejuízos de nenhuma natureza. Do mesmo modo, sua participação não resultará em nenhum tipo de benefício do tipo remuneração ou recompensa ficando denominada sua participação como “voluntário”.

Ao participante afirmam-se algumas garantias, como por exemplo, as relacionadas à proteção, a confidencialidade e a privacidade quanto às informações prestadas. Também se

evidencia que em caso de ocorrência de situações de desconforto relacionadas a abordagem da pesquisa, fica garantida a plena liberdade ao participante de se afastar ou interromper a pesquisa em qualquer momento.

Além disso, fica aqui registrado que seu nome não será divulgado durante o processo de elaboração da pesquisa nem durante a divulgação dos resultados, e tão pouco as gravações poderão ser utilizadas para outras finalidades. Os arquivos em áudio e os documentos confidenciais serão armazenados sob a total responsabilidade da pesquisadora e também fica garantido ao participante o total acesso aos resultados da pesquisa, o qual pode ser solicitado ao pesquisados por meio dos contatos referenciados ao findar deste termo.

A proposta desta pesquisa consiste em identificar por meio de sua contribuição os níveis das racionalidades instrumentais, relacionadas aos atributos econômicos e de controle, ou substantivas, das quais apresentam relação com a autorrealização gestor quanto ao contexto e a razão do seu trabalho na agroindústria rural familiar. Deste modo sua participação torna-se elementar para o atingimento dos objetivos da pesquisa.

Na presente pesquisa, os benefícios relacionados a sua colaboração relacionam-se a obtenção de resultados analíticos confiáveis em relação a temática que abrange os estudos das racionalidades, processos organizacionais e desenvolvimento regional. Para os participantes da pesquisa, os principais benefícios vinculam-se ao conhecimento e compreensão que a temática do estudo possibilita em relação aos procedimentos gerenciais na ARF. Para a comunidade, o estudo possibilitará uma análise aprofundada sobre as racionalidades, que determinam direcionamentos ao processo de desenvolvimento regional, que pode ter seu foco no desenvolvimento econômico social, ou ambiental.

Em relação aos riscos, eles podem estar vinculados a algum tipo de desconforto ou constrangimento, sendo que para reduzir a sua incidência, a pesquisadora buscará informar e esclarecer aos participantes os procedimentos éticos a serem tomados, como por exemplo, o sigilo em relação ao uso de informações. Além deste aspecto, a pesquisadora informará a cada participante sobre a possibilidade de não participar da pesquisa, caso não se sinta confortável em participar. A desistência pode ser manifestada assinalando a opção “não responder”, descrita nesse instrumento de coleta de dados (TCLE). Essa estratégia será realçada no início de cada entrevista para que o gestor decida sobre sua participação.

Caso os riscos identificados venham a se concretizar, permitindo a ocorrência de desconforto ou constrangimento, a pesquisadora terá a incumbência de comunicar ao responsável pelo Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Panambi sobre o ocorrido, além de providenciar a documentação, para a efetivação da desistência do participante junto a

pesquisa. Salienta-se que estes riscos mencionados podem ocorrer mesmo após assinatura do TCLE, de modo que fica assegurado aos participantes e envolvidos a exclusão de seus dados junto a pesquisa.

Sobre o conteúdo deste instrumento de coleta de dados, a pesquisadora buscou definir uma série de 30 questões abertas das quais podem inferir alguns riscos ao participante, como por exemplo, o constrangimento ou desconforto frente a algum dos questionamentos. Em caso de ocorrência de situação semelhante fica inteiramente sob a decisão do participante a interrupção da abordagem, para que o mesmo possa retomá-la no momento em que se sentir confortável. Quanto ao tempo da realização das entrevistas estima-se que pode variar de 2 a 4 horas a depender da disponibilidade do gestor (a).

A entrevista realizada com o participante será gravada por meio de aplicativo de áudio de um *Smartphone* e, posteriormente será realizada a transcrição dos áudios por meio da utilização do software Google Docs. Caso o participante não autorize a gravação da mesma, a pesquisadora anotará as respostas disponibilizando-as ao participante no final da entrevista, para que ele possa conferir e validar as informações. Caso você concorde com a gravação de áudio para registro das informações assinale, a seguir conforme sua autorização:

[] AUTORIZO GRAVAÇÃO [] NÃO AUTORIZO GRAVAÇÃO

Todo o material coletado seja em formato de documento ou gravação de áudio não será disponibilizado para outros exceto a orientadora e o coorientador desta pesquisa. Além disso, as informações repassadas pelo participante ficarão armazenadas por um período de cinco anos, depois de decorrido esse tempo à pesquisadora terá a responsabilidade de eliminá-lo.

Após a obtenção dos resultados da pesquisa, a pesquisadora será responsável por encaminhar os resultados do estudo para cada participante. Para tanto será disponibilizado um link de acesso do material, o qual terá sua publicação efetuada pela Biblioteca da UFFS. Além disso, os resultados deste estudo serão divulgados em eventos que tratam sobre a temática do Desenvolvimento Regional. No entanto fica vedada por meio deste termo qualquer informação a respeito da identidade dos participantes desta pesquisa.

Caso participe desta pesquisa, será necessária a assinatura do presente termo em duas vias, de modo que uma passará ao poder do participante e outra será destinada a pesquisadora para os encaminhamentos adicionais ao Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Desde já agradecemos sua participação!

CAAE: 61102922.6.0000.5564

Número do Parecer de Aprovação: 5.667.544

Data: 27 de setembro de 2022

Cerro Largo, ____ de _____ de 2022.

Deise de Moura Tolfo

Pesquisadora Responsável

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

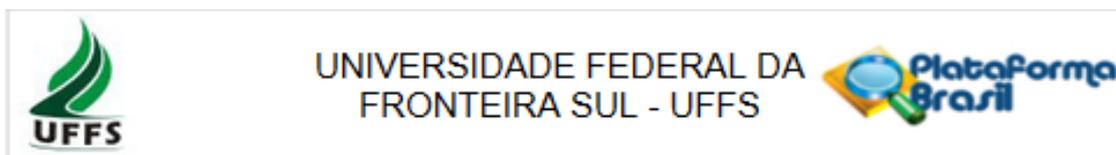
Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Contato com a pesquisadora responsável, Deise de Moura Tolfo: Celular (55) 9 9152-3749, e-mail: deisetolfors@hotmail.com, endereço para correspondência: Rua Santa Catarina, 177, Bairro Arco Íris – Panambi, Rio Grande do Sul, CEP: 98.280-000.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS: Tel. e Fax - (0XX) 49 2049-3745, e-mail: cep.uffs@uffs.edu.br, endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP: 89.815-899, Chapecó - Santa Catarina - Brasil.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS RACIONALIDADES NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES DE PANAMBI: UMA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pesquisador: DEISE DE MOURA TOLFO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 61102922.6.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.667.544

Apresentação do Projeto:

Trata-se de reapresentação do protocolo de pesquisa intitulado "AS RACIONALIDADES NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES DE PANAMBI: UMA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL", para o qual a pesquisadora responsável respondeu de forma adequada todas as pendências apontadas no parecer número 5.651.250.

Objetivo da Pesquisa:

Transcrição dos objetivos

"Objetivo Primário:

Estudar as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares de Panambi e sua relação com o Desenvolvimento Regional.

Objetivo Secundário:

Identificar os processos organizacionais dos gestores das agroindústrias rurais familiares; Caracterizar os gestores das agroindústrias rurais familiares de Panambi; Descrever as racionalidades presentes nos processos organizacionais dos gestores das Agroindústrias Rurais Familiares de Panambi; Relacionar as racionalidades nos processos organizacionais dos gestores com

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** csp.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.667.544

Desenvolvimento Regional;"

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Transcrição dos Riscos e Benefícios

"Riscos:

Os riscos que a pesquisa pode oferecer para os participantes ou para Emater/RS Ascar podem estar relacionados ao constrangimento ou desconforto ao participante em relação as abordagens. Caso estes riscos identificados venham a se concretizar, permitindo intimidações aos participantes, a pesquisadora terá a incumbência de comunicar ao responsável pelo Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Panambi sobre o ocorrido, além de providenciar a documentação, para a efetivação da desistência do participante, junto a pesquisa. Salienta-se que estes riscos mencionados podem ocorrer mesmo após assinatura do TCLE, de modo que fica assegurado aos participantes e envolvidos a exclusão de seus dados junto a pesquisa. Em relação aos riscos, eles podem estar vinculados a algum tipo de desconforto ou constrangimento, sendo que para reduzir a sua incidência, a pesquisadora buscará informar e esclarecer aos participantes os procedimentos éticos a serem tomados, como por exemplo, o sigilo em relação ao uso de informações. Além deste aspecto, a pesquisadora informará a cada participante sobre a possibilidade de não participar da pesquisa, caso não se sinta confortável em participar. A desistência pode ser manifestada assinalando a opção "não responder", descrita nesse instrumento de coleta de dados (TCLE). Essa estratégia será realçada no início de cada entrevista para que o gestor decida sobre sua participação. Caso os riscos identificados venham a se concretizar, permitindo a ocorrência de desconforto ou constrangimento, a pesquisadora terá a incumbência de comunicar ao responsável pelo Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar de Panambi sobre o ocorrido, além de providenciar a documentação, para a assinatura da desistência do participante junto a pesquisa. Salienta-se que estes riscos mencionados podem ocorrer mesmo após assinatura do TCLE, de modo que fica assegurado aos participantes e envolvidos a exclusão de seus dados junto a pesquisa. Sobre o conteúdo deste instrumento de coleta de dados, a pesquisadora buscou definir uma série de 30

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECÓ
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** csp.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.667.544

questões abertas das quais podem inferir alguns riscos ao participante, como por exemplo, o constrangimento ou desconforto frente a algum dos questionamentos. Em caso de ocorrência de situação semelhante fica inteiramente sob a decisão do participante a interrupção da abordagem, para que o mesmo possa retomá-la no momento em que se sentir confortável.

Benefícios:

Compreender as racionalidades dos processos organizacionais das agroindústrias rurais familiares gera subsídios teóricos que contribuem com os estudos de Serva (1997) e de Guerreiro Ramos (1989), os quais foram os precursores dos estudos sobre as organizações substantivas definidas por eles como "tipos ideais" ou isonomias. Diante disso, o presente estudo pode contribuir com a fundamentação de uma nova ciência proposta pelos autores, as quais consideram que as organizações substantivas são heterogêneas, autônomas e possibilitam a formalização de espaços sociais mais satisfatórios em relação aos anseios humanos, quanto ao bem-estar individual e coletivo. A partir da realização deste estudo, busca-se contribuir com a ciência, com o campo de estudo das racionalidades e do desenvolvimento regional. Espera-se que a partir dos resultados desta pesquisa, outros pesquisadores possam ser instigados a adentrar nessas temáticas de modo a produzir estudos, cada vez mais detalhados e completos em relação aos fenômenos das racionalidades, processos organizacionais e desenvolvimento regional. Os estudos sobre temas que envolvem as racionalidades, processos organizacionais e agroindústrias rurais familiares estabelecem conexões que permitem entender, a partir das ações de um indivíduo, como se configura o processo de desenvolvimento em determinado território. Além da contribuição científica, a referida pesquisa também proporcionará compreensões tanto para os participantes como para a comunidade local e regional, acerca das relações que são estabelecidas entre as racionalidades, que são inerentes a forma como cada indivíduo age e as transformações que suas ações podem desencadear para os processos de desenvolvimento regional, que podem ser induzidos por um viés social, econômico ou ambiental."

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar

Bairro: Área Rural

CEP: 89.802-112

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.657.544

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de reapresentação do protocolo de pesquisa intitulado "AS RACIONALIDADES NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DOS GESTORES DAS AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES DE PANAMBI: UMA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL", para o qual a pesquisadora responsável respondeu de forma adequada todas as pendências apontadas no parecer número 5.651.250.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora responsável anexou de forma adequada os documentos indicados a seguir:

- Carta de resposta às pendências
- Projeto detalhado
- TCLE

Recomendações:

Considerando a atual pandemia do novo coronavírus, e os impactos imensuráveis da COVID-19 (Coronavirus Disease) na vida e rotina dos/as Brasileiros/as, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS) recomenda cautela ao/à pesquisador/a responsável e à sua equipe de pesquisa, de modo que atentem rigorosamente ao cumprimento das orientações amplamente divulgadas pelos órgãos oficiais de saúde (Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde). Durante todo o desenvolvimento de sua pesquisa, sobretudo em etapas como a coleta de dados/entrada em campo e devolutiva dos resultados aos/às participantes, deve-se evitar contato físico próximo aos/às participantes e/ou aglomerações de qualquer ordem, para minimizar a elevada transmissibilidade desse vírus, bem como todos os demais impactos nos serviços de saúde e na morbimortalidade da população. Sendo assim, sugerimos que as etapas da pesquisa que envolvam estratégias interativas presenciais, que possam gerar aglomerações, e/ou que não estejam cuidadosamente alinhadas às orientações mais atuais de enfrentamento da pandemia, sejam adiadas para um momento oportuno. Por conseguinte, lembramos que para além da situação pandêmica atual, continua sendo responsabilidade ética do/a pesquisador/a e equipe de pesquisa zelar em todas as etapas pela integridade física dos/as participantes/as, não os/as expondo a riscos evitáveis e/ou não previstos em protocolo devidamente aprovado pelo sistema CEP/CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências e/ou inadequações éticas, baseando-se nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e demais normativas complementares. Logo, uma vez que foram

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECÓ
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** csp.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.667.544

procedidas pelo/a pesquisador/a responsável todas as correções apontadas pelo parecer consubstanciado, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS) julga o protocolo de pesquisa adequado para, a partir da data deste novo parecer consubstanciado, agora de APROVAÇÃO, iniciar as etapas de coleta de dados e/ou qualquer outra que pressuponha contato com os/as participantes.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador(a)

A partir desse momento o CEP passa a ser corresponsável, em termos éticos, do seu projeto de pesquisa – vide artigo X.3.9. da Resolução 466 de 12/12/2012.

Fique atento(a) para as suas obrigações junto a este CEP ao longo da realização da sua pesquisa. Tenha em mente a Resolução CNS 466 de 12/12/2012, a Norma Operacional CNS 001/2013 e o Capítulo III da Resolução CNS 251/1997. A página do CEP/UFFS apresenta alguns pontos no documento "Deveres do Pesquisador".

Lembre-se que:

1. No prazo máximo de 6 meses, a contar da emissão deste parecer consubstanciado, deverá ser enviado um relatório parcial a este CEP (via NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil) referindo em que fase do projeto a pesquisa se encontra. Veja modelo na página do CEP/UFFS. Um novo relatório parcial deverá ser enviado a cada 6 meses, até que seja enviado o relatório final.
2. Qualquer alteração que ocorra no decorrer da execução do seu projeto e que não tenha sido prevista deve ser imediatamente comunicada ao CEP por meio de EMENDA, na Plataforma Brasil. O não cumprimento desta determinação acarretará na suspensão ética do seu projeto.
3. Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório final por meio de NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil. Deverá ser anexado comprovação de publicização dos resultados. Veja modelo na página do CEP/UFFS.

Em caso de dúvida:

Contate o CEP/UFFS: (49) 2049-3745 (8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00) ou cep.uffs@uffs.edu.br;

Contate a Plataforma Brasil pelo telefone 136, opção 8 e opção 9, solicitando ao atendente suporte Plataforma Brasil das 08h às 20h, de segunda a sexta;

Contate a "central de suporte" da Plataforma Brasil, clicando no ícone no canto superior direito da página eletrônica da Plataforma Brasil. O atendimento é online.

Boa pesquisa!

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.667.544

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1990345.pdf	19/09/2022 16:22:43		Aceito
Outros	PROJETODEPESQUISADEISETOLFOmodificado1.pdf	19/09/2022 16:22:12	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Outros	CARTADEPENDENCIASmodificado1.pdf	19/09/2022 16:21:13	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Outros	TCLEmodificado1.pdf	19/09/2022 16:19:46	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISADEISETOLFOmodificado.pdf	19/09/2022 16:14:28	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Outros	TermodeCienciaeConcordanciadeInstituiçoesMODIFICADO.pdf	06/09/2022 16:09:38	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Outros	TCLMODIFICADO.pdf	06/09/2022 16:08:14	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Outros	ProjetodePesquisaMODIFICADO.pdf	06/09/2022 16:07:51	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Outros	CartadePendenciasMODIFICADO.pdf	06/09/2022 16:06:53	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	29/07/2022 09:36:24	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Outros	Curriculum_orientador.pdf	28/07/2022 19:53:28	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_DEISE_TOLFO.pdf	28/07/2022 19:37:56	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/07/2022 19:33:05	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Outros	Curriculum_Vitae.pdf	28/07/2022 19:32:49	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	28/07/2022 16:40:05	DEISE DE MOURA TOLFO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar

Bairro: Área Rural

CEP: 89.802-112

UF: SC

Município: CHAPECO

Telefone: (49)2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.667.544

CHAPECO, 27 de Setembro de 2022

Assinado por:
Renata dos Santos Rabello
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural **CEP:** 89.802-112
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 **E-mail:** cep.uffs@uffs.edu.br